



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

LUCIANO ADILIO ALVES

**ASCENSÃO E QUEDA DE UMA GIGANTE: A CRISE DA CHAPECÓ ALIMENTOS
E OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NO MUNICÍPIO DE XAXIM (1995-2015)**

CHAPECÓ - SC

2021

LUCIANO ADILIO ALVES

**ASCENSÃO E QUEDA DE UMA GIGANTE: A CRISE DA CHAPECÓ ALIMENTOS
E OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NO MUNICÍPIO DE XAXIM (1995-2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito para obtenção do título de mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. José Carlos Radin

CHAPECÓ – SC
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
Av. Fernando Machado, 108 E
Centro, Chapecó, SC - Brasil
Caixa Postal 181
CEP 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Alves, Luciano Adilio

ASCENSÃO E QUEDA DE UMA GIGANTE: A CRISE DA CHAPECÓ
ALIMENTOS E OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NO MUNICÍPIO
DE XAXIM (1995-2015) / Luciano Adilio Alves. --2021.
130 f.:il.

Orientador: Doutor José Carlos Radin

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul,
Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó, SC, 2021.

1. Chapecó Alimentos. Frigoríficos. Oeste Catarinense. Xaxim.
I. Radin, José Carlos, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da obra
pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

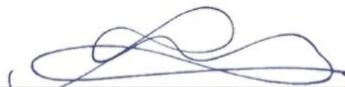
LUCIANO ADILIO ALVES

ASCENSÃO E QUEDA DE UMA GIGANTE: A CRISE DA CHAPECÓ ALIMENTOS E OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS NO MUNICÍPIO DE XAXIM (1995-2015)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito para obtenção do título de mestre em História, defendido em banca examinadora no dia 30 de abril de 2021.

Aprovado em 30/04/2021

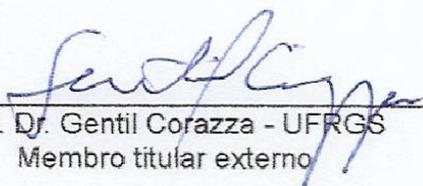
Banca Examinadora



Prof. Dr. José Carlos Radin - UFFS
Presidente da banca e orientador



Prof. Dr. Marlon Brandt - UFFS
Membro titular interno



Prof. Dr. Gentil Corazza - UFRGS
Membro titular externo



Prof. Dra. Samira Peruchi Moretto - UFFS
Membro Suplente interno

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer a importância da participação das pessoas que estão em nosso meio. São pessoas que nos observam, que nos criticam, e que nos auxiliam na dura tarefa de continuar lutando para vencer as dificuldades e superar os obstáculos da vida.

Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó, pelo acesso à formação pública, de qualidade e gratuita.

Agradeço a todos os professores e professoras que integram o Programa de Pós-Graduação – PPGH - Mestrado em História. Seus ensinamentos foram fundamentais para a conclusão desta importante etapa.

Agradeço à coordenadora do PPGH, professora Dra. Samira Peruchi Moretto Schimtz, pelos inúmeros aconselhamentos, dicas, orientações, correções, e pela paciência, profissionalismo e tempo dedicados a esta dissertação e a este estudante.

Um agradecimento muito especial ao meu querido professor, orientador e amigo, Dr. José Carlos Radin. Sua amizade, sua postura ética e profissional comprovam que a educação é, de fato, a melhor ferramenta para transformar um país.

Agradeço aos meus filhos, pelo amor incondicional dispensado a este pai que, por muitas vezes, esteve ausente. Vocês representam o melhor de mim, a minha razão de viver e de continuar lutando por uma vida melhor. Esta dissertação é dedicada a vocês, ao vovô, Arcelino, e à vovó, Hilda (*in memoriam*). Amo todos vocês.

RESUMO

O presente trabalho analisa os principais impactos socioeconômicos causados pela crise da Chapecó Alimentos no município de Xaxim entre os anos de 1995 e 2015. Esses impactos incluem queda de arrecadação tributária, desemprego, inadimplência no comércio, fechamento de empresas, entre outros. A Chapecó Alimentos é subsidiária da Sociedade Anônima Indústria e Comércio (SAIC), uma *holding* fundada no município de Chapecó no ano de 1952. A empresa atuou no mercado nacional e internacional por mais de 50 anos, até a Justiça decretar a sua falência no ano de 2005. Assim como a Chapecó, os frigoríficos surgiram na região a partir de 1940, oriundos do processo de colonização do Oeste de Santa Catarina, protagonizado por descendentes de europeus que migraram do Rio Grande do Sul a partir dos anos 1920. Esses colonizadores atuaram em atividades rurais diversas, como a produção de grãos e criação de animais de corte, com destaque para os suínos. Essas atividades possibilitaram acumulação de capital e de excedentes de produção que resultaram no surgimento de casas comerciais e abatedouros especializados na produção de banha e derivados de carne. Os frigoríficos prosperaram, se tornaram o principal pilar da economia local e transformaram para sempre o cenário socioeconômico e ambiental da região. Com aportes teóricos da História Social, foi utilizado como metodologia qualitativa e quantitativa uma revisão bibliográfica, seguida da análise do processo judicial de falência e de notícias veiculadas na imprensa e da busca e interpretação de dados estatísticos oferecidos por órgãos oficiais.

Palavras-chave: Chapecó Alimentos. Frigoríficos. Oeste Catarinense. Xaxim

ABSTRACT

The present work analyzes the main socioeconomic impacts caused by the Chapecó Alimentos crisis in the municipality of Xaxim between 1995 and 2015. These impacts include a drop in tax revenues, unemployment, trade defaults, closing companies, among others. Chapecó Alimentos is a subsidiary of Sociedade Anônima Indústria e Comércio (SAIC), a holding company founded in the municipality of Chapecó in 1952. The company operated in the national and international market for more than 50 years, until the Court declared its bankruptcy in the year 2005. Just like Chapecó, meatpacking plants started to appear in the region in 1940, originating from the colonization process of the West of Santa Catarina, led by descendants of Europeans who migrated from Rio Grande do Sul in the 1920s. In various rural activities, such as grain production and raising beef cattle, with emphasis on pigs. These activities enabled the accumulation of capital and production surpluses that resulted in the emergence of commercial houses and slaughterhouses specialized in the production of lard and meat products. The slaughterhouses prospered, became the main pillar of the local economy and forever transformed the region's socioeconomic and environmental scenario. With theoretical contributions from Social History, a bibliographic review was used as a qualitative and quantitative methodology, followed by the analysis of the bankruptcy judicial process and news published in the press and the search and interpretation of statistical data offered by official bodies.

Keywords: Chapecó Alimentos. Refrigerators. West Santa Catarina. Xaxim

LISTA DE SIGLAS

ACIC – Associação Comercial e Industrial de Chapecó

ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina

BESC - Banco do Estado de Santa Catarina

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CCIA – Chapecó Companhia Industrial de Alimentos

CEOM – Centro de Memória do Oeste Catarinense

CEPA/SC - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

COOPERALFA – Cooperativa Regional Alfa

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INP – Instituto Nacional do Pinho

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

FECAM – Federação Catarinense de Municípios

FED – Floresta Estacional Decidual

FOM – Floresta Ombrófila Mista

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

PCD – Plano Catarinense de Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PLAMEG – Plano de Metas do Governo Estadual

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrata

PPGH – Programa de Pós-Graduação em História

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SAIC – Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó

SEF – Secretaria de Estado da Fazenda

STF – Supremo Tribunal Federal

TJSC – Tribunal de Justiça de Santa Catarina

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de Chapecó e Cruzeiro em 1936.....	22
Figura 2: Localização de Xaxim no Oeste de Santa Catarina	23
Figura 3: Anúncio no Jornal O Sertanejo, p. 2, fevereiro de 1921	31
Figura 4: Tropeada de suínos em Chapecó nos anos 1950	33
Figura 5: Balsa no Rio Uruguai nos anos 1960	38
Figura 6: Casa comercial no centro de Chapecó em 1943.....	44
Figura 7: Plínio Arlindo de Nês em 1956.....	54
Figura 8: Ata da fundação da SAIC em 1952.....	60
Figura 9: Vista do prédio da SAIC em 1955.....	62
Figura 10: Frigorífico Diadema em 1946.....	64
Figura 11: Vista aérea da SAIC, em Chapecó, nos anos 1980.....	66
Figura 12: Capa da Folha d'Oeste em 30 de agosto de 1969	75
Figura 13: Lista de presença dos acionistas em setembro de 1999	85
Figura 14: Falência da empresa chapecoense foi destaque na mídia	92
Figura 15: Crise e caos no campo: animais morrem por falta de ração.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Madeireiros que investiram em frigoríficos no Oeste de SC	39
Tabela 2: IDH de Xaxim no período de 1970 a 2000.....	65
Tabela 3: Cronologia da crise.....	92
Tabela 4: Ativos disponíveis para venda em março de 2009	96
Tabela 5: Quadro Geral de Credores da CCIA em 2014	97
Tabela 6: ICMS arrecadado em Xaxim entre 1995 e 2012	108
Tabela 7: Repasses para Xaxim via Lei Kandir entre 1999 e 2009	110

Sumário

INTRODUÇÃO	13
1 OESTE CATARINENSE: TERRITÓRIO EM DISPUTA	21
1.1 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA REGIÃO	26
1.2 AS PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS REGIONAIS.....	31
1.3 O SURGIMENTO DOS PRIMEIROS FRIGORÍFICOS	46
1.4 MUDANÇAS NO CENÁRIO ECONÔMICO REGIONAL.....	50
2 PLÍNIO DE NÊS, FUNDAÇÃO DA SAIC E A CRISE DA EMPRESA	54
2.1 A TRAJETÓRIA DE PLÍNIO ARLINDO DE NÊS	54
2.2 O CENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA SAIC E O AUGE DA EMPRESA	57
2.3 O PODER ECONÔMICO E A INFLUÊNCIA POLÍTICA	69
2.4 AS MUDANÇAS NO SISTEMA PRODUTIVO AGROINDUSTRIAL	80
2.5 A MORTE DE PLÍNIO DE NÊS E OS NOVOS RUMOS DA EMPRESA.....	85
3 A FALÊNCIA E OS IMPACTOS DA CRISE DA EMPRESA EM XAXIM	89
3.1 CONCORDATA RESCINDIDA E FALÊNCIA DECRETADA PELA JUSTIÇA.....	89
3.1.1 A CRISE DA EMPRESA E OS PRIMEIROS REFLEXOS.....	100
3.1.2 ARRENDAMENTOS E COMPRA DA UNIDADE DE CHAPECÓ E XAXIM..	105
3.2 O NÍVEL DE EMPREGO E A QUEDA DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	108
3.3 OS IMPACTOS SOCIAIS E O FECHAMENTO DE EMPRESAS	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	120

INTRODUÇÃO

O objetivo principal do presente trabalho é compreender, retratar, refletir e analisar os impactos socioeconômicos em Xaxim, município da região Oeste de Santa Catarina, decorrentes da crise financeira que resultou na falência da *holding* Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó (SAIC, especializada em suínos e derivados) e da sua subsidiária, a Chapecó Companhia Industrial de Alimentos (CCIA, especialista em aves e derivados), esta última popularmente conhecida como Chapecó Alimentos. Desde os anos 1970, a CCIA manteve na cidade uma unidade especializada no abate e processamento de carne de frango. A empresa cresceu e ao longo dos anos se tornou a principal geradora de empregos e de arrecadação tributária. A crise provocou o aumento do desemprego, inadimplência no comércio local, queda na geração de impostos, falência de empresas prestadoras de serviços, entre outros efeitos.

A abordagem desses impactos inicia com maior ênfase em 1995, ano de falecimento do empresário Plínio Arlindo de Nês (principal fundador da SAIC) e prossegue até 2015, quando ocorreu a primeira venda judicial dos bens das empresas, dez anos após ser decretada a falência. Justificamos, assim, o recorte temporal da pesquisa. Pretendemos explicar que a crise financeira das empresas surgiu dez anos antes da falência judicial, e que os reflexos socioeconômicos prosseguiram por pelo menos outros dez anos, até a massa falida comercializar parte do que restou do patrimônio empresarial.

A motivação para o presente trabalho é baseada em experiências pessoais e profissionais. Enquanto correspondente para o Oeste de Santa Catarina do jornal A Notícia, um dos maiores e mais antigos jornais impressos de Santa Catarina, com sede em Joinville (SC), acompanhei e cobri, no início dos anos 2000, diversos capítulos da crise da SAIC e da Chapecó Alimentos. Escrevi reportagens sobre as negociações acerca das diversas tentativas de venda da empresa, sobre o processo de falência e também sobre os primeiros reflexos que surgiram a partir das dificuldades financeiras das empresas. O caso Chapecó Alimentos voltou a ser debatido em sala de aula quando cursei minha segunda graduação, em

Administração de Empresas. Foi a partir daí que senti a necessidade de realizar um estudo acadêmico mais aprofundado sobre o caso.

As referidas empresas fizeram parte do cotidiano de quem mora nas cidades do Sul do Brasil, especialmente onde estavam instaladas suas unidades fabris. Investiram em ações sociais, culturais e esportivas, além de gerar milhares de empregos e favorecer o surgimento de um grande número de outras empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de insumos. Por esse motivo, a falência da SAIC e da Chapecó Alimentos impactou não somente na economia local, mas também na vida das pessoas, direta ou indiretamente.

O Oeste de Santa Catarina é largamente conhecido no meio econômico nacional pela pujança do seu parque fabril agroindustrial. Alguns dos maiores frigoríficos do Brasil estão instalados em municípios como Videira, Xaxim, Xanxerê, Concórdia, Seara e Chapecó, esta última a maior cidade da região. Nessas unidades industriais são processados carnes e derivados de aves e suínos com as marcas Sadia, Perdigão, Seara e Aurora, entre outras, que são vendidos em todo o território nacional.

O status sanitário diferenciado, obtido por meio de certificação internacional de sanidade animal conferida ao Estado no final dos anos 1990 (zona livre de febre aftosa, por exemplo) também possibilitou a essas empresas o credenciamento necessário para exportar seus produtos para mais de 100 países, incluindo os exigentes mercados da Europa, Ásia e Oriente Médio.

Para se ter uma noção da força econômica do setor, basta analisarmos alguns dados estatísticos. O setor primário respondeu por 70% de tudo o que Santa Catarina exportou no ano de 2020. Os exportadores catarinenses faturaram US\$ 8,1 bilhões, dos quais US\$ 5,7 bilhões foram gerados pelo agronegócio. Os produtos de origem animal representaram 37% desse volume exportado. Somente os embarques de carne suína proporcionaram um faturamento de US\$1,2 bilhão, 35% a mais que no ano de 2019. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 2021)

A importância do segmento agroindustrial do Oeste de Santa Catarina é igualmente visível. No ano de 2013 a região comportava 71% da produção catarinense de suínos e 66% da produção de aves. Os pecuaristas oestinos também responderam por mais de 73% do leite produzido no estado. No ano de 2012, o

setor agropecuário respondeu por 25% do PIB municipal de mais da metade dos municípios catarinenses. Assim, fica evidente que o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico desses municípios estiveram diretamente relacionados à agropecuária e à agroindústria. (KROTH, 2016)

Ao gerar milhares de empregos diretos e indiretos, divisas internacionais e centenas de milhões de reais em arrecadação tributária, o segmento agroindustrial é apontado como o principal pilar de sustentação da economia oestina, posição mantida há mais de meio século. Mas, ao longo das últimas duas décadas, o setor enfrentou diversas crises geradas pelas conjunturas econômicas nacional e internacional. Algumas unidades simplesmente fecharam ou foram arrendadas por outros grupos industriais. Mergulhada em graves problemas financeiros, a SAIC e a Chapecó Alimentos, reconhecidas entre os maiores frigoríficos do Brasil, tiveram a falência judicial decretada no início dos anos 2000, provocando diversos efeitos na região, com destaque para o desemprego, a queda da arrecadação tributária, fechamento de empresas prestadoras de serviços, entre outros.

Inicialmente o presente trabalho vai centrar na realização de uma extensa e minuciosa revisão bibliográfica. Verificou-se a existência de diferentes obras que abordam o tema da formação do complexo agroindustrial catarinense. Campos (1987), estudou as relações sociais e de trabalho envolvendo os pequenos agricultores e as agroindústrias. Espíndola (1999) analisou a formação agroindustrial, o sistema de produção e a evolução produtiva tomando como base o caso da Sadia e a atuação da empresa na produção e comercialização de carnes e derivados de suínos e aves.

Goularti (2007) analisou os aspectos da formação econômica de Santa Catarina por meio de uma visão macro, enfocando como essa economia que era de subsistência se inseriu no modelo capitalista. Descreve como o incentivo das políticas econômicas governamentais impulsionou o empresariado catarinense, incluindo aqueles ligados às agroindústrias.

Em sua dissertação, Skrzypczak (2013) analisa o modelo de educação e de qualificação de trabalhadores implantado para atender aos interesses do capital agroindustrial na região. Afirma que a formação socioespacial do município de Xaxim, a partir da instalação do primeiro frigorífico, se desenvolveu e exigiu novas

funções dos espaços urbano e rural, e passou a exigir maior escolarização de seus trabalhadores, tanto do campo, como da cidade. Para mostrar essas transformações, o autor faz um apanhado histórico dos reflexos da crise da Chapecó Alimentos. De acordo com ele, os problemas financeiros se refletiram no atraso no pagamento de produtores integrados e fornecedores, falta de milho e de insumos para a ração animal, causando a mortandade de milhares de aves alojadas e a demissão de 1.400 dos 1.600 funcionários.

Alba (2013) estudou uma extensa malha de relações urbanas que resultou na construção do espaço urbano de Chapecó. Ao retratar o cenário econômico local e regional, a autora reservou generosos capítulos para destacar as contribuições das agroindústrias. Ao se referir à Chapecó Alimentos, a autora aponta que “a crise da empresa provocou desemprego, estagnação econômica” e problemas para as prefeituras da região. Em Xaxim, a Chapecó Alimentos respondia, em 2003, por 64% da arrecadação do ICMS, apontado com um dos mais importantes impostos geradores de receitas públicas (ALBA, 2013, p.174).

Existem diversas dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos e capítulos de livros que se referem ao empresário Plínio Arlindo de Nês e à criação do seu maior empreendimento: a SAIC, que mais tarde também originou a Chapecó Companhia Industrial de Alimentos. Mas, nessas publicações há poucos detalhes sobre a vida do empresário e sobre a história das empresas que por muitos anos integraram o mercado alimentício brasileiro.

Há, ainda, carência de informações e estudos acerca das circunstâncias que levaram as empresas à falência. Mas a carência ainda maior é de trabalhos acadêmicos que narram e interpretam os reflexos dessa crise. Surge, então, o problema de pesquisa. Quais foram os reais impactos sociais e econômicos sentidos no município de Xaxim a partir da crise financeira e da falência da Chapecó Alimentos?

Para responder a essa pergunta será preciso, ainda, conhecer, analisar e discutir elementos históricos e econômicos. Radin (2019) mostra que grande parte dos frigoríficos instalados no Oeste Catarinense foi fundada por europeus ou descendentes diretos de europeus, em especial os de ascendência italiana. Vieram do Rio Grande do Sul a partir das primeiras décadas do século XX para

colonizar uma região que era vista como devoluta, inóspita e perigosa. Esses colonizadores derrubaram as florestas nativas para implantar as primeiras lavouras e pastagens e investiram na criação de animais de corte, principalmente suínos. A comercialização da madeira, de grãos e de produtos de origem animal gerou o capital necessário que possibilitou a fundação dos primeiros abatedouros e frigoríficos.

Entretanto, para entender o processo de consolidação do modelo econômico agroindustrial que continua fortalecido na região, uma série de etapas históricas precisa e deve ser considerada e estudada. Há, sobretudo, efeitos sociais e ambientais altamente relevantes. A vinda de colonizadores resultou na expulsão de caboclos e, principalmente, indígenas que habitavam a região há muitos anos. Os direitos desses moradores foram ignorados tanto pelo governo estadual quanto pelas empresas que atuaram na colonização.

Os impactos sociais podem ser mais visíveis quando aprofundarmos os estudos acerca da chamada reformulação econômica que surgiu a partir da adoção do chamado modelo de produção integrada. É um sistema americano que atrelou os criadores de aves e suínos diretamente aos grandes frigoríficos, gerando uma relação comercial no mínimo desigual.

No aspecto ambiental, o chamado ciclo da madeira foi responsável por grande parte da devastação das florestas, assim como a expansão agrícola e a pecuária. Moretto e Brandt (2019) exemplificam que as matas nativas de Chapecó, mapeadas pelo IBGE em 1970, totalizavam 49.371 hectares. O mesmo estudo mostra que 15 anos depois, em 1985, essa cobertura vegetal não passava de 10.639 hectares. Essa devastação foi causada, em grande parte, para possibilitar a implantação de pastagens e de lavouras de grãos (milho, trigo, soja, entre outros) usados na alimentação humana e animal. O município é conhecido por comportar parte dos maiores frigoríficos de aves e de suínos do Brasil. Portanto, é possível concordar com Bloch (2001) que afirma que a “observação e análise da paisagem de hoje é necessária para ver melhor o passado”.

Há, ainda, que se considerar diversos aspectos políticos que contribuíram para o atual cenário econômico. Nos anos 1970 a região Oeste passou a ser chamada de celeiro catarinense. Trata-se de um batismo feito em plena ditadura

militar baseado em ideais de progresso de cunho capitalista. Na verdade, o termo traduzia a intenção dos governantes na época no sentido de difundir os conceitos da chamada Revolução Verde e ao mesmo tempo transformar a região numa grande produtora e fornecedora de alimentos para o mundo (FORNECK, 2015).

Todo esse cenário apresentado justifica a realização de um estudo específico para elucidar estas e outras questões que poderão surgir no decorrer do trabalho. A revisão bibliográfica, acompanhada de análise de periódicos (jornais, boletins oficiais, informativos corporativos, etc.), levantamento de dados e informações, poderão contribuir para o enriquecimento da história política, econômica e social da região. Lembrando que o principal ofício do historiador é lidar com fragmentos do passado para contextualizar, escrever, analisar e difundir o que os outros esqueceram. E “a principal tarefa de quem trabalha com história não é a de julgar, mas de tentar compreender tudo aquilo que temos mais dificuldade para compreender”. (HOBBSAWM, 1995, p.13).

A fim de atender ao problema de pesquisa e aos objetivos, serão empregadas as seguintes estratégias quanto aos procedimentos técnicos: o levantamento bibliográfico e o estudo de caso. Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva.

A metodologia empregada inclui extensas revisões bibliográficas de autores que já trabalharam a mesma temática, direta ou indiretamente. A utilização de fontes compreende a leitura e análise de periódicos diversos (jornais, sites, informativos, etc.), pesquisa e análise de documentos e fotografias disponíveis na biblioteca do município de Xaxim e no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM). No primeiro momento pretendia-se, ainda, utilizar a história oral como ferramenta de pesquisa. Mas a realização de entrevistas, ainda que por telefone ou por outros mecanismos eletrônicos, ficou impossibilitada em razão do isolamento social decorrente da pandemia causada pela Covid-19. Entre os anos de 2020 e 2021 a doença causou milhares de mortes no Brasil e também em Santa Catarina.

A presente pesquisa, quanto aos objetivos, se caracteriza como descritiva, pois “estuda fatos e fenômenos físicos e humanos sem que o pesquisador interfira, utilizando técnicas de observação, registro, análise e correlação de fatos sem manipulá-los” (DMITRUK, 2004, p.73)

Para Gil (2010), a pesquisa tem por finalidade conhecer, por razões intelectuais, ou simplesmente por satisfação. Conforme o autor, a pesquisa descritiva refere-se "à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis". E a pesquisa bibliográfica "é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (GIL, 2010, p. 50).

Conforme Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimento econômico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade.

O desenvolvimento, no entender de Tigre (2006) não deriva de um mero crescimento das atividades econômicas existentes, "mas reside em um processo qualitativo de transformação da estrutura produtiva no sentido de incorporar novos produtos e processos e agregar valor à produção por meio da intensificação do uso da informação e do conhecimento".

Singer (1968) escreve que crescimento econômico é o aumento persistente da renda real de uma economia. E que desenvolvimento econômico é um fenômeno que ocorre quando o aumento da riqueza atinge todos os segmentos da população de forma homogênea ou beneficia uma parcela substancial dessa população. Baseados nesses conceitos, podemos concluir que a atuação da Chapecó Alimentos no município de Xaxim contribuiu para configurar muito mais um típico caso de crescimento econômico do que de desenvolvimento econômico.

Para aprofundar ainda mais os estudos deste cenário histórico, geográfico e econômico, optamos por abordar, no primeiro capítulo, um maior detalhamento do processo de colonização da região, sobretudo a partir da chegada dos primeiros migrantes, descendentes de italianos, alemães e poloneses, vindos do Rio Grande do Sul, no início do século XX. Pretendemos mostrar que esses colonizadores atuaram na exploração madeireira, na produção agrícola, no comércio em geral e na criação de bovinos, suínos e aves, atividades que, depois, fomentaram a fundação dos primeiros abatedouros, nos anos 1940.

No segundo capítulo trataremos da criação da Sociedade Anônima Indústria

e Comércio Chapecó (SAIC), em 1952, apresentando os fundadores, liderados por Plínio Arlindo de Nês, o auge da empresa nos anos 1970 e 1980 com a expansão nacional e internacional, o surgimento da empresa subsidiária, Chapecó Companhia Industrial de Alimentos, especializada na área da avicultura, a alteração do controle acionário no final dos anos 1990 e a crise financeira que assolou as duas empresas por anos.

O terceiro e último capítulo vai retratar os motivos que levaram a Justiça a decretar a falência após uma perícia apontar a insolvência das empresas provocada por dívida acumulada de R\$1 bilhão. O conglomerado Chapecó chegou a ser administrado por capital internacional, representado pelo grupo argentino Macri, que assumiu o controle acionário após obter financiamento milionário com recursos públicos oriundos dos cofres do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ao longo dos anos o BNDES também se tornou controlador das empresas e, ao mesmo tempo, o maior credor.

As dívidas gigantescas, com empregados, bancos, produtores integrados e fornecedores mostram que nem mesmo vendendo todos os ativos disponíveis a empresa teria condições de honrar com todos os seus compromissos financeiros. Grande parte dessas dívidas permanece aberta no extenso processo que tramita desde o ano de 2004 e já está com mais de 30 mil páginas.

Por último, serão analisados e interpretados alguns dos principais impactos sociais e econômicos causados pela crise financeira da Chapecó Alimentos no município de Xaxim. A pesquisa revela que entre esses reflexos negativos houve queda na arrecadação tributária do município, desemprego em massa durante determinados períodos, exclusão de produtores integrados, inadimplência no comércio e quebra de outras empresas que prestavam serviços ou eram fornecedoras da Chapecó Alimentos.

1 OESTE CATARINENSE: TERRITÓRIO EM DISPUTA

Neste primeiro capítulo será apresentado e analisado o processo de criação de municípios no Oeste de Santa Catarina após uma série de conflitos envolvendo disputas territoriais nacionais e internacionais. Explicaremos como ocorreu o processo de colonização da região e apresentaremos algumas atividades econômicas desenvolvidas pelos descendentes de europeus que favoreceram o surgimento das primeiras agroindústrias responsáveis pelo abate animal e processamento de carne.

A disputa por território é um dos vários marcos históricos que definiram características da região Sul do Brasil nos aspectos geográfico, econômico, social e ambiental. Por diversas vezes o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram alvos de conflitos envolvendo essencialmente a demarcação de divisas territoriais.

Algumas contendas ganharam destaque por envolverem dois ou mais países sul-americanos. A Questão de Palmas envolveu Brasil e Argentina e se tornou uma das mais célebres disputas internacionais do século XIX. O objeto em disputa foi os chamados Campos de Palmas, uma região com área aproximada de 40 mil quilômetros quadrados na fronteira entre os dois países (MACHADO, 2007, *apud* PETROLI, 2018, p. 2).

No tratado de Santo Ildefonso, os argentinos interpretaram que os rios que limitavam os dois países eram os rios Chapecó e Chopim, enquanto os brasileiros entendiam como divisa os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio. [...] A disputa pelo território Oeste catarinense entre o Brasil e a Argentina ocorreu, entre outros fatores, também pela riqueza da erva-mate e araucárias. [...] Foi somente no final do século XIX (1895) que Brasil e Argentina resolveram a questão dos limites territoriais (sob arbítrio do presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland), tempo suficiente para que o governo brasileiro enviasse expedições para lá a fim de expulsar o gentio e iniciar o povoamento da região [...]. (BAVARESCO, 2005, *apud* GRETZLER, 2011, p. 27)

Outro conflito territorial ganhou notoriedade histórica por envolver dois estados brasileiros. A chamada Questão de Limites entre Santa Catarina e Paraná foi considerada a maior disputa territorial interna do Segundo Reinado e Primeira

República, com uma área disputada de aproximadamente 50 mil quilômetros quadrados (PETROLI, 2018). Em 1904 o Supremo Tribunal Federal (STF) deu ganho de causa aos catarinenses. A decisão foi confirmada pelo STF novamente em 1910. Como veremos a seguir, o caso somente foi encerrado mais tarde, em 1916, após um novo capítulo da conflitante disputa envolvendo os dois estados.

No final do século XIX o governo imperial entendeu que investir no transporte ferroviário era uma alternativa viável para promover o desenvolvimento dos chamados sertões do Sul do Brasil e, sobretudo, facilitar a ligação com a Província de São Paulo e também agilizar eventuais deslocamentos de tropas. Assim, o decreto imperial 10.432, de 9 de novembro de 1889, autorizou a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Como parte do pagamento pela obra, previa-se a cessão gratuita das terras tidas como devolutas que se encontravam ao longo das linhas, num total de 30 quilômetros para cada lado. A empresa responsável pela obra, a *Brazil Railway Company*, ficou obrigada a transportar gratuitamente futuros colonos e imigrantes, além de sementes e plantas enviadas pelo governo, entre outros deveres. (ESPIG, 2012)

O compromisso assinado durou pouco. Apenas seis dias após a publicação do decreto, e um dia após a assinatura do contrato, a monarquia brasileira chegou ao fim. Cinco meses após assumir o poder, o governo republicano confirmou o interesse pelo projeto da ferrovia e em 7 de abril de 1890 assinou o decreto 305 prevendo uma série de alterações no contrato original. A faixa de terra concedida à empresa foi reduzida a 15 quilômetros para cada lado da ferrovia e as cláusulas que tratavam das obrigações relacionadas à colonização foram anuladas. (ESPIG, 2012)

Com uma extensão de 1.403 quilômetros, entre Santa Maria (RS) e Itararé (SP), a estrada de ferro cortou grandes extensões de matas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, provocando graves problemas econômicos, ambientais e sociais. As terras usadas na transação estavam ocupadas por caboclos que não detinham registro ou outra documentação comprobatória. Eram os chamados posseiros. Integravam grupos formados por famílias humildes, em geral sem instrução, e que viviam da caça, da pesca e da agricultura de subsistência.

O contato com os centros urbanos quebrou o isolamento secular da população que vivia na Região. Neste sentido, a Ferrovia São Paulo-

Rio Grande carregou em seu bojo a exploração comercial da madeira, a colonização e a institucionalização da propriedade privada, fatores esses decisivos na deflagração da crise que submeteu o sertanejo à progressiva marginalização. Esta foi, pois, a principal causa da eclosão do maior conflito social brasileiro da República Velha, denominado Guerra do Contestado (VALENTINI, 2015, p. 196)

Organizados para resistir às ameaças de expulsão das terras, os posseiros enfrentaram os militares destacados pelo governo brasileiro. Os embates da Guerra do Contestado ocorreram entre outubro de 1912 e agosto de 1916. É considerado o maior conflito armado da história do Brasil em face de algumas peculiaridades. Pela primeira vez as forças armadas usaram aeronaves para fins de reconhecimento da região. A estrutura militar usada foi responsável por milhares de mortes.

O número de mortos na Guerra do Contestado é estimado de 3.000 a 8.000, com grande dificuldade de cálculos já que a grande maioria dos caboclos sequer tinha documentos, e as causas vão desde os que tombaram em combates, pela fome, pelas doenças ou pelas execuções sumárias. O número de efetivos das tropas oficiais chegou a 6.000, segundo Monteiro, um terço do Exército Republicano brasileiro, apoiado por aproximadamente 1.000 vaqueanos da região e pelas Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina (MONTEIRO, 1974, *apud* VALENTINI, 2015, p. 208)

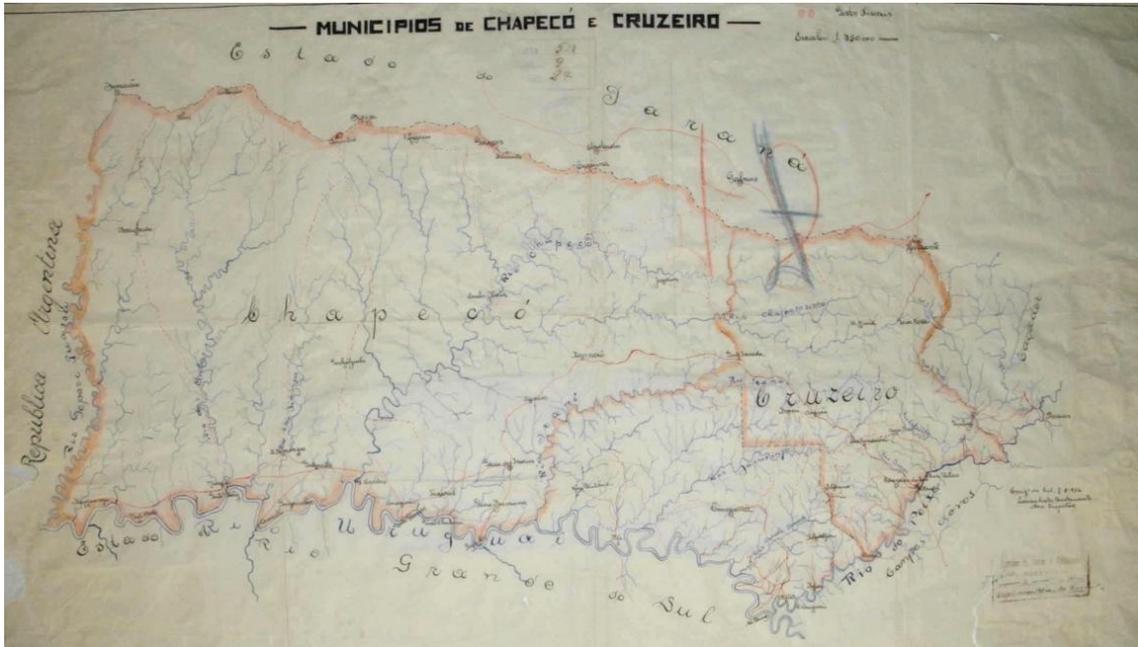
Após o fim da Guerra do Contestado, um novo capítulo da história foi escrito em 1916, quando a assinatura de um acordo praticamente dividiu ao meio a região reivindicada por Santa Catarina e Paraná. Chegava ao fim a disputa interestadual. Com a definição de limites territoriais, surgiu, assim, a mesorregião que viria a ser conhecida, mais tarde, como o Oeste Catarinense.

[...] ainda temendo disputas regionais e mesmo internacionais requerendo o mesmo território, o então governador do estado de Santa Catarina, Coronel Felipe Schmidt, em 25 de agosto de 1917, cria os municípios de Chapecó e Cruzeiro (hoje Joaçaba) que anos depois, originariam os atuais municípios da mesorregião Oeste Catarinense. (GRETZLER, 2011, p. 27)

Renk (2006) escreve que em 1917 foram criados, além de Chapecó e Cruzeiro (Joaçaba), os municípios de Mafra e de Porto União. Chapecó surgiu com uma área total de 14 mil quilômetros quadrados que fazia divisa com Cruzeiro e

seguia até a fronteira com a Argentina, também fazendo divisa com o Paraná, ao Norte, e com o Rio Grande do Sul, ao Sul, conforme demonstra a Figura 1. Era, portanto, um dos municípios com maior área territorial, o que possibilitou, depois, a criação de dezenas outros municípios, conforme veremos adiante.

Figura 1: Mapa de Chapecó e Cruzeiro em 1936



Fonte: Arquivo digital do CEOM/Unochapecó

Chapecó é palavra de origem kaingang com várias interpretações: 'chapadão alto', 'chapéu feito de cipó' e 'põe no chapéu' para nativos da língua. Segundo pesquisas feitas por Antonio Selistre de Campos, um magistrado que atuou na comarca nas décadas de 1930 e de 1940, a palavra origina-se dos termos 'echa' + 'apê' + 'gô', que na língua dos nativos significa 'donde se avista o caminho da roça'. (IBGE, 2020)

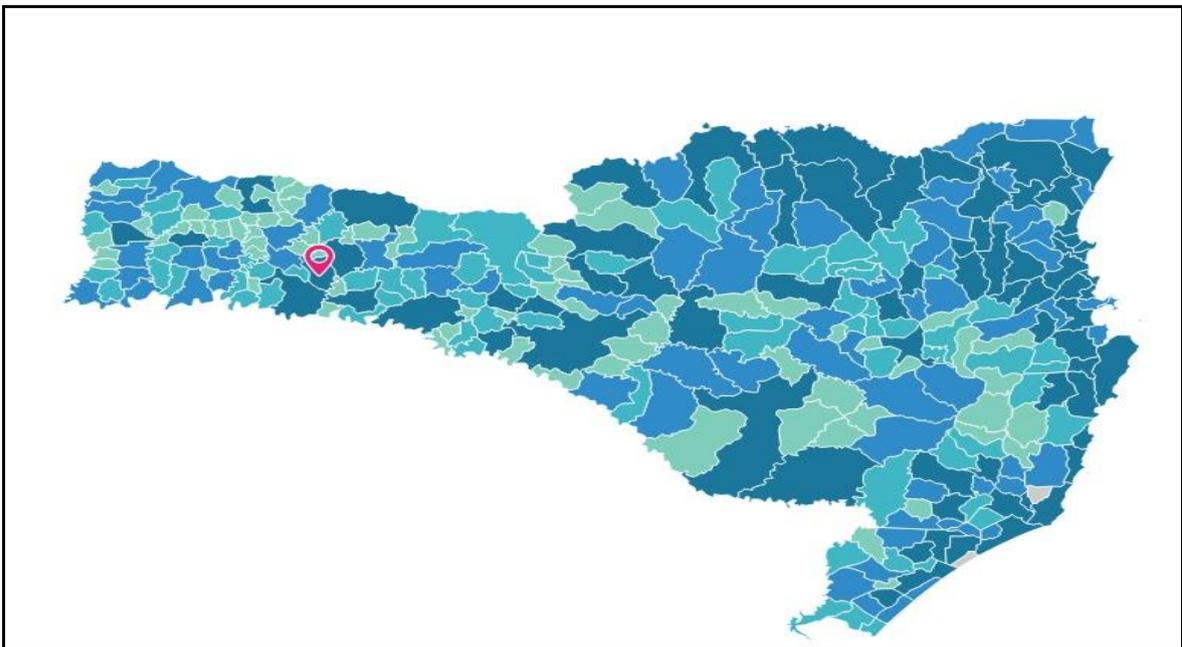
O município de Chapecó foi criado pela Lei Estadual n.º 1.147, de 25 de agosto de 1917. Mas a instalação oficial, na localidade de Passo Bormann, só ocorreu em 14 de novembro de 1917. Mais tarde, em 5 de setembro de 1919, a sede foi transferida para a localidade de Xanxerê. Em 1923 a sede voltou para Passo Bormann. Por motivos econômicos, Xanxerê voltou a ser sede do município em 1929. Finalmente, por meio do Decreto n.º 100, de 9 de abril de 1931, a sede do

município voltou para Passo dos Índios, apontado como local intermediário, onde se desenvolveu a atual cidade (WERLANG, 2006).

Um recenseamento realizado em 1920 apontou a existência de uma população de 11.315 habitantes na região conhecida como Chapecó (IBGE, 2020; CARBONERA, 2018). Nessa contagem não é feita menção específica sobre os integrantes dessa população, ou seja, não ficou claro se estavam contabilizados os caboclos e principalmente os índios que, segundo estudos, já habitavam a área há milênios. Sítios arqueológicos encontrados às margens do Rio Uruguai (divisa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul) revelaram artefatos (pontas de flechas, raspadores, lâminas, etc) que teriam sido produzidos e utilizados por populações indígenas que povoaram a região há 11 mil anos. (CARBONERA, 2018)

A divisão administrativa mostra que em 1933 o município tem sua sede localizada na vila de Passo dos Índios e é formado por 13 distritos: Passo dos Índios, Abelardo Luz, Barracão, Campo Erê, Caxambu, Cascalho (atual Palmitos), Faxinal dos Guedes, Guatambu, Mondai, Itapiranga, São Domingos, Xaxim (Figura 2) e Xanxerê. Em 1947 o uso da letra X é substituído pelo CH, originando, assim, a grafia atual. (IBGE, 2020)

Figura 2: Localização de Xaxim no Oeste de Santa Catarina



Fonte: IBGE

Pela Lei Estadual n.º 133, de 30 de dezembro de 1953, são desmembrados do município de Chapecó os distritos de Xanxerê, Abelardo Luz e Faxinal dos Guedes, para formar o novo município de Xanxerê. Pela mesma lei são desmembrados os distritos de Descanso, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Mondai, Palmitos, São Carlos, São Miguel do Oeste e Xaxim, todos elevados à categoria de município. (IBGE, 2020)

A distância em relação às capitais, a baixa densidade demográfica e a carência de infraestrutura de transporte são algumas barreiras que contribuíram para a região de Chapecó permanecer às margens do sistema produtivo nacional até o início dos anos 1950. Situação diferente era observada na região do antigo município de Cruzeiro, onde a ferrovia São Paulo-Rio Grande já fomentava a economia, conforme veremos adiante .

Para transformar o cenário tido como negativo, era preciso povoar a região, inserir novos moradores com o perfil e os ideais de progresso perseguidos pelos governantes da época. Havia, ainda, a preocupação com a vigilância e a defesa das fronteiras. Afinal, o território brasileiro havia sido objeto de disputa recente com a Argentina. O governo estadual estava ciente disso tudo. Mas faltava um sinal verde para a implementação de medidas governamentais efetivas. Assim, a definição de limites territoriais foi um ponto importante para ampliar (ou pelo menos forçar) a maior presença do Estado na região que antes estava em litígio.

[...] o próprio governo do Estado sentiu-se mais seguro para fazer investimentos na região, visto que esta, definitivamente, pertencia à sua jurisdição. Mesmo assim, foi pequena a participação do governo estadual e federal até os anos de 1940. Os meios de transporte eram muito lentos e as estradas eram precárias, o comércio e o acesso aos hospitais eram igualmente precários. (ALBA, 2013, p. 23)

Na verdade a criação dos primeiros municípios também acabou servindo como uma espécie de propaganda positiva para atrair novos moradores. Afinal, a região em disputa agora pertencia de fato e de direito a Santa Catarina. Faltava, enfim, povoar as terras que, do ponto de vista legal, eram devolutas. As exceções eram as fazendas que já estavam instaladas em áreas de campos. Mesmo devolutas, essas terras, na verdade, já eram ocupadas.

1.1 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA REGIÃO

Vimos que a região atualmente conhecida como Oeste catarinense era considerada um sertão distante, devoluto e perigoso. Essa era a visão dos governantes brasileiros no início do século XX. A definição de limites interestaduais após a Guerra do Contestado foi essencial para provocar mudanças no quadro político-administrativo em Santa Catarina. O governo catarinense encontrou amparo legal e foi, de certa forma, pressionado a investir no Oeste, região que até então era praticamente desconhecida em razão da falta de infraestrutura e da distância em relação aos demais centros urbanos.

A criação dos novos municípios se constituiu em fato *sui generis*. O fato de terem sido criados por decreto, com sedes em locais que possuíam precária estrutura ou em que ela inexistia, demandava uma série de ações, sejam públicas, sejam privadas. Considere-se que no período anterior à presença do poder público foi quase nula, em face à situação de indefinição de jurisdição. O governo catarinense reconhecia tal situação ao afirmar que: “[...] para Cruzeiro e Chapecó deve o Governo voltar as suas vistas. São duas regiões ricas e merecedoras dos maiores cuidados da administração, pois que ali quase tudo ainda está por fazer”. (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 1918, p. 22, *apud* RADIN; VICENZI, 2018, p. 65 e 66)

A solução encontrada pelos governantes da época para mudar aquele cenário foi facilitar o ingresso de novos moradores no território. Assim, o Oeste Catarinense começou a ser colonizado nas décadas de 1920 e 1930 e se estendeu até o final dos anos 1950. Esse processo foi “centrado no assentamento de colonos em pequenas propriedades agrícolas, em áreas que o poder público considerava 'demograficamente vazias', embora se tratassem de áreas historicamente ocupadas por populações nativas, as quais foram marginalizadas em decorrência do conflituoso avanço da colonização” (RADIN, 2019, p. 723)

Nodari (2009, p. 34) escreve que foi colocada “em prática a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo governo estadual e por elas próprias, ou seja, que povoassem e colonizassem a região ordeiramente.”

Com o aval do Estado, a colonização das terras do Oeste Catarinense ficou a cargo das chamadas colonizadoras. As empresas chegaram na região instalando-se com capital próprio e com a concessão de incentivos por parte do governo de Santa Catarina. Há casos de empresas colonizadoras que receberam terras do governo estadual como forma de pagamento por serviços públicos, com destaque para a abertura de estradas. Na prática, o governo terceirizava suas obrigações mediante pagamento com bens públicos.

Entre as colonizadoras, destacaram-se as atuações da Companhia Territorial Sul Brasil (Palmitos e São Carlos), Companhia Chapecó-Peperi Ltda. (Mondaí), Empresa Ernesto F. Bertaso (Chapecó), Barth, Benetti e Cia. (São Miguel do Oeste) e outras – que ocupavam principalmente os caminhos junto aos leitos dos rios e de seus afluentes (ALBA, 2013)

À Companhia Colonizadora Bertaso, Maia e Cia coube a comercialização dos lotes localizados na área em que se situa atualmente Chapecó. A partir de 1923, a companhia passou a pertencer apenas a Ernesto Bertaso. O nome do estabelecimento foi primeiramente alterado para Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso; mais tarde, em 1948, para Empresa Colonizadora e Industrial Ernesto Francisco Bertaso S.A. A empresa obteve posse, por compra ou concessão, de 224.924 hectares no oeste de Santa Catarina até 1920 – todos com fim de colonização –, promovendo também a instalação de estabelecimentos como serrarias, cerâmicas, moinhos de trigo e frigoríficos (HASS, *apud* SIQUEIRA, 2016, p. 45).

Com o fim da sociedade com os Maia, a Bertaso tornou-se a única proprietária de uma gigantesca área com mais de 200 mil hectares. Entre as posses da colonizadora Bertaso estavam as fazendas Campina do Gregório (com 51 mil hectares, comprada dos herdeiros da Baronesa de Limeira, no local onde hoje existe a cidade de Chapecó), Rodeio Bonito (28,8 mil hectares) e Chapecó (53,8 mil hectares), estas últimas por concessão do Governo do Estado de Santa Catarina. Depois, adquiriu da *Brazil Development & Colonization* a fazenda Rio Saudades, com mais de 91 mil hectares. (RADIN; VICENZI, 2018)

Uma das mais célebres transações imobiliárias ocorreu em 1920, quando Bertaso vendeu a Fazenda Rodeio Bonito aos Irmãos Lunardi (CHITOLINA, 2013). A empresa dos Irmãos Lunardi atuou especialmente na ocupação e comercialização das terras do chamado Distrito de Hercílio Luz, uma região que pertencia a Chapecó

e que teria sido assim nomeada como uma homenagem ao político que governou Santa Catarina por três mandatos.

O distrito de Paz de Hercílio Luz sofreu alteração na sua denominação em 13 de fevereiro de 1929, quando da passagem pelo vilarejo do então presidente Adolfo Konder, que percorreu mais de três mil quilômetros pelo oeste de Santa Catarina, numa viagem intitulada “Bandeira Konder”. Nessa mesma data a Bandeira Konder passou pelo distrito de Paz de Hercílio Luz. Conforme relatos orais, seus integrantes se hospedaram na residência de Luiz Lunardi, onde a comitiva governamental foi recepcionada com uma churrascada, ali pernoitando. Neste local foram plantados diversos xaxins, fato que também contribuiu para que o distrito fosse reconhecido e denominado, oficialmente, de Xaxim. (CHITOLINA, 2013, p. 17)

Em 1938, o distrito é elevado à categoria de vila. A emancipação política de Xaxim foi decretada em 20 de fevereiro de 1954, tomando posse Laurindo Dário Lunardi, o primeiro prefeito nomeado. Ele governou até 15 de novembro de 1954, quando Luiz Lunardi foi eleito.

Assim como ocorreu com Chapecó, o município de Xaxim foi colonizado por descendentes de europeus. Esses descendentes diretos de italianos, alemães e poloneses, em sua maioria vindos do Rio Grande do Sul, buscavam em Santa Catarina nova oportunidade de vida a partir da aquisição de terras férteis a preços módicos. Até 1960 a mesorregião recebeu cerca de 250 mil migrantes (SUDESUL, 1975, *apud* RADIN, 2019, p. 725)

Apesar da grande oferta de terras, em um primeiro momento os colonizadores foram assentados em reduzidos lotes agrícolas onde predominava o sistema de cultivo de subsistência.

No processo de colonização predominou a pequena propriedade rural, com um modelo de ocupação de aproximadamente 10 alqueires ou 24,2 hectares de terra. Dedicavam-se à produção em pequena escala, sobretudo à produção de milho e à criação de suínos, fatores que condicionaram a instalação, a partir de 1930, de unidades fabris na área frigorífica [...]. (PIMENTA, 1996, *apud* SKRZYPCZAK, 2013, p. 32).

Gretzler (2011) escreve que a colonização estimulada pelo Estado por meio das empresas colonizadoras acirrou conflitos com os habitantes nativos da região,

em sua maioria, por índios e caboclos, que não tiveram reconhecida a propriedade da terra e que praticavam uma agricultura pouco integrada com a economia nacional.

Os colonos que compravam as terras no Oeste Catarinense queriam que elas estivessem limpas, ou seja, sem moradores. Para a limpeza da terra os caboclos e os poucos indígenas que ainda viviam foram expulsos de suas terras, pois eram considerados improdutivos. Esses povos, ou foram sendo empurrados para áreas distantes nas matas, ou foram para as cidades, quando não foram literalmente eliminados (PAIM, 2006, *apud* GRETZLER, 2011, p. 67)

Os migrantes avançaram sobre áreas ocupadas por caboclos, já que nesse período da colonização a população indígena já havia sido drasticamente reduzida.

Os povos indígenas e caboclos eram definidos como despreziosos, sem preocupação com o futuro, violentos, intrusos, pobres, não afetos ao trabalho e relacionados com o atraso da região. Por outro lado, os colonos migrantes, principais protagonistas do processo de colonização, tiveram sua imagem positivada. Foram idealizados e vistos como ordeiros, qualificados trabalhadores, prezavam pela propriedade, capazes de produzir alimentos e impulsionar o progresso regional e do País, constituindo-se em símbolos da civilização. (RADIN; VICENZI, 2018, p. 70)

Evidencia-se, portanto, que “o processo de colonização, embora caracterizado pela economia de subsistência, foi impulsionado pelo espírito capitalista, com base na propriedade privada da terra e no etos do trabalho, na busca de riqueza, mas alicerçada em valores comunitários e religiosos” (CORAZZA, 2016, p. 299).

Desse longo processo de colonização resultaram diferentes atividades produtivas que se destacaram. Veremos a seguir alguns dos chamados ciclos econômicos regionais, baseados em atividades de extração e exploração vegetal, e uso da terra para o cultivo de alimentos e criação de animais de corte, em especial, os suínos.

1.2 AS PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS REGIONAIS

Conforme visto antes, o vazio demográfico não passava de senso comum e, ao contrário do que muitos defendiam, a mesorregião Oeste de Santa Catarina possuía, sim, habitantes com estilo de vida bastante peculiares. Assim, pode-se afirmar que

[...] o povoamento dessa região constituiu-se a partir de três fases distintas, cada uma com atividades econômicas próprias, sendo a primeira fase a de ocupação indígena, com atividades de coleta e pesca, até meados do século XIX; a segunda fase foi caracterizada pela presença dos luso-brasileiros, conhecidos como caboclos, tendo como principais atividades a agricultura de subsistência, a extração da erva-mate e o tropeirismo; a terceira fase, a da colonização, ocorreu com a penetração de grupos de origem alemã, italiana e polonesa (esta dos poloneses menos expressiva), vindos em sua maioria do Rio Grande do Sul, atraídos pelos projetos da exploração madeireira e pela colonização [...] (SKRZYPCZAK, 2013, p. 24 e 25)

A segunda e a terceira fase citadas por SKRZYPCZAK (2013) constituíram-se por atividades econômicas diversas, com destaque para a pecuária, para o extrativismo vegetal (erva-mate e madeira), agricultura familiar e, mais tarde, as agroindústrias. Corazza (2016), diz que a história da formação e do desenvolvimento econômico do Oeste Catarinense pode ser analisada através da evolução desses ciclos econômicos. Bavaresco (2018) define ciclo econômico como um período em que determinado produto beneficiou a conjuntura do momento e se tornou uma espécie de centro da economia, atraindo as demais forças econômicas e provocando mudanças nos demais setores.

A partir dos últimos anos do século XIX houve um declínio das atividades pastoris e, no início do século seguinte, ao lado da criação de suínos e muares, a extração de erva-mate passou a representar a principal atividade econômica da região da fronteira Sul, ocupando brasileiros, argentinos e paraguaios. As atividades ervateiras atraíram, além dos peões de fazendas decadentes, trabalhadores da estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, caboclos e fugitivos da justiça e dos

conflitos do Contestado (MURARO, 2016, p.174).

Considerado um produto de grande potencial econômico, usada principalmente para a elaboração do chimarrão, a erva-mate nativa começou a ser extraída das matas pelos caboclos que habitavam a mesorregião. A atividade se tornou, segundo Renk (2006) um “ofício étnico”, pois o corte da erva se tratava, segundo a autora, de um trabalho considerado pelos descendentes europeus como de menor importância.

Autores como Marquetti e Silva (2016) explicam que o corte da erva era uma fonte de renda importante para esses caboclos que habitavam a região e que costumeiramente eram expulsos por colonizadores que afirmavam ter a posse legítima das terras ocupadas por eles.

Afastados das terras, muitos acabaram por trabalhar na condição de agregados dos novos proprietários, em atividades como extração de madeira, cultivo de lavouras ou no corte e secagem de erva-mate, nos barbaquás, residindo temporariamente nos fundos da propriedade (MARQUETTI; SILVA, 2016, p. 116)

Bavaresco (2003) explica que um desenvolvimento mais sistemático e efetivo da erva-mate, porém, só veio a ocorrer mesmo no final de século XIX, com seu maior atrelamento aos mercados externos da região. Conforme Bavaresco, na realidade, o Oeste catarinense sempre foi um grande fornecedor de matéria-prima para outros mercados, pois o mercado consumidor local era pequeno, dado que os moradores locais, em geral, produziam o mate para seu próprio consumo.

A pujança do mercado ervateiro se destacou em razão da sua grande importância econômica e financeira. Essa presença pode ser facilmente observada em uma pesquisa rápida realizada em alguns periódicos de época. Há, entre outros materiais disponíveis, anúncios publicitários publicados em jornais impressos nas primeiras décadas do século XX, conforme mostrado na Figura 3. O anúncio de compra e venda de erva denota um segmento em franca expansão, inclusive internacional.

Figura 3: Anúncio no Jornal O Sertanejo, p. 2, fevereiro de 1921

**Simão Ruas & Companhia.
Compradores e exportadores
de Herva-Matte systema
Barbaquá Paraguay.**

Fonte: Hemeroteca Digital Catarinense

A atividade ervateira atravessou fronteiras e fomentou o comércio nos países vizinhos. Conforme Bavaresco (2018), no ano de 1910 passaram por Passo Bormann (Chapecó) mais de 635 mil quilos de erva cancheada com destino ao Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai. Um ano depois, esse volume exportado foi praticamente duplicado.

Pela facilidade de burlar os impostos, era para a Argentina que seguiam a maior parte das tropas de mulas carregadas de erva-mate. O controle de entrada e saída de produtos do estado de Santa Catarina, mais precisamente no Oeste Catarinense, era muito deficitário. [...] A falta de estradas para circulação de mercadorias era compensada com inúmeras picadas que seguiam para os mais diferentes destinos. Assim, mesmo que existissem estações de cobrança de impostos e coletorias, não se tornava difícil desviar esses locais. (BAVARESCO, 2018, p. 285 e 286).

Os registros históricos acerca da atividade pecuária mostram que, em meados do século XVIII, muito antes, portanto, do começo da colonização, Santa Catarina servia como uma rota de passagem das tropas que se deslocavam a São Paulo. O caminho era usado pelos tropeiros que transportavam o gado bovino gaúcho para a comercialização em Sorocaba. Para garantir a posse das terras,

ainda disputadas por Brasil e Argentina e por Paraná e Santa Catarina, o governo brasileiro incentivou a ocupação das áreas de campo. Nos chamados campos de Lages foram instaladas as primeiras coletorias para cobrar impostos sobre o transporte dos animais. Os tropeiros sentiram a necessidade de criar novas rotas para tentar driblar o fisco e, desta forma, o Oeste de Santa Catarina passou a ser o novo caminho das tropas. (BAVARESCO, 2018)

Na região Oeste não havia ainda nenhum posto fiscal, formando-se assim um descaminho para fugir da tributação sobre o gado. Uma das principais vilas criadas na região nesse período foi Campo Erê, que ligava Palmas, no Paraná, com Corrientes, na Argentina. Outro povoado que podemos destacar é a sede do atual município de Descanso, que recebeu esse nome por ter sido um local de descanso das tropas (GRETZLER, 2011, p. 35)

A pecuária representou mudanças no uso das terras do Oeste Catarinense. A característica dessa etapa é que nela os fazendeiros utilizavam-se dos campos principalmente para a criação de gado de corte e de muares utilizados em atividades de transporte. O caboclo que habitava a região é apontado como o primeiro criador de animais. Eram criados gado bovino para tração e, principalmente porcos, em um sistema primitivo no qual os animais viviam soltos e se alimentavam basicamente de frutas e outros vegetais. (BAVARESCO, 2003)

Poucas eram as técnicas de manejo empregadas na pecuária, sendo essa, segundo Warren Dean, uma prática comum dentro da criação de animais praticada na Mata Atlântica como um todo. Raramente eram realizados cultivos de pastagens, tanto de capim nativo ou exótico, inexistindo mesmo qualquer seleção nos séculos anteriores ao XIX. Esta consistia em uma pecuária extensiva, com o pastejo contínuo dos animais em uma mesma área, sendo a queima dos pastos na primavera a única técnica de manejo das pastagens. Essa, se antes servia para limpeza do terreno para a caça, agora se prestava à pecuária, eliminando a palha seca e possibilitando o aproveitamento da rebrota para a criação. (SILVA; BRANDT; CARVALHO, 2016, p. 276)

A atividade de criação de animais soltos, no período da pré-colonização, somente foi possível pela abundância de terras. “Esses porcos, após serem abatidos, eram utilizados para a troca ou para alimentação. Quando para a troca,

eram transformados em banha e comercializados no Rio Grande do Sul ou na Argentina” (BAVARESCO, 2003, p. 73).

Parte dos suínos criados na região era tropeada, ou seja, os animais eram conduzidos a pé, até estações de trem, de onde embarcavam com destino aos grandes centros consumidores localizados principalmente em São Paulo. A Figura 4 mostra uma vara composta por porcos já visivelmente engordados, conduzida por tropeiros, provavelmente com destino ao abatedouro. A julgar pelo crescimento da atividade suinícola, a cena deveria fazer parte do cotidiano dos moradores da região Oeste de Santa Catarina. Com o passar dos anos, esses animais deixaram de ser levados para São Paulo e passaram a ser abatidos na própria região.

Figura 4: Tropeada de suínos em Chapecó nos anos 1950



Fonte: Acervo de Victorino Zolet

Brandt (2015) escreve que “a criação de porcos foi impulsionada por esse processo de colonização, juntamente com a possibilidade de escoamento da produção por via férrea. Se antes os principais destinos dos porcos eram as cidades próximas, a partir de então, abriram-se novos mercados”.

Na compra desses animais atuavam diversos comerciantes ao longo do Vale do Rio do Peixe, despachando, via férrea, alfafa e suínos para o Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul. Estes comerciantes, contudo, não eram os únicos destinos dos animais. Nos nascentes núcleos urbanos surgiram diversas iniciativas industriais, muitas destinadas ao aproveitamento e industrialização de carne, produzindo banha e embutidos em geral, destinados ao consumidor local, formado pelos moradores do então nascente quadro urbano da região, quanto ao mercado consumidor das grandes cidades do Sul e Sudeste do país (MAMIGONIAN, 1986, *apud* Brandt, 2015, p. 23 e 24)

Muitos empresários do ramo frigorífico acumularam capital e expertise através das relações diretas com a criação, comercialização e com o transporte de animais. Em depoimento ao Programa História Empresarial Viva, promovido pela Associação Comercial e Industrial de Chapecó (ACIC) em setembro de 1991, o empresário Plínio Arlindo de Nês contou parte da história desses pecuaristas oestinos.

O porco, quase selvagem, era solto na roça de milho, e a safra mesmo, nada, era a época do pinhão, porque tinha proteína, e o suíno não engordava. Nós levávamos tropas de Faxinal dos Guedes até Joaçaba, tocando os porcos e um caminhão atrás recolhendo os estropiados, aqueles que não corriam. (ACIC, 1997, p. 165)

As técnicas de criação, de transporte e de abate e o sucesso comercial dos abatedouros de animais no Oeste Catarinense não são exatamente novidades, principalmente se considerarmos que a tendência da alimentação à base de proteína animal é anterior. Isso porque o consumo de carnes de caça e de animais já domesticados, incluindo os porcos, já ocorria na Europa desde a Idade Média. A dieta alimentar europeia atravessou gerações e influenciou os hábitos de consumo dos imigrantes (em especial os alemães e italianos) que buscaram novas oportunidades de vida no Sul do Brasil no decorrer do século XIX .

[...] Entre os italianos era costume a criação de animais, especialmente os suínos e as aves, para o provimento das necessidades da subsistência. Além disso, também migraram outros saberes artesanais, técnicos e de iniciativa empreendedora, os quais perpassam as relações de produção que emergiram do processo e que estão na gênese e consolidação da indústria de processamento de suínos e aves da região. (RADIN, 2019, p. 720)

Corazza (2016), escreve que, embora tenha sido importante para a ocupação do território e para a sua integração na unidade nacional, do ponto de vista econômico, “o ciclo da pecuária pouco contribuiu para a formação do capital e para o progresso econômico da região”. Segundo ele,

[...] o capital circulante era escasso, em geral associado à comercialização de gado e de alimentos. Não vingou a indústria das charqueadas, nem a pequena indústria do couro, como aconteceu em outras regiões do país. De qualquer modo, o ciclo da pecuária foi importante para o início da ocupação do território do Oeste catarinense (CORAZZA, 2016, p. 304).

Nesta mesma linha, Bavaresco (2018) reconhece a importância econômica da pecuária, mas pondera que esse ciclo não foi o mais decisivo para o desenvolvimento da região.

A pecuária no oeste catarinense não proporcionou a circulação de capital capaz de gerar um desenvolvimento econômico significativo. Ficou limitado à ocupação das terras para garantir a posse, tanto para o governo catarinense, quanto para as famílias que se fixaram nas áreas de campo. Com a distância dos centros maiores de consumo, somada à elevada produção de charque no Rio Grande do Sul e à importação de charque da Argentina que saturavam o mercado interno, o Oeste de Santa Catarina era região de trânsito para os tropeiros. Não se pode negar que muitas fazendas de gado surgiram e com significativo número de animais, no entanto, os animais eram usados como moeda de troca, pois, na região, a circulação de papel-moeda praticamente não existia. (BAVARESCO, 2018, p. 284 e 285)

Conforme Radin (2019), a suinocultura, ainda que realizada de forma rudimentar, se comparada aos padrões dos anos 2000, teve uma relação muito próxima com o modelo de colonização do Oeste de Santa Catarina, pois foi centrada na pequena propriedade, com uso da força do trabalho familiar. Foi a partir deste modelo que pequenos comerciantes conseguiram acumular capital necessário para depois investir em outras atividades comerciais.

Desse modo, a formação e acumulação do capital comercial foi possível a partir da agricultura familiar, especialmente através da criação e comercialização de suínos, permitindo a transformação em capital industrial e se constituindo a base para o processo de expansão capitalista da região. A criação foi gradualmente deixando de ter apenas caráter de subsistência dos colonos, para se transformar em atividade comercial dominante, chegando a consolidar-se como principal objetivo da produção de valor comercial, capaz de gerar renda excedente. (RADIN, 2019, p. 727 e 728)

A chegada dos colonizadores no Oeste catarinense nas primeiras décadas do século XX representou um avanço ainda maior na derrubada das florestas nativas. Como o foco inicial era investir na agricultura, havia o entendimento da necessidade urgente de derrubar as árvores para implantar pastagens e as primeiras lavouras de milho, trigo, feijão, entre outros produtos alimentícios. A mata era vista como uma barreira a ser superada.

Além do comércio nacional e internacional, a madeira oriunda dessas florestas também passou a ser largamente usada na construção de casas, pontes, e demais benfeitorias rurais, como estrebarias, paióis e cercas. Na verdade, as empresas colonizadoras vendiam as terras a preços baixos, mas sob o compromisso de o comprador limpar as áreas e autorizar, no futuro, a derrubada das árvores visando a comercialização para a produção de madeira. Para as colonizadoras, o objetivo mais importante era atrair compradores para as terras e explorar a riqueza em madeira existente (BAVARESCO, 2005, p.81)

As terras que continham grande quantidade de árvores nobres, como araucária, cedro e imbuia rapidamente se valorizaram. E, como consequência desse potencial comercial, surgiram na região as primeiras serrarias, muitas delas criadas ou estimuladas pelos pecuaristas interessados em derrubar a mata para ampliar lavouras e pastagens.

A exploração madeireira possibilitava “fazer dinheiro” de maneira rápida e fácil, além de expandir a área de criação. Alguns pecuaristas também montaram suas serrarias, porém o mais frequente era a venda das árvores ou acordos de exploração onde o fazendeiro e o proprietário da serraria ficavam cada um com metade dos lucros, em um acordo conhecido como “serrar às meias”. (SILVA; BRANDT; CARVALHO, 2016, p. 276).

Conforme Corazza (2016), a exploração econômica da madeira só passou a ganhar importância no início do século XX, quando veio a ser feita de forma sistemática, com fins comerciais, a partir da construção da estrada de ferro que atravessou a região, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. Corazza diz que a extração da madeira acompanha a colonização e tem seu período áureo entre 1930 e 1950. Começou a declinar no final dos anos 1950, com o esgotamento dos pinhais de corte e de outras madeiras nobres.

A exploração econômica da madeira era feita pelas grandes madeireiras e serrarias, dentre as quais sobressaia a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, mais conhecida como Madeireira Lumber, ligada ao Grupo Farquhar, um verdadeiro império com braços em vários setores espalhados por muitos países (CORAZZA, 2016, p. 304).

A Lumber foi encampada durante o governo de Getúlio Vargas, ainda nos anos 1930. As atividades da empresa, que também atuava como colonizadora de terras na chamada região do Contestado (atual Meio-Oeste Catarinense), “contribuíram para levar à falência os tradicionais pequenos engenhos de serrar que existiam na região” (CORAZZA, 2016, p. 304).

O autor cita que aproximadamente 80% da produção local de madeira da mesorregião eram destinados aos centros consumidores do país, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. O restante da produção seguia para Argentina e Uruguai, transportadas nas balsas que desafiavam as águas do Rio Uruguai. Os balseiros e o próprio sistema de transporte se tornaram parte importante da história social, cultural e econômica da região. Na Figura 5 podemos ter uma noção do tamanho das balsas e da forma de acondicionamento das madeiras destinadas à exportação. As árvores abatidas (geralmente de espécies nobres, como araucária, cedro, imbuia, entre outras) eram processadas em serrarias próximas e ficavam estocadas.

Os balseiros construíam as balsas e somente carregavam as madeiras nos períodos de cheias, quando o nível do leito do Rio Uruguai subia e possibilitava a viagem até províncias argentinas, onde os compradores aguardavam a chegada das cargas. Os balseiros catarinenses voltavam para suas cidades de origem por meio de caronas e até mesmo a pé.

Figura 5: Balsa no Rio Uruguai nos anos 1960



Fonte: Acervo de Victorino Zolet

Corazza (2016) afirma que assim como ocorreu com outros ciclos econômicos, o ciclo da madeira – apesar de considerado importante na história local – “pouco contribuiu para criar as bases da acumulação de capital e do desenvolvimento regional”.

Nesta mesma perspectiva, Bavaresco (2018) diz que a exploração madeireira não foi exatamente decisiva para o desenvolvimento econômico local na época.

Embora o ciclo da madeira tenha possibilitado a implantação de diversas madeireiras no Oeste de Santa Catarina, esse ciclo não propiciou acúmulo maior de capital na atividade propriamente dita. A madeira retirada da região era exportada para o Rio Grande do Sul e países vizinhos em forma de pranchas, barrotes e tábuas brutas. O beneficiamento e a transformação dessa madeira em aberturas, móveis e outros, ficou ao encargo dos estados e países vizinhos que agregavam valor sobre a madeira retirada da região. À medida que a madeira nobre começava a se tornar escassa, inúmeras indústrias desse ramo migraram para o estado do Paraná e, em maior número, para o Mato Grosso. (BAVARESCO, 2018, p. 296 e 297)

Mas não se pode negar que o ciclo da madeira contribuiu para o fortalecimento do setor agropecuário. De olho nas oportunidades de mercado, parte dos criadores de animais decidiu investir na pecuária uma parcela do capital acumulado com a exploração madeireira. O objetivo era proporcionar o aumento da produtividade do rebanho. Esse investimento também foi direcionado às melhorias no manejo e cultivo das pastagens. (SILVA; BRANDT; CARVALHO, 2016)

Se analisarmos a trajetória de alguns empresários do ramo frigorífico no Oeste catarinense podemos concluir que boa parte deles também atuou por vários anos na extração e comercialização de madeiras nobres. A atividade se tornou importante fonte de renda e de acumulação de capital que possibilitou, depois, a participação efetiva na fundação de alguns dos mais importantes frigoríficos (Tabela 1).

Tabela 1 – Madeireiros que investiram em frigoríficos no Oeste de SC

Madeireiro	Frigorífico	Fundação	Município
LUNARDI, André	Diadema	1939	Xaxim
PAGNONCELLI, Attilio Saulle	Comércio e Indústria Saulle Pagnoncelli	1942	Herval D'Oeste
DE NÊS, Plínio Arlindo	SAIC	1952	Chapecó
PALUDO, Biágio Aurélio	Seara	1956	Seara
TISSIANI, Hermínio	SAIC	1952	Chapecó
CELLA, Orlando Jacob	Aurora	1969	Chapecó
BERTASO, Ernesto e Serafim	SAIC	1952	Chapecó

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Instituto Nacional do Pinho – INP

Então, em contraponto aos autores citados anteriormente, podemos concluir que a atividade madeireira foi, sim, uma importante base para a transformação econômica da mesorregião Oeste de Santa Catarina porque desempenhou destacado papel no processo de criação e sustentação financeira das primeiras

agroindústrias. A tabela 1 mostrou que pelo menos cinco grandes frigoríficos – Diadema, Saulle Pagnoncelli, SAIC, Seara e Aurora – receberam investimentos de empresários do ramo madeireiro.

Apontado como o principal fundador da Sociedade Anônima Indústria e Comércio Ltda (SAIC), o empresário Plínio Arlindo de Nês aparece entre esses empreendedores. Ele fez fortuna ao se tornar “o maior madeireiro e o maior exportador de madeira” nos anos 1940, no município de Faxinal dos Guedes. “Eu fui o primeiro a comprar um trator, tanto agrícola, como de esteiras para puxar toras. Vivia muito bem, sossegado. Ia no mato fiscalizar a derrubada de toras e tinha três serrarias”. (ACIC, 1997, p.170)

A história de vida de Biagio Paludo, fundador do Frigorífico Seara, é semelhante. Vinda da Itália, a Família Paludo se instalou em Seara (SC), no ano de 1920, onde montou pequenos empreendimentos, inclusive no ramo madeireiro.

Biagio narra sua relação com o trabalho como agricultor, no moinho e na serraria da família, como arrastador de toras que formavam as balsas, que através do rio Uruguai eram exportadas para a Argentina, para onde fez sua primeira viagem como balseiro, aos 16 anos. Isso o levou a atuar também na comercialização de madeira. A partir de 1935 adquiriu e atuou com casas comerciais na região e, em 1948, iniciou a construção de um moinho de trigo e milho, concluído em 1951, atividade que foi expandida para São Francisco do Sul, no litoral catarinense. Em 1956, dois anos após ter sido eleito o primeiro prefeito de Seara, liderou o processo de fundação do frigorífico, reunindo o capital necessário para sua construção e funcionamento. (RADIN, 2019, p. 730 e 731)

Gaúcho de Guaporé, nascido em 1908, Hermínio Tissiani é outro madeireiro que teve relação com frigoríficos. Chegou em Chapecó no ano de 1947, mas seus negócios no ramo da madeira no Oeste catarinense já haviam começado 17 anos antes com atividades nas localidades de Guatambu e Passo Bormann. Sócio-fundador da SAIC, em 1952, e da Cooperalfa, em 1967, Tissiani também foi presidente do Instituto Nacional do Pinho (INP) e se recorda da grandeza das florestas nativas existentes na região.

Quando andávamos a cavalo, encontrávamos nas trilhas do caminho pinheiros caídos com mais de um metro de espessura. O cavalo

quase não conseguia atravessar. Eu tinha que puxar o animal e meu companheiro vinha atrás para fazê-lo seguir. (COOPERALFA, 2020)

A riqueza gerada pelo segmento madeireiro também é fruto do comércio com países vizinhos. Gretzler (2011) explica que a madeira mais nobre, extraída na região de Chapecó, era levada até o rio Uruguai, onde eram construídas as balsas. Em períodos de cheias, essa madeira era transportada pelo rio até a Argentina ou Uruguai, onde era comercializada. Em troca da madeira, os comerciantes adquiriam sal, armas, bebidas e vestuários, entre outros itens de primeira necessidade. Outra aplicação era a transformação dos troncos em tábuas, ripas ou vigotes, que depois eram enviados para os centros urbanos, abastecendo as fábricas de laminados, esquadrias, caixas, entre outros.

A atividade madeireira desenvolvia-se livremente até os anos de 1940, sem controle e/ou medidas legais que a regulamentasse, tanto no âmbito da derrubada das florestas naturais, sem a preocupação ou exigência de reflorestamento das áreas, quanto no comércio pelo rio Uruguai. Não havia controle fiscal do produto destinado aos países platinos, como se relata no livro de informações do Departamento Estadual de Estatística do estado de Santa Catarina, em relação ao município de Chapecó. Até pouco tempo, o pinheiro, fonte de grande riqueza do município, era cortado e, em seu lugar, nada se plantava, sendo assim, dia a dia, arrasados os pinheirais (BOLETIM IBGESC, 1941, *apud* RADIN; SALINI, 2015, p. 7).

Em 1941, durante o governo de Getúlio Vargas, foi criado o Instituto Nacional do Pinho (INP), um órgão ligado ao Ministério do Trabalho, cujo objetivo central seria disciplinar as atividades extrativistas madeireiras nos três estados do Sul do Brasil. Na prática, a missão do INP não era exatamente a proteção e preservação ambiental das florestas de araucárias. Pelo contrário, o objetivo era fomentar, por meio da exploração tida como racional, o segmento econômico que representava uma grande fatia das riquezas produzidas na região. No ano de 1949, estavam cadastradas, somente em Chapecó, 112 serrarias especializadas no processamento de madeiras nobres.

Na prática o Instituto não teve o intuito de coibir a extração da madeira, mas de organizar e assegurar as relações de câmbio e fiscalização que até então o Estado Federal não tinha controle. Essa situação também dizia respeito à região do Alto Uruguai, tendo em

vista que este rio se constituía no meio de escoamento da madeira para os países platinos. (RADIN; SALINI, 2015, p. 10 e 11)

A exploração comercial desenfreada da madeira, o avanço da agricultura e a falta de legislação ambiental específica, provocaram grandes transformações na paisagem. Até o final do século XIX e início do século XX a região Oeste de Santa Catarina era coberta basicamente por duas formações florestais, a floresta estacional decidual (FED) e a floresta ombrófila mista (FOM). A FED é um dos ecossistemas mais devastados no Brasil, com agravante de que em território catarinense não há reserva legal dessa tipologia que, em levantamentos recentes, apontou um remanescente menor do que 3% da mata original (NODARI, 2010).

Depois da exploração da madeira, outra importante atividade econômica, também ligada diretamente à terra, proporcionou considerável movimentação de riquezas e, assim, ajudou a criar as bases para o desenvolvimento da região Oeste de Santa Catarina. Segundo Corazza (2016), a agricultura familiar se desenvolveu a partir da colonização, que inicia na década de 1920, após a Guerra do Contestado, e se intensificou a partir de 1940, com a chegada de novas levas de colonos do Rio Grande do Sul, sobretudo alemães e italianos, mas também poloneses, que traziam consigo uma larga experiência no cultivo da terra.

Considerados primitivos, e conseqüentemente de baixa produtividade, os modelos de criação de animais, de agricultura e de manejo de pastagens foram alvos de críticas no início do século XX. Não se negava que o campo oferecia o potencial necessário para a produção de alimentos visando a comercialização junto aos grandes centros urbanos. Mas faltavam estradas, comunicação e, principalmente, tecnologia agropecuária (SILVA; BRANDT; CARVALHO, 2016).

Os primeiros colonos que chegaram à região Oeste de Santa Catarina precisaram vencer todas essas grandes dificuldades impostas na época. A escassez de sementes, o relevo acidentado, a acidez do solo e o trabalho exclusivamente braçal são apenas exemplos de alguns dos vários obstáculos que precisaram ser superados. Mesmo assim, esses primeiros colonizadores de descendência europeia apostaram na preparação da terra, no cultivo de grãos diversos e na criação de animais de corte (com destaque para os suínos). A junção dessas atividades rurais é apontada como uma das principais fontes de um complexo processo de formação de

excedentes.

O ciclo da agricultura familiar, se assim pode ser chamado, pois suas atividades não eram cíclicas e sim permanentes, até os dias atuais, representou o passo mais importante na formação econômica do Oeste catarinense. A agricultura familiar contribuiu decisivamente para a formação do capital comercial e sua posterior transformação em capital industrial, base do complexo agroindustrial que se expandiu rapidamente na região. (CORAZZA, 2016, p. 305)

Para vender parte da produção excedente, esses colonizadores criaram, depois, as chamadas casas comerciais. Elas estão entre as primeiras experiências de comércio que tiveram êxito e reconhecida importância econômica no Oeste de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX. Esses estabelecimentos

[...] se notabilizaram pela venda dos mais variados produtos necessários à vida dos colonos, assim como pela aquisição dos cereais e de animais que eles produziam. A atividade comercial abrangeu também a intensa venda de terras, bem como a industrialização e comercialização da madeira. Nesse sentido, os empresários da agroindústria souberam explorar o potencial produtivo das pequenas propriedades agrícolas, impulsionadoras do comércio e da indústria regional, responsáveis pela geração de boa parte do capital empregado no processo de industrialização. (RADIN, 2019, p. 739)

As casas comerciais geralmente eram construções em madeira, em estilo ítalo-germânico (telhados no formato enxaimel, cobertos com telhas de barro), instaladas em vilarejos cortados por estreitas estradas de chão por onde passavam as carroças puxadas por cavalos ou bois. A Figura 6 mostra uma casa comercial que existia na esquina da rua Marechal Deodoro da Fonseca com a avenida Getúlio Vargas, centro de Chapecó, no ano de 1943.

Os registros desses estabelecimentos também podem ser encontrados em outros municípios da região.

[...] a primeira casa comercial no município de Xaxim foi construída em 1926, quando chegaram para ali morar o sr. Sílvio e dona Ambrosina Lunardi, onde efetuavam a compra dos produtos agrícolas, suínos e derivados, como a banha, e realizavam a venda de secos e

molhados, ferragem e remédios (OLIVEIRA, 1992, apud SKRZYPCZAK, 2013, p. 46).

Alba (2005) concorda que as bases do modelo capitalista na região Oeste de Santa Catarina foram gerados a partir do comércio, evidenciado na venda de madeira, erva-mate e, depois, pelos produtos alimentícios oriundos das pequenas propriedades rurais.

Figura 6: Casa comercial no centro de Chapecó em 1943



Fonte: Acervo do CEOM/Unochapecó

Vimos neste item que algumas atividades econômicas, como a agricultura familiar e a extração da madeira possibilitaram a geração de excedentes e o acúmulo de capital. Veremos a seguir que o comércio contribuiu também para o surgimento de um novo segmento econômico na região a partir dos anos 1930. E que esse segmento se tornou, ao longo de décadas, o principal pilar da economia na mesorregião Oeste Catarinense.

1.3 O SURGIMENTO DOS PRIMEIROS FRIGORÍFICOS

Em paralelo com a criação de suínos, os colonizadores desenvolveram outras atividades agropecuárias como a cultura do milho, do feijão, do arroz e da mandioca. E, como já visto, aos poucos foram surgindo as primeiras casas comerciais que vendiam produtos diversos, inclusive carnes e derivados produzidos de forma artesanal. Mais tarde, o estabelecimento conhecido por vender exclusivamente carnes ficou conhecido como açougue. O termo açougue está relacionado ao abate de animais e ao lugar onde eram realizadas atividades comerciais das cidades. A origem seria baseada em um dialeto sículo-árabe “as-suq” que designava mercado ou feira. (MULLER, 2019, p. 67)

Nos anos 1930 ocorreu uma expansão das casas comerciais e do comércio de suínos vivos para intermediários. Os animais eram embarcados em vagões de trem e revendidos aos frigoríficos da região Sudeste do Brasil. A venda desse excedente de produção continuou até o início da década de 1940, quando os comerciantes catarinenses perceberam que a venda de suínos vivos, atividade até então lucrativa, começou a esfriar em razão da forte competitividade exercida pelos frigoríficos paulistas. Pressionados, muitos redirecionaram suas atividades comerciais para o abate de suínos. Uma das primeiras novidades adotadas foi a separação do comércio da carne e da banha suína. Essa mudança no perfil do produto de origem animal provocou o surgimento dos abatedouros, seja por associação ou por expansão de capitais, sendo os primeiros no Vale do Rio do Peixe, região que possuía maior intercâmbio direto com São Paulo (PERTILE, 2008).

Três frigoríficos, com grande expressão econômica, surgiram na década de 1940, a Perdigão (1940, em Videira), a Comércio e Indústria Saulle Pagnoncelli (1942, em Herval do Oeste), e a Sadia (1944, em Concórdia). Em 1952, em Chapecó, surgiu a Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó (SAIC) e em 1956, o Frigorífico Seara (Seara). Em 1962 o Frigorífico Itapiranga foi criado no Extremo-Oeste e, em 1969, foi fundada a Cooperativa Central Oeste Catarinense, com sede em Chapecó (PERTILE, 2008; CORAZZA, 2016).

Os empresários que estiveram na gênese da indústria frigorífica do Oeste catarinense exibem perfis bastante peculiares e semelhantes. Foram sobretudo descendentes de imigrantes italianos, nascidos nas áreas dos primeiros assentados agrícolas do Rio Grande do Sul. Em geral, provenientes de famílias de agricultores que também praticaram

o comércio, por meio das “Casas Comerciais”, seja naquelas áreas ou na região da nova fronteira agrícola do Oeste de Santa Catarina, a partir dos anos 1920, em decorrência da expansão da colonização. O ato de migrar para a região de alguma forma era acompanhado da intenção de continuar ou iniciar a atividade comercial. (RADIN, 2019, p. 739)

No início, o principal produto industrial produzido por esses abatedouros era a banha. Já a carne era vendida na forma de linguiça ou como carne salgada porque não havia outro meio para conservá-la. Foi a partir desse formato que o setor agropecuário começou a industrializar-se, formando as primeiras agroindústrias regionais.

Assim, pode-se dizer que, ao contrário do que havia acontecido com o ciclo da pecuária, o ciclo da erva-mate e o ciclo da madeira, que se mostraram incapazes de iniciar um processo de acumulação de capital na região, a colonização foi a fonte original do processo de acumulação de capital, através dos excedentes da agricultura familiar, que se transformou no motor do desenvolvimento do complexo agroindustrial, hoje um dos mais dinâmicos da economia catarinense (CORAZZA, 2016, p. 305).

As primeiras agroindústrias resultaram da bem-sucedida integração da agricultura familiar com a indústria frigorífica, que por sua vez constituiu a base do modelo de desenvolvimento do Oeste catarinense. Pode-se afirmar que o sistema agroindustrial ganhou impulso no Oeste catarinense por um reduzido grupo de fatores, sendo que o principal deles foi o crescimento da demanda por alimentos cárneos nas demais regiões do país, especialmente o Sudeste. Mais tarde, esse aumento de demanda também foi observado em diversos países do mundo.

O processo de industrialização da atividade frigorífica também é reflexo do modelo econômico idealizado pelos governantes da época. A política desenvolvimentista que começou no Sudeste brasileiro e transformou o segmento cafeeiro expandiu-se pelo interior do país.

O ideário modernista industrial no Brasil no início do século XX, destaque no Estado Novo de Vargas, ganhou maiores contornos da política desenvolvimentista Cepalina amplamente argumentada por Celso Furtado, nos “50 anos em 5” de Juscelino Kubistchek,

influenciou substancialmente a inserção do abate industrial no oeste catarinense (MULLER, 2019, p. 18).

Nesta mesma perspectiva, Radin (2019) escreve que a industrialização brasileira ocorreu de forma tardia e que a economia do país, nos anos 1930, era essencialmente atrelada ao café.

No transcurso das primeiras décadas do século XX, em particular com os efeitos provocados pela Primeira Grande Guerra, como também pela crise econômica de 1929 e seus reflexos sobre o mercado cafeeiro, além da chegada de Vargas ao poder, ocorreu um processo de “substituição de importações”. Entre os efeitos internos, conforme foi evidenciado em estudo do CEAG, a demanda de alimentícios do centro do país estimulou e criou as condições para o crescimento da produção agroindustrial no Sul. Para Brum, esse cenário nacional permitiu iniciar a “ruptura com o passado colonial e a decolagem do processo de industrialização do país”. Nesse panorama surge e se expande a indústria de processamento de carnes do Oeste catarinense. (RADIN, 2019, p. 720)

Como veremos com maior aprofundamento no capítulo 2, os europeus de nascimento ou os descendentes europeus que colonizaram o Oeste catarinense receberam apoio de grandes líderes políticos e também exerceram grande influência política no Oeste Catarinense em razão do forte poder econômico. Conforme visto até aqui, esses colonizadores investiram seu capital excedente em novas atividades comerciais e industriais regionais. Não tinham, portanto, a chamada vocação ao capital especulativo. Situação contrária poderá ser observada no capítulo 2, quando trataremos das expansões agroindustriais na segunda metade do século XX.

A lista de personagens é extensa. Apontado como um dos primeiros empresários da colonização da região, Ernesto Francisco Bertaso nasceu no dia 24 de setembro de 1874 em Verona, na Itália. Em 1885, veio para o Brasil na companhia dos pais, Serafim e Veneranda, e dos três irmãos, José, Marcelo e Francisco. Instalou-se no Rio Grande do Sul, residindo em Santa Maria, Porto Alegre e Bento Gonçalves, trabalhando como comerciante e caixeiro viajante. Bertaso também morou em Guaporé, Passo Fundo e finalmente, em Chapecó a partir da segunda década do século XX. Em Chapecó atuou na comercialização de terras, na exploração da madeira e, entre outros empreendimentos, aparece como um dos fundadores da Sociedade Anônima Indústria e Comércio Ltda (SAIC).

Outro personagem da história econômica regional sem dúvida é Atílio Fontana, um dos fundadores da Sadia, na cidade de Concórdia. Atílio Francisco Xavier Fontana nasceu em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, no ano de 1900. Filho de pais imigrantes da Itália, mostrou aptidão para os negócios ainda nos primeiros anos da infância. Aos 20 anos, decidiu se mudar para o Meio-Oeste de Santa Catarina, região até então pouco habitada, mas que já era conhecida pela facilidade do transporte proporcionada pela existência da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande.

Aos 22 anos, Fontana fez sua primeira viagem de negócios a São Paulo. Além do comércio de alfafa e de suínos vivos, decidiu investir na instalação de uma casa comercial para vender diversos produtos adquiridos junto a comerciantes paulistas. Ficou conhecido na região pela habilidade de negociar e administrar seus negócios.

Mais tarde, no início dos anos 1940, Fontana foi convidado a integrar uma sociedade que estava em crise e que foi constituída para criar um abatedouro na cidade de Concórdia. Em 1944 o empreendimento se tornou a Sadia, empresa que anos depois ficou conhecida internacionalmente como um dos maiores complexos agroindustriais da América Latina.

Esses, e vários outros personagens, contribuíram para a transformação social, econômica e ambiental do Oeste Catarinense especialmente a partir dos anos 1970, quando alguns dos maiores frigoríficos experimentaram um crescimento exponencial motivado especialmente pela conquista do mercado internacional de carnes e derivados. Essa expansão foi patrocinada por diferentes fatores, com destaque para o sistema de criação e alimentação dos animais, conforme mostraremos no próximo item.

1.4 MUDANÇAS NO CENÁRIO ECONÔMICO REGIONAL

Vimos que grande parte do problema dos empreendedores oestinos (em especial os do Meio-Oeste) causado pela falta de transporte foi sanada com a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, no início do século XX. Pois a ferrovia,

[...] além de impulsionar a conquista e colonização do território, também foi um dos fatores que condicionou o crescimento da agroindústria. Por ela se escoava boa parte da produção agrícola do Vale e das áreas próximas, especialmente os suínos vivos, que inicialmente eram remetidos sobretudo para Curitiba e São Paulo e depois, gradativamente, passaram a ser industrializados na região. [...] mesmo os frigoríficos mais afastados da ferrovia tinham como foco a venda aos principais mercados urbanos, como o de São Paulo, utilizando-a para o transporte dos seus produtos. (RADIN, 2019, p. 740)

A ferrovia e as agroindústrias estão entre os fatores que provocaram transformações diversas na região. Com a chegada dos frigoríficos as formas tradicionais de abate de animais e processamento de carnes deram lugar ao abate industrial, feito a partir de um novo modelo que seguia normas e padrões até então nunca vistos. Este processo desloca o local do abate para o meio urbano. As propriedades rurais reorganizam a própria rotina e o tempo destinado à criação de animais. (MULLER, 2019, p. 19)

De um modo geral, a expansão das agroindústrias – e o modelo de produção adotado ao longo de décadas – também resultaram em grandes reflexos diretos no cenário socioeconômico regional.

[...] aliado às características de ocupação do território, centradas na propriedade agrícola de âmbito familiar e da policultura, a indústria frigorífica estabeleceu estreita relação com a matriz produtiva que se consolidou na região, exercendo expressivo impacto no processo de expansão capitalista. (RADIN, 2019, p. 722)

Entre as mudanças mais profundas, o sistema de criação dos animais de corte ganha destaque. Os suínos, que antes eram criados soltos, passaram a ser engordados em confinamentos, com uma alimentação baseada principalmente no milho. A opção pela criação e pelo processamento da carne suína em larga escala ocorreu porque os criadores perceberam, mais tarde, que os animais “convertem cerca de um quinto do que comem em alimento para consumo humano, contra aproximadamente um vigésimo dos bovinos, além do menor trabalho e tempo necessário para o abate ou comercialização” (LAGO, 1988, *apud* MORETTO; BRANDT, 2019, p. 241).

Não demorou para a carne suína se tornar um sucesso. Conforme a Epagri/Cepa (1976), no ano de 1970 foram abatidos 1,26 milhão de suínos em Santa Catarina, o que resultou na produção de 77,8 mil toneladas de carnes e derivados. Em 1977 foram abatidos 2,14 milhões de animais que proporcionaram 122,6 mil toneladas de carnes e demais produtos. Em 1975 o rebanho de suínos chegava a 3,15 milhões de cabeças em Santa Catarina. A atividade era desenvolvida em 164 mil estabelecimentos, sendo que 50 mil famílias tinham nessa atividade sua principal fonte de renda. A matéria-prima era adquirida por 16 frigoríficos (EPAGRI/CEPA, 1976). Em 2002, o rebanho suíno chegou a 4,7 milhões de cabeças, com produção de 665 mil toneladas de carne. No ano de 2017 o plantel de suínos alcançou 8,09 milhões de animais (EPAGRI/CEPA, 2017).

O abate industrial de aves ocorreu mais tarde, com igual sucesso comercial. A avicultura catarinense registrou o abate de 3,32 milhões de animais em 1970, o que resultou na produção de 4.650 toneladas de carnes e derivados. Sete anos depois, em 1977, foram abatidos exatos 70 milhões de animais, com 98 mil toneladas de carnes e derivados. Para efeitos de acompanhamento desse crescimento exponencial, no ano 2000 foram abatidas 624,4 milhões de aves (frangos e perus) em território catarinense. Em 2017, os frigoríficos catarinenses abateram 859,6 milhões de frangos (Epagri/Cepa, 2018). Com 1,87 milhão de toneladas de carnes e derivados produzidos em 2018, Santa Catarina respondeu por quase 15% da produção nacional, ficando atrás somente do estado do Paraná, que produziu 4,31 milhões de toneladas e liderou o ranking nacional da produção avícola (EMBRAPA, 2018).

Para alimentar rebanhos desse porte, foi preciso ampliar a área cultivada de grãos. Dados da Epagri/Cepa (1976), divulgados por meio da Síntese Informativa Sobre a Agricultura Catarinense, mostram que na safra 1969/1970 o milho foi plantado em 563.604 hectares, com um rendimento médio de 1.919 quilos por hectare e uma produção total de 1,08 milhão de toneladas. O mesmo levantamento aponta que na safra de 1973 a produção total de milho atingiu 1,56 milhão de toneladas. Já em 1974 a produção do cereal aumentou para 2,2 milhões de toneladas. Nesse ano o milho foi 80% cultivado no Oeste do Estado, ocupando 166 mil agricultores. A projeção para a safra 1976/1977 apontava que o milho seria

cultivado em 1,04 milhão de hectares, com uma produção de 2,53 milhões de toneladas. Já a produtividade subiria para 2.426 quilos por hectare, ou seja, um aumento acima de 26%.

Com a descoberta do grande potencial de proteínas, o farelo de soja foi introduzido na alimentação animal do plantel catarinense a partir da segunda metade da década de 1970. No ano de 1976, data da primeira publicação da Epagri/CEPA sobre o cultivo de soja no estado, 62.200 agricultores cultivaram o grão. Os 388.083 hectares plantados naquela safra resultaram na produção de 465.700 toneladas, ou seja, um rendimento médio de 1.200 quilos por hectare.

Em alta no mercado internacional, a área destinada ao cultivo da soja, bem como a produtividade, só aumentaram nos anos seguintes. A última publicação da Síntese Informativa Sobre a Agricultura Catarinense refere-se à safra 2017/2018. Os dados apontam que a área destinada ao plantio de soja é de 669.175 hectares, com uma produção projetada de 2,54 milhões de toneladas. Fica evidente que em pouco mais de 40 anos a área de cultivo quase duplicou e a produtividade foi multiplicada por cinco.

Vale destacar que mais de 80% da soja colhida em solo catarinense é destinada para exportação e/ou para alimentação animal, principalmente para suínos, aves e bovinos de corte e de leite (EPAGRI/CEPA, 2017). Em suma, significa dizer que grande parte da produção agrícola é destinada, direta ou indiretamente, às agroindústrias. A trajetória de uma delas – a Chapecó Alimentos – será mostrada no próximo capítulo.

2 PLÍNIO DE NÊS, FUNDAÇÃO DA SAIC E A CRISE DA EMPRESA

No capítulo anterior apresentamos o cenário que propiciou o surgimento dos primeiros abatedouros na mesorregião Oeste de Santa Catarina. Destacamos que essas iniciativas empresariais são fruto do trabalho e do empreendedorismo de descendentes de europeus que estavam no Rio Grande do Sul e migraram para a região no início do século XX, atraídos inicialmente pela riqueza da madeira disponível e, principalmente, pela oferta de terras férteis a preços módicos. Mostramos que os frigoríficos são resultados de um espírito capitalista que se refletiu na comercialização e industrialização do excedente agropecuário que incluiu, entre outros produtos, grãos e carnes.

O objetivo deste capítulo é o resgate de aspectos históricos acerca da criação de um desses frigoríficos, a Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó (SAIC) e parte da história de vida do seu principal fundador, o empresário e líder político Plínio Arlindo de Nês. Objetivamos, ainda, mostrar quais foram as influências políticas sobre a economia local e regional a partir da instalação da SAIC e demais empresas do segmento agroindustrial. Por último, pretendemos explicar sobre o processo de crescimento da SAIC, entre os anos de 1960 e 1980, e a derrocada da empresa, a partir dos anos 1990.

Tudo isso se torna necessário para facilitar a localização histórica e o posterior entendimento dos impactos econômicos e sociais causados pela crise da empresa a partir dos anos 1990, objetivo central do próximo e último capítulo do presente trabalho.

2.1 A TRAJETÓRIA DE PLÍNIO ARLINDO DE NÊS

Quem sai ou chega em Chapecó pelos altos da avenida Getúlio Vargas, no lado norte da cidade, se depara com o chamado Monumento do Centenário. As três estátuas, esculpidas em bronze, dispostas sobre um pedestal em concreto, foram inauguradas em 25 de agosto de 2017, quando a maior cidade do Oeste de Santa Catarina completou 100 anos. Trata-se de uma homenagem, idealizada pela Prefeitura e pela classe empresarial chapecoense, a três figuras que não nasceram

em Chapecó, mas são consideradas chapecoenses: o colonizador e empresário Ernesto Francisco Bertaso, o cooperativista Aury Luiz Bodanese (apontado como fundador do cooperativismo agroindustrial, que resultou, depois na criação de cooperativas, como a Aurora), e o também empresário e líder político Plínio Arlindo de Nês, este último um dos fundadores da Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó (SAIC, que depois originou a Chapecó Alimentos), que por muitos anos foi considerado um dos maiores frigoríficos de suínos e aves do Brasil.

Plínio Arlindo De Nês nasceu em Encantado, na mesorregião centro-oriental do Rio Grande do Sul, em 08 de março de 1921. O pequeno município, colonizado prioritariamente por italianos e alemães, mantinha uma economia essencialmente agrícola, centrada em pequenos minifúndios que produziam frutas, cereais e criavam animais de corte para consumo próprio. O destaque eram os suínos, dos quais o principal derivado era a banha, além de alguns embutidos artesanais (salame).

Filho de uma família humilde, De Nês encontrou o trabalho logo aos sete anos de idade, quando vendia jornais e engraxava sapatos. Contou que uma das primeiras oportunidades de faturar ocorreu em 1928, quando se juntou a outras crianças que se ofereceram para limpar, mediante pagamento, os sapatos e perneiras de um grupo de soldados que visitavam sua cidade.

[...] O preço seria um cruzeiro, naquele tempo um mil réis. Aí, eu conversei com os demais e disse: o preço é um cruzeiro, vocês ganham um cruzeiro, porém quem vai cobrar sou eu e quem vai fazer o preço sou eu! Assim vocês trabalham mais, não se preocupam em cobrar e nem fazer o troco. Aí eu cheguei para turma, que eram 35 mais ou menos, soldados, e digo: Olha, é muito serviço para limpar todas essas perneiras, sapatos... o preço é um 1,50 – um cruzeiro e cinquenta centavos. E eles toparam! E limpamos todos os sapatos dos soldados, e fiz um bom negócio! (ACIC, 1997, p. 161)

Parte da formação profissional de Plínio Arlindo de Nês ocorreu na cidade vizinha, Lajeado, onde frequentou o curso de guarda-livros (algo como contador, sem nível superior). Também cursou Ciências Econômicas e Políticas em Porto Alegre, mas abandonou a faculdade em razão da distância e, principalmente, das dificuldades financeiras.

De Nês voltou para a casa dos pais em Encantado. E percebeu que trabalhar como empregado não era a saída mais indicada. O jovem queria comandar o próprio

negócio, mas ainda não sabia direito que negócio seria. Emancipado pelos pais aos 17 anos, decidiu fundar uma firma, a Rádio Garantia, empresa cuja atividade básica era a importação e comercialização de rádios e refrigeradores. A atividade prosperava. Mas, com o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, vieram as dificuldades. Sem contatos para facilitar a relação nos órgãos reguladores das importações no Brasil, e sem capital de giro, De Nês sentiu que estava em um barco prestes a afundar. Era preciso agir rápido para evitar uma falência prematura (ACIC, 1997).

Figura 7: Plínio Arlindo de Nês em 1956



Fonte: Memória Política de Santa Catarina

A saída encontrada pelo jovem empreendedor foi romper a sociedade que mantinha, dispensar os vendedores empregados pela empresa e trabalhar sozinho. Após ouvir falar muito bem do Oeste de Santa Catarina, aventurou-se como vendedor realizando a primeira viagem até a cidade de Concórdia. Mas as vendas não surtiram os resultados esperados. Novamente viajando, De Nês conheceu Faxinal dos Guedes, uma localidade que ainda pertencia ao município de Chapecó. Após contatos em Faxinal, acabou convidado para gerenciar a Migliorini & Cilier, uma empresa que atuava nos ramos madeireiro e de transportes. Era o ano de 1942 (ACIC, 1997).

A empresa catarinense enfrentou uma forte crise e os antigos proprietários acabaram dissolvendo a sociedade da Migliorini & Cilier, ficando apenas com uma extensa área de pinhais. De Nês assumiu a área de transportes da antiga empresa. Os caminhões eram usados no transporte de farinha e de outros gêneros alimentícios diversos vendidos na própria região. O empresário contou que encontrou enormes dificuldades para prosperar no novo ramo. E destaca que foi preciso habilidade para driblar a crise financeira.

Naquela época era sete por cento de descontos nas duplicatas, mas não era trinta dias, era sessenta, noventa dias, enquanto isso dava para puxar o fôlego. Quando se venceu lá, eu fui em Erechim e descontei um 'papagaio' para pagar o Inco. Vencia no Inco, eu ia no Banco do Comércio, naquela época pedir dinheiro. Vencia no Banco do Comércio, eu ia no Banco da Província, Passo Fundo. Fiquei com um crédito fora do comum, quebrado, mas com um crédito. Mas a história desse negócio vai longe, eu não sei se eu devo contar tudo. (ACIC, 1997, p. 165 e 167)

O ingresso de De Nês no ramo madeireiro ocorreu em 1945. A primeira investida ocorreu com o transporte de madeira para a Argentina por meio de balsas que navegavam nas águas do rio Uruguai nos períodos de cheias. Instalado em Faxinal dos Guedes, contou que com o tempo se tornou um grande madeireiro e exportador de madeiras. A atividade madeireira é apontada por ele como a grande responsável pela acumulação do capital investido depois em outros empreendimentos, incluindo um frigorífico de suínos, conforme veremos adiante.

Ainda em Faxinal dos Guedes, De Nês conheceu e se casou com Ilma Rosa Migliorini. Em 19 de fevereiro de 1946 nasceu o filho do casal, Plínio David de Nês Filho, o Maninho, que seria, mais tarde, um braço direito e sucessor do pai na administração dos negócios da família (ACIC, 1997)

2.2 O CENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA SAIC E O AUGUE DA EMPRESA

A partir dos anos 1930 o governo federal adotou uma série de medidas que objetivavam restringir as importações com o intuito de estimular a produção nacional. É neste período que as grandes estatais são criadas, com destaque para a

Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Petrobrás e Eletrobrás. Esse processo de industrialização resultou na expansão das cidades e na imediata elevação da demanda por outros produtos, incluindo os de origem rural direcionados para a alimentação humana urbana e também para a indústria. Surgiram as primeiras políticas agrícolas, com o oferecimento de linhas de crédito rural e com o governo estimulando a adoção de pacotes tecnológicos, uso de maquinário e produtos químicos para a modernização da agricultura nos moldes da chamada Revolução Verde. (PERTILE, 2008, p.119 a 121)

Mas a Revolução Verde não contemplava as pequenas propriedades produtivas modernizadas com tecnologias, como já havia acontecido na Europa Ocidental. A mudança consistia em adaptá-las tecnicamente às agroindústrias que surgiam potentes e mitológicas: pois, poderiam resolver o “atraso” econômico regional. Era o progresso chegando à região para transformá-la em “primeiro mundo”. (CASSOL, 2007, p. 29)

Vimos anteriormente que neste mesmo período tomou impulso a migração de colonizadores no Oeste de Santa Catarina. Eram famílias de descendentes de europeus vindos em sua maioria do Rio Grande do Sul, dispostas a derrubar a mata, cultivar a terra e recomeçar a vida. Essa migração resultou na obrigação de o Estado investir em infraestrutura, a começar pela abertura de estradas. As melhorias mais visíveis surgiram a partir dos anos 1940 e beneficiaram primeiramente os maiores centros urbanos existentes na época. Algumas cidades se destacavam.

Em Chapecó, por exemplo, no ano de 1950, já existiam mais de 300 estabelecimentos comerciais (22 atacadistas e 321 varejistas), quatro agências bancárias (Banco do Brasil S.A., Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A., Banco Nacional do Comércio S.A. e Banco Catarinense Sociedade Cooperativa Central de Crédito Agrícola). Havia também uma Agência Postal Telegráfica, dois postos telefônicos do Departamento dos Correios e Telégrafos e duas estações radiotelegráficas, uma agência telefônica de uso público da Companhia Telefônica Catarinense, uma estação radiodifusora e dois jornais. [...] Com isso, salienta-se que a infra-estrutura presente nessas cidades foi importante, mas pouco contribuiu para uma estruturação das atividades agroindustriais iniciais e para a expansão das empresas por meio da acumulação de capital local e regional. Por outro lado, os municípios sede dos frigoríficos viram reestruturar sua dinâmica produtiva em função destes, além de atraírem população de diversos municípios para seu entorno. Desse modo, tanto os

frigoríficos foram beneficiados com infra-estrutura insipiente, existente no local, quanto às cidades receberam investimentos exteriores à sua área de abrangência graças aos frigoríficos nela instalados. (PERTILE, 2008, p. 144 e 145)

Como foi o primeiro município criado, Chapecó era (e continua sendo) referência regional em diversos aspectos, incluindo o desenvolvimento econômico. A cidade já comportava pequenos abatedouros, mas nenhuma empresa, até os anos 1950, havia despontado economicamente no cenário nacional, apesar da pujança que a suinocultura já demonstrava. Faltava, na mentalidade dos governantes da época, atrair investimentos de líderes empresariais com visão diferenciada. E um desses potenciais empreendedores já era conhecido no meio e estava a poucas dezenas de quilômetros de distância.

Plínio Arlindo De Nês estava estabelecido em Faxinal dos Guedes. Mas um fato histórico, ocorrido em 1950, mudou para sempre a sua trajetória pessoal e profissional. Entre outros acontecimentos, no dia 16 de outubro daquele ano ocorreu o chamado linchamento. Quatro homens, presos e acusados de queimar o prédio de madeira da antiga igreja católica de Chapecó, foram mortos por um grupo revoltoso. Os corpos mutilados foram queimados em praça pública. O fato teve repercussão nacional e internacional, com reportagens veiculadas na extinta Revista Cruzeiro e até mesmo na BBC de Londres.¹

A imagem de Chapecó e do Oeste de Santa Catarina foi imediatamente arranhada. Tachada como “terra de ninguém” ou “terra sem lei”, a região sofreu um revés econômico e social. As companhias colonizadoras relatavam queda abrupta na venda de terras. O motivo seria a incerteza e o medo do futuro manifestado pelos potenciais compradores, especialmente dos descendentes de europeus que viviam no Rio Grande do Sul.

O contrabando de madeira para a Argentina, e o conseqüente esgotamento de matéria-prima provocado pelo desmatamento descontrolado e as dificuldades para se produzir grãos em qualidade e quantidade são alguns fatores que contribuía ainda mais para um cenário desolador. Era preciso criar um novo

¹ Para saber mais sobre o linchamento ver HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer**: Chapecó, 1950-1956. 3 ed. Chapecó: Argos, 2013.

modelo econômico baseado no perfil socioeconômico do município que já despontava para a vocação na produção de grãos e na criação de suínos.

Algumas iniciativas empresariais especializadas no abate e processamento de carnes já existiam na região. A Perdigão havia sido criada em 1940, em Videira, e a vizinha cidade de Concórdia já contava com uma unidade frigorífica da Sadia desde o ano de 1944. As duas empresas foram criadas por descendentes de italianos que souberam administrar a mão de obra e, principalmente, negociar e agregar valor ao excedente de produção agropecuária.

Com esses exemplos de sucesso à vista, um grupo de investidores, formado por madeireiros, empresários, líderes políticos, colonizadores e profissionais liberais decidiu fundar em Chapecó, em 1952, a Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó Ltda (SAIC). O objetivo central da empresa era comprar, abater os suínos e industrializar a carne, seguindo os passos de outras empresas já estabelecidas no ramo.

Plínio Arlindo De Nês havia despontado como empresário do ramo madeireiro. Mas viu no frigorífico uma nova oportunidade de negócio. Nas conversas, palestras e entrevistas ele sempre confirmou que o linchamento influenciou, sim, na sua participação na criação da empresa.

[...] E houve uma desavença aqui, na constituição de uma empresa para instalar um frigorífico. Por que houve essa vontade de instalar um frigorífico? Porque um fato acontecido, que muita gente sabe, mas os mais novos talvez não saibam, do linchamento aqui em Chapecó [...] Com isso, muita gente quis sair de Chapecó, da região, ficaram com medo. Precisavam fazer alguma coisa para mostrar às lideranças que precisavam fazer, para ter fé que isso seria uma nova civilização dentro de Santa Catarina, e se inventou o frigorífico. Como havia essa divergência, foram me procurar em Faxinal. Foi o primeiro gerente do banco aqui, Nadir Dutra Sales, o dr. Serafim Bertaso, o Paulo Pasquali, e foram me fazer um convite, condicionado a construir o frigorífico, depois eu podia voltar. Porque eu sempre gostei como até hoje gosto da indústria da madeira. E vim para Chapecó, e não me arrependo, porque pude executar o meu projeto de vida pelas facilidades que tive. Porém, pra mim foi um atraso financeiro muito grande. [...] eu explanei claramente que eu vim para colaborar com os amigos, e o projeto de civilização da região, porque nunca seria negócio, como empresário, deixar as minhas quatro serrarias, a fábrica de caixa e beneficiados que eu fui pioneiro, que depois se transportou para cá como pinho industrializado. Eu nunca teria vindo para construir um frigorífico, porque eu estava bem, dormia na rede [...] (ACIC, 1997, p. 170 e 179)

Na ata de fundação da empresa, em 11 de outubro de 1952, Plínio Arlindo de Nês aparece com 30 das 476 ações disponíveis entre os 33 acionistas (Figura 8). Não era o maior acionista. Mesmo assim, assumiu a presidência por diversos motivos, sendo um deles a suposta experiência prévia obtida por meio de contato com atividades frigoríficas tidas como rudimentares.

[...] Fui para Buenos Aires fazer um estágio, porque, embora tendo nascido no meio dos frigoríficos, diziam que eram frigoríficos, mas eram fabricantes, produtores de banha no Rio Grande, era a coqueluche daquele tempo no Rio Grande, pois que cada município devia ter o seu frigorífico. Mas na “terra de cego quem tem um olho é rei”. Geralmente era o filho de um colono que administrava, e terminou a suinocultura no Rio Grande, como hoje está [...] (ACIC, 1997, p. 170)

De Nês teve como sócios um grande e heterogêneo grupo formado por empresários, madeireiros, lideranças políticas, investidores, profissionais liberais. Conforme veremos adiante, a “liderança exercida nesse processo favoreceu De Nês a atuar também na política, sendo vereador e Prefeito de Chapecó, Deputado estadual e Secretário de Estado” (RADIN, 2019, p. 729).

Pelo menos dois grupos se destacaram na fundação da SAIC. O primeiro grupo era formado por empresários que acumularam capital por meio de atividades relacionadas ao ramo madeireiro, segmento no qual o próprio De Nês fazia parte, juntamente com outros nomes, como Hermínio Tissiani, Orlando Cella, Serafim e Ernesto Bertaso, entre outros. Os Irmãos Lunardi também aparecem com destaque nesse grupo de empresários. Apesar dos vários esforços, a pesquisa não conseguiu juntar elementos suficientes para provar que os Lunardi que estão na ata de fundação da SAIC pertencem à mesma família que antes fundou e por vários anos comandou o Frigorífico Diadema, em Xaxim, conforme veremos adiante.

O segundo grupo de destaque é o grupo político. Constam na lista de acionistas o próprio prefeito de Chapecó na época, José de Miranda Ramos, e o futuro prefeito, João Destri. Há, ainda, os nomes do governador de Santa Catarina, Irineu Bornhausen, além de Aderbal Ramos da Silva, que havia governado o Estado um ano antes.

Figura 8: Ata da fundação da SAIC em 1952

541

Relação dos acionistas que compareceram a reunião realizada em 11 de Outubro de 1952 para a organização, discussão e aprovação dos estatutos da S. B. Indústria e Comércio S. Leopoldo

№	Nome do Acionista	№ de ações
1	Guemio do Mendel	20
2	Emp. Evl. Saudades Ltd	45
3	Guemio do Mendel	10
4	João Basti	5
5	P. J. Alfredo Paletto - João Basti	10
6	Guemio Miguel Giacomelli	2
7	Waldemar Redysch	10
8	Guemio Peres	10
9	João Magu	10
10	P. J. Jacopo Patoni - L. Patuffi	5 ações
11	L. Patuffi	3 ações
12	Herminio Scipiani	30 ações
13	pp. Irineu Bornhausen - Saudades	10 ações
14	Josiano A. Busatto	10 ações
15	Alvaro de Curcio	20 ações
16	Alto Carlos Rossato	10 ações
17	Teodoro Bardigwan	10 ações
18	pp. Tranquilo Bardigwan - J. Bardigwan	5 ações
19	Genérico Ruaro	10 "
20	Luís Linnardi	50 "
21	Ernesto F. Bertaso	25 "
22	Vitor Pazuelo	35 "
23	P. Humberto Faoni - Vitor Pazuelo	5 "
24	P. M. Bruno Linnardi - Vitor Pazuelo	10 "
25	P. M. Jaym Cruz - Vitor Pazuelo	25 "
26	Guemio F. L.	30
27	Paulo Linnardi	10
	Total	444

28	v	De transporte	440
29	v	S. Maria do Sul - Tomaz Pasquali	10 ações
30	v	Cid Ribas	5 "
31	v	José de Aguiar	2 "
32	v	Plínio Welker	10 "
33	v	Serafim de Aguiar	25
34	v	Waldemar Sedruchi	10
		Total	476 ações

Fonte: Acervo da Chapecó Alimentos (adaptado pelo autor)

Com o capital financeiro garantido pelos investidores, com o apoio explícito do poder político municipal e estadual e com a matéria prima necessária para o exercício da atividade, estavam criadas as condições necessárias para o surgimento daquela que viria a ser, por muitos anos, a maior empresa de Chapecó.

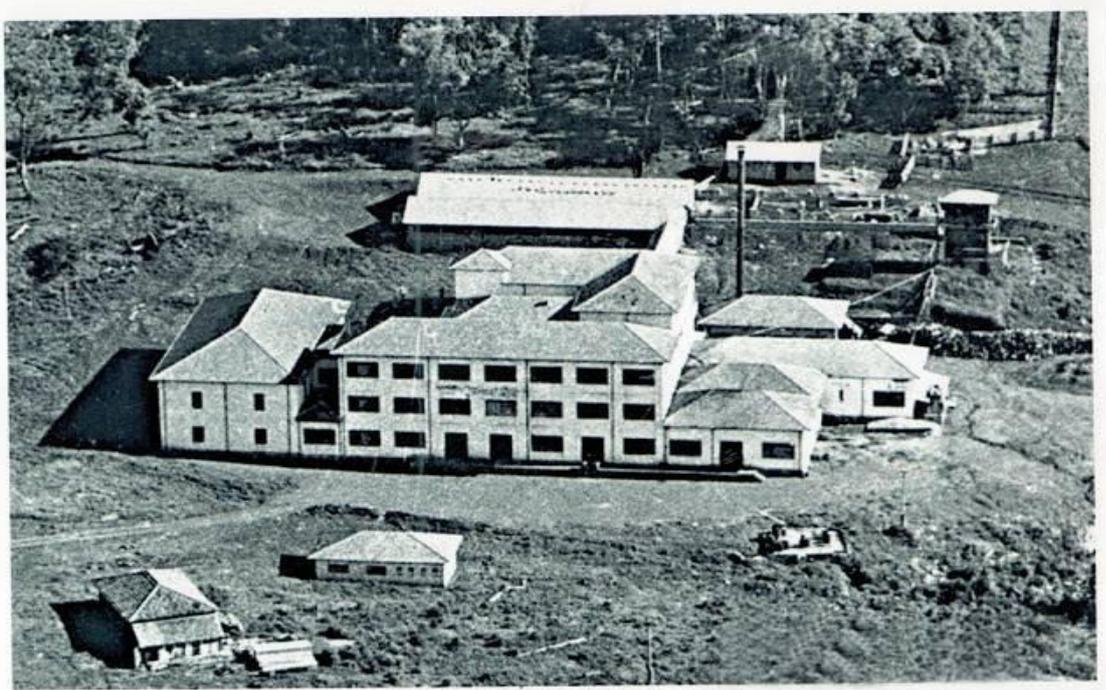
Assim, após três anos de obras, a SAIC iniciou sua produção em setembro de 1955, com o abate de quarenta animais por dia, com o uso do sistema integrado de produção. Contava com 28 funcionários, com área construída de 10.000 m² (FUNDAÇÃO PLÍNIO ARLINDO DE NÊS, abril de 1987, n. 41, ano 6, *apud* SERPA, 2014). No mesmo ano o capital da agroindústria já havia dobrado para 16 milhões de cruzeiros velhos (ÁLBUM DO CINQUENTENÁRIO, 1967, *apud* SERPA, 2014).

Desta forma, a instalação da Indústria e Comércio Chapecó (SAIC) foi a gênese para uma série de novas agroindústrias que beneficiadas por programas de incentivo à produção agropecuária se instalaram em Chapecó nas décadas seguintes, no mesmo segmento econômico. (BERNARDY; PIEKAS; DALOTTO, 2018, p. 377)

O local escolhido para a instalação da empresa foi a região Oeste de Chapecó, em uma área de mata, ainda pouco habitada, que servia para algumas atividades rurais diversas (Figura 9). A distância em relação ao centro de Chapecó e as dificuldades de locomoção proporcionaram a criação de uma vila que serviu de

moradia para os trabalhadores da empresa e que, anos mais tarde, se tornou o Bairro SAIC.

Figura 9: Vista do prédio da SAIC em 1955



Fonte: Acervo do CEOM/Unochapecó

Menos de dez anos após a fundação, a SAIC já fazia planos para concretizar a expansão. Nos períodos áureos a empresa ficou conhecida pelas incorporações de outras unidades industriais no Sul do Brasil. Uma dessas aquisições ocorreu em 1963, quando foi adquirido o Frigorífico Diadema, no vizinho município de Xaxim (Figura 10). A compra da empresa que pertencia aos Irmãos Lunardi é considerada um marco histórico porque a SAIC adentrou, mais tarde, em um novo e importante segmento econômico regional: a avicultura industrial de grande porte.

A empresa André Lunardi & Cia LTDA foi criada para ser uma sociedade de comércio que atuaria em diferentes segmentos, sendo que um deles foi o frigorífico que usava as marcas Lunardi e Regência. Idealizado em 1936 por três irmãos de família tradicional na região, Domingos, Adolfo e André Lunardi, iniciou as atividades em 1939, com o abate de suínos realizado por 50 trabalhadores (SKRZYPCZAK, 2013; JORNAL LÊ NOTÍCIAS, 2017).

Meu avô, Giacomo Lunardi foi quem idealizou o projeto, após a finalização da construção, iniciou ao lado dos irmãos, a compra de animais que seriam destinados ao abate. Lembro que o abatedouro se dividia em um barracão maior, para o manuseio de carnes, e outro menor, onde ficava instalado o gerador de eletricidade, movendo as máquinas. Posteriormente à industrialização da matéria-prima, os produtos eram vendidos ao mercado paulista, sendo que a banha e o salame eram transportados por caminhões até Joaçaba - então denominada Cruzeiro, os quais seguiam de trem para São Paulo. (Carlos Alberto Dal’Bello, em entrevista concedida a Vitoria Schettini e Axe Schettini e publicada no Jornal Lê Notícias, em 4 de setembro de 2017)

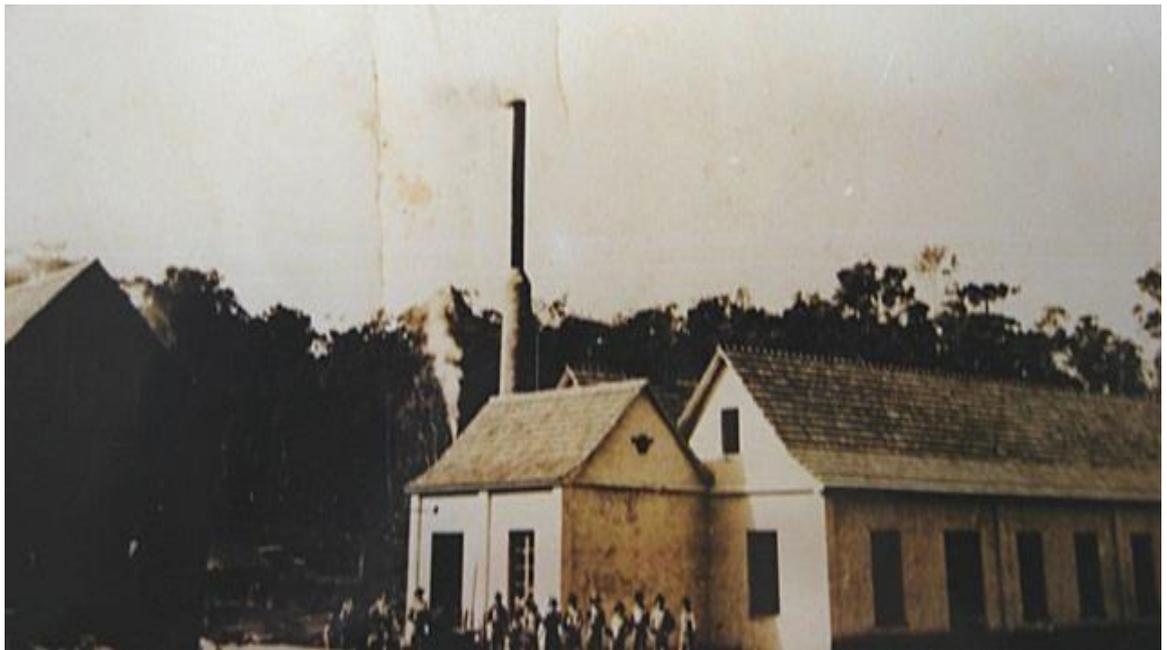
A incorporação do Frigorífico Diadema teria ocorrido porque os antigos proprietários dissolveram a sociedade e não dispunham de recursos financeiros para investir na modernização da unidade, necessária para manter a competitividade de mercado na época. Ao assumir o controle, Plínio Arlindo de Nês determinou a reforma da estrutura física, instalação de uma câmara fria e uma nova caldeira, já que a antiga estaria sucateada.

Com o início da produção avícola, conforme o ex-funcionário Jacir Teston, a empresa abatia em torno de duas a três mil aves por dia. Ele também lembra que na época, as pessoas da cidade questionavam se a audácia de Plínio Arlindo De Nês em encerrar o abate de suínos e iniciar a produção de aves, daria certo. “Eu recordo muito bem desta época, as pessoas indagavam-se ‘será que vai dar lucro’? E não deu outra, em 1993, para se ter uma ideia, a empresa era responsável por aproximadamente 70% do movimento econômico de Xaxim e, em 1997, abatia cerca de 230 mil aves por dia”, recorda Teston, que trabalhou por 29 anos no frigorífico, grande parte disso no setor financeiro. (JORNAL LÊ NOTÍCIAS, 2017)

Após a compra, a SAIC manteve o abate de suínos na unidade de Xaxim até o final de 1975. Em janeiro do próximo ano a empresa decidiu fundar a Chapecó Avícola S/A (mais tarde foi criada a Chapecó Companhia Industrial de Alimentos, especializada no segmento de aves e uma subsidiária da SAIC), iniciando assim, o abate industrial de frangos. O ingresso na nova atividade contou com 72 trabalhadores diretamente responsáveis pelo abate de 500 aves por dia (ALBA, 2002).

A troca dos suínos pelas aves gerou desconfianças acerca das possibilidades de sucesso com o novo empreendimento. Mas, no final da década de 1970 o frigorífico já havia ampliado a capacidade industrial instalada e abatia 10.500 aves por hora. No ano de 1993 a unidade da Chapecó abatia 230 mil aves por dia e representava 70% do movimento econômico de Xaxim. (JORNAL LÊ NOTÍCIAS, 2017)

Figura 10: Frigorífico Diadema em 1946



Fonte: Acervo de Valdir Skrzypczak

O sucesso empresarial da Chapecó Avícola provocou transformações de toda ordem, inclusive demográficas. No ano de 1980 o município contava com apenas 6.868 habitantes na área urbana. Outros 17.636 moradores estavam na zona rural. No ano 2000 esse cenário se inverteu, quando 16.058 pessoas moravam no perímetro urbano e outras 6.799 estavam no campo. Entre outros fatores, essa transformação teria sido motivada pela geração de novos empregos na cidade (PEGORARO, 2017)

O frigorífico também é apontado como um dos responsáveis pela evolução de alguns indicadores socioeconômicos, entre eles o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(PNUD), que utiliza como critérios a renda, longevidade e educação para medir o desenvolvimento de longo prazo. Entre os anos de 1970 e 2000 a evolução da renda de Xaxim foi de 256,6%. Nesse mesmo período, o crescimento do IDH atingiu 98,29%, conforme mostra a Tabela 2. Porém, no ano de 2010 o IBGE aponta que o IDH de Xaxim caiu para 0,752. Esse recuo importante pode ter sido reflexo da forte crise financeira da Chapecó Alimentos que abalou o município, conforme veremos com detalhes no capítulo 3.

Tabela 2 – IDH de Xaxim, no período de 1970 a 2000

Ano	Educação	Longevidade	Renda	IDH
1970	0,513	0,506	0,205	0,408
1980	0,601	0,600	0,655	0,618
1990	0,751	0,744	0,600	0,698
2000	0,883	0,814	0,731	0,809
Evolução 1970/2000	72,13%	60,88%	256,60%	98,29%

Fonte: SEBRAE/SC, com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1970, 1980, 1991 e 2000.

A SAIC cresceu e, em 1979, decidiu abrir e negociar seu capital na bolsa de valores. No mesmo ano, a expansão agroindustrial continuou com a aquisição do Frigorífico Friscar, em São Carlos (SC). Dez anos mais tarde, a empresa assumiu o controle do Frigorífico Amparo, em Monte Alegre do Sul (SP), ampliando assim o processamento e comercialização de carnes e derivados de aves. A atividade avícola da empresa cresceu ainda mais em 1995, quando foi adquirida uma unidade da Diplomata Agroindustrial em Cascavel, no Paraná (ALBA, 2013).

Mesmo com a desativação das unidades de São Carlos e de Monte Alegre do Sul, nos anos 1990 a SAIC ostentava quatro unidades frigoríficas, sendo duas no abate e industrialização de suínos (Chapecó/SC e Santa Rosa/RS) e duas no abate e industrialização de aves (Xaxim/SC e Cascavel/PR). Possuía granjas espalhadas por muitas cidades do Oeste Catarinense e do Paraná, além de incubatórios, fábricas de ração, reflorestamentos, etc. Formava, portanto, um conglomerado agroindustrial de grande proporção e ocupava, até 1994, o 4º lugar no ranking das dez maiores exportadoras de frangos e o 3º lugar nas exportações de suínos (ALBA, 2013).

Com um amplo parque fabril e altamente tecnificado para os padrões da época (Figura 11), a SAIC conquistou mercado e atuou em todo o território brasileiro. No auge, nos anos 1980 e 1990, chegou a ter cinco mil funcionários, abatia 490 mil aves e cinco mil suínos por dia. Possuía três mil produtores integrados. Exportava para mais de 50 países. A rede era formada por oito unidades industriais espalhadas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ORIGEM DAS MARCAS, 2011)

Nos anos 1980, a Chapecó passou por uma situação no mínimo constrangedora. A família Brandalise, proprietária da rival Perdigão, entrou na Chapecó com a aquisição de 33% do capital. Plínio De Nês, proprietário da Chapecó, teve de conviver com a situação, até conseguir, em 1993, diluir a participação da rival, via forte aumento de capital. (ORIGEM DAS MARCAS, 2011)

Figura 11: Vista aérea da SAIC, em Chapecó, nos anos 1980



Fonte: Acervo da SAIC

Ao longo dos anos o Grupo SAIC passou por diversas transformações em sua composição. A mais significativa foi a criação de uma *holding*, termo econômico usado para designar uma empresa que controla outras empresas, estas últimas chamadas subsidiárias. Nos anos 1990 a empresa passou a se chamar Frigorífico Chapecó e, na sequência, por meio de um trabalho de fortalecimento da marca, foi criada a subsidiária Chapecó Companhia Industrial de Alimentos (CCIA) ou, simplesmente, Chapecó Alimentos, como ficou conhecida.

Em 1999, a SAIC tinha 11.600 pontos de vendas diretos no mercado nacional e, no ano de 2000, mais do que dobrou, indo para 26.500 pontos. Além dessa presença no mercado nacional, a empresa chegou a atender 41 países e ter um faturamento de R\$ 65 milhões em 2000. Um dos países para o qual exportou desde 1977 é o Kuwait. O comércio internacional também ocorria com outros países do Oriente Médio, da África, Ásia, Europa e Mercosul. Nesse período, a SAIC era a 4ª exportadora de suínos e a 5ª em aves no país. Em 2001, estava entre as cinco maiores indústrias do segmento da América Latina e, na região Sul, respondia por 50% da produção de carne suína. (GRETZLER , 2011)

A SAIC e a Chapecó Alimentos ficaram conhecidas com as ações sociais desenvolvidas pela Fundação Plínio Arlindo de Nês e pelos investimentos realizados na área esportiva. Entre as diversas participações, a marca Chapecó patrocinou, por vários anos, a Associação Chapecoense de Futebol, a Portuguesa de Desportos, o time do Frigorífico Chapecó (uma das maiores equipes de voleibol da América Latina, formada por vários jogadores que integravam a Seleção Brasileira de Vôlei) e até o piloto Christian Fittipaldi, que disputou a Fórmula 1.

A força econômica e financeira das SAIC e da CCIA foi resultado, em grande parte, do poderio político exercido por Plínio Arlindo de Nês e por outros personagens históricos da região Oeste que também figuraram nestes dois cenários, conforme mostraremos a seguir.

2.3 O PODER ECONÔMICO E A INFLUÊNCIA POLÍTICA

Conforme visto anteriormente, os complexos agroindustriais surgiram no Oeste de Santa Catarina a partir de ideais capitalistas e capitaneados por lideranças

empresariais, políticas e sociais. Mas, há, além disso, outros fatores que precisam ser estudados e destacados: o poder econômico e político que promoveram forte influência na esfera estatal. Por isso, podemos concordar com Alba ao citar que

Chapecó começou a se desenvolver em uma época em que o Estado Keynesiano era a teoria que comandava as ações governamentais, por isso para se entender a evolução socioeconômica de Chapecó há que se considerar o papel do Estado para o seu desenvolvimento (ALBA, 2013, p.17 e 18)

A intervenção do Estado citado por Alba (2013) ocorreu em diferentes frentes, de acordo com realidade local. Em Santa Catarina a ação estatal centrou nas chamadas políticas de desenvolvimento econômico voltadas especialmente para a modernização de alguns setores específicos, entre eles o setor agropecuário.

[...] A modernização agrícola foi relevante para a implementação do parque industrial e a produção para o mercado externo permitiu gerar divisas para a aquisição de equipamentos industriais. Para atingir estas metas, começaram a ser estabelecidos os serviços de Extensão Rural e os créditos agrícolas supervisionados. Em Santa Catarina a Extensão Rural e a assistência técnica foram de responsabilidade da ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina) e paralelamente gestavam-se políticas públicas para o financiamento ou a modernização dos parques industriais catarinenses. (CASSOL, 2007., p. 23 e 24)

Entre as décadas de 1960 e 1970, o crédito público foi o principal instrumento financiador tanto para a promoção da modernização da agricultura brasileira, garantindo assim, insumos e matéria prima, quanto para a expansão das agroindústrias. Logo no início dos anos 1980 a crise da dívida externa do Brasil reduziu os investimentos em financiamento agrícola e agroindustrial. Uma das maneiras de se obter dinheiro no período foi a venda de ações ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Grupo Chapecó, com a venda de ações, capitalizou US\$ 4,1 milhões (BELIK, 1992, *apud* SERPA, 2014).

A partir de 1985 os frigoríficos passaram a absorver maior volume de recursos de crédito disponibilizados pelo BNDES. O Grupo Chapecó obteve US\$ 2,1 milhões. Outros US\$ 28,9 milhões foram para a Sadia. (SERPA, 2014)

O BNDES foi criado no mesmo ano da SAIC, em 1952, com objetivo central de financiar a infraestrutura e a indústria de insumos básicos. Com a ditadura militar, a partir de 1964, o papel do banco passou a ser o financiamento da indústria de base e o socorro financeiro às empresas em situação de falência. Com o fim da ditadura militar, em 1985, a nova missão foi financiar as exportações e as iniciativas voltadas à privatização. Com o Governo Lula, a partir de 2003, o foco do banco passou a ser o financiamento para a retomada do crescimento sustentado por ciclo de investimento e atuação contra a crise. Em síntese, a história do banco pode ser analisada por duas abordagens: desenvolvimentista (fase inicial) e neoliberal (após a ditadura militar).

Durante a década de 1990, sob o novo modelo neoliberal, o BNDES destacou-se como o condutor do Programa Nacional de Desestatização (PND). Após 1994, houve certo resgate do BNDES como fonte de crédito para empresas, porém, sem qualquer vinculação maior com alguma estratégia de desenvolvimento dirigida pelo Estado brasileiro. [...] Durante a década de 1990, quando a prioridade absoluta em termos de política econômica esteve focada na política de estabilização da inflação, houve a redefinição do papel exercido pelo BNDES. Com a defesa de políticas de abertura comercial e financeira, desregulamentação e privatizações, a consequência foi que o Banco passou a exercer a função de principal instituição articuladora, promotora e defensora da desestatização. Alguns impasses políticos determinaram o compasso dos avanços e os métodos da implantação do processo de privatização em si. (TORRES FILHO; COSTA, 2012, p. 984 e 986)

Também tratando das transformações da economia brasileira nos anos 1990, Filgueiras e Gonçalves (2007) abordam a configuração e o surgimento do chamado modelo econômico liberal periférico, consolidado no Brasil a partir da implementação do Plano Real, no Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1994.

O modelo é liberal porque se estrutura a partir da liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica, e monetário-financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado (em especial na área da Previdência Social) e da privatização de empresas estatais, que implicam a reconfiguração da intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulação do mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho. O modelo é periférico porque é uma forma de específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema

econômico internacional, ou seja, um país que não tem influência na arena internacional, ao mesmo tempo em que se caracteriza por significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais. Por fim, o modelo tem o capital financeiro e a lógica financeira como dominantes em sua dinâmica macroeconômica. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 74)

Além do modelo econômico liberal, o aporte financeiro gigantesco patrocinado por bancos estatais também foi reflexo, em grande parte, da influência que os empresários e os frigoríficos catarinenses exerciam (e exercem) na economia e na política municipal, estadual e até federal. No caso específico da mesorregião Oeste de Santa Catarina, diversos empresários do ramo frigorífico tiveram atuação política decisiva. E mantiveram estreitas relações com os governos militares que administraram o Brasil entre os anos de 1964 e 1985. É o caso, por exemplo, de Atílio Fontana (Sadia) e do próprio Plínio Arlindo de Nês.

Com a instalação da indústria frigorífica, serão seus proprietários que determinarão os rumos na política e em outras esferas nos municípios sobre sua influência. [...] A influência das lideranças ligadas à agroindústria, não se limitava apenas na vida político-partidária, mas também se dava na ocupação de cargos públicos eletivos ou não. [...] As agroindústrias receberam somas consideráveis de investimentos públicos, em função dos interesses do capitalismo de penetrar no campo. Concretizados os projetos, as empresas transformam-se em monopólios. Mas as disputas pelos mercados e sua sobrevivência econômica dependem de grandes investimentos. A lei do capitalismo é impiedosa: ou se cresce ou há falência. Por estes motivos, para as empresas, foi fundamental ter seus representantes políticos. (CASSOL, 2007, p. 35 e 36)

Nesta mesma linha, Hass (2001) escreve que o coronelismo marcou presença na história de Chapecó, gerando disputas políticas acirradas entre determinados grupos. De um lado estavam os antigos moradores que atuavam como madeireiros e ervateiros. De outro, empresas ligadas diretamente à colonização da região. Somente a partir dos anos 1930, atuando sob interesses dos governos estadual e federal, o grupo ligado às colonizadoras passou a ganhar força.

É neste contexto que os personagens ligados ao comércio e à indústria local – donos de casas comerciais, madeiras ou agroindústrias – começaram a se destacar no cenário político da

região oeste de Santa Catarina. É o caso de Attilio Fontana, de Concórdia, Saul Brandalise, de Videira, e Plínio Arlindo De Nês, de Chapecó, que assumiram cargos políticos no município e, posteriormente, na esfera estadual e também federal, barganhando melhorias na infraestrutura da região e que diretamente beneficiaram os seus negócios (ALBA, 2013, p. 28)

Gaúcho de nascimento, Attilio Fontana fez carreira como empresário e também como líder político no Oeste de Santa Catarina. Foi vereador e prefeito de Concórdia, deputado federal, senador, secretário da Agricultura e vice-governador de Santa Catarina. Filiado e eleito pelo PSD, apoiou governos militares e deles conseguiu crédito, apoio, segurança e incentivos para a expansão de seus empreendimentos comerciais e industriais. E, para evitar surpresas desagradáveis e garantir o sucesso pessoal e profissional, Fontana se mostrava atento às mudanças na conjuntura política nacional.

Nesse ano de 1945, como no anterior, eu estava sempre em contato com o exército, e ouvi dizer que quando terminasse a guerra o regime brasileiro ia mudar, pois não haveria mais clima de continuidade para o Estado Novo. E realmente assim aconteceu. A memorável entrevista de José Américo de Almeida a Carlos Lacerda, publicada no “Correio da Manhã”, precipitou a queda de Getúlio; deposto, como se sabe, pelas Forças Armadas, voltou ele para S.Borja, sua terra natal. Surgiram então os primeiros movimentos no sentido da organização de partidos políticos. O próprio Getúlio fundou o Partido Social Democrático com o propósito de fazer do Gal. Dutra o seu sucessor, como constituiu também o Partido Trabalhista Brasileiro, enquanto a corrente política daqueles que haviam perdido o poder em 1930 organizava a União Democrática Nacional [...] (FONTANA, 1980, p. 179)

Fontana não esconde também a repulsa e o combate político permanente aos partidos de esquerda, especialmente as siglas com ideais comunistas, que afloraram no Brasil a partir da década de 1920. De forma velada, o empresário temia prejuízos causados por uma eventual intervenção estatal na economia a ponto de controlar os meios de produção (no caso, as empresas) se um partido de extrema esquerda tomasse o poder.

Quanto à situação política, desde o fim de 1963 a nação vivia um clima de insegurança e de incerteza. A ordem social parecia seriamente ameaçada, porque o Partido Comunista estava se infiltrando e se

organizando por todos os cantos do nosso território. [...] E, naturalmente, iam passar a governar todo o país. Nós estávamos realmente preocupados, muito embora tivéssemos confiança em nossas Forças Armadas, mas não podíamos saber até que ponto estariam elas em condições de combater esse movimento de tendências extremistas, porque o próprio Presidente da República, que todos reconheciam não professar essa ideologia, estava cercado por uma grande organização que pendia para o comunismo. [...] Entre nós, diretores da SADIA, os comentários eram tão realistas que chegávamos a admitir uma situação assim: o que pode acontecer, com a implantação do comunismo, é tomarem conta das nossas empresas e nós termos que dar graças a Deus que nos concedam condições de poder continuar trabalhando talvez nas nossas próprias indústrias ou em outros lugares [...] (FONTANA, 1980, p. 272)

Contemporâneos, Plínio Arlindo de Nês e Atílio Fontana tinham perfis muito similares. Ambos eram empresários do segmento industrial e seguiram carreira política sempre em partidos de direita. De Nês foi vereador em Chapecó entre os anos de 1946 e 1955. Nas eleições de 1955 o Partido Social Democrático (PSD) decidiu lançar o empresário como candidato a prefeito. Foi indicado pessoalmente pelo também empresário e líder político Serafim Enoss Bertaso para a missão de recuperar a Prefeitura da maior cidade do Oeste. Cinco anos antes, a chefia do executivo municipal havia sido conquistada pelo advogado José de Miranda Ramos, do PTB, que concorreu por meio da coligação composta ainda por partidos como a UDN, o PSP e o PRP (HASS, 2018).

[...] Nem bem eu tinha... estava terminando a campanha política, e inventaram de me fazer candidato. Relutei, mas não houve outro jeito. Aí condicionei: “só depois de inaugurado o frigorífico é que nós podemos fazer a campanha”. Inauguramos o frigorífico uns vinte dias antes da campanha. [...] Aí, candidato a prefeito eu, felizmente ou infelizmente ganhei! A prefeitura estava numa situação muito difícil, porque o prefeito eleito dr. José de Miranda Ramos tinha sido eleito deputado. Deixou a prefeitura já em mau estado financeiro nas mãos do saudoso Thicidides Paim Buthuy, que assumiu. A prefeitura devia um orçamento e meio, e não tinha máquinas e não tinha mais nada. Foi um trabalho estafante. [...] Daí, um tempo então, mais três, quatro empresas; Bertaso, Tissiani e o Frigorífico Saic, emprestaram um dinheiro e compramos três tratores. Então, com aquilo fizemos bastante trabalho, eu me recordo que o interior era abandonado. [...] Mas, a minha carreira política de prefeito foi bastante pesada, carreira não, a administração municipal, porque ao mesmo tempo eu estava cuidando do frigorífico, no embrião do frigorífico e tinha a minha

madeireira em Faxinal dos Guedes, e a prefeitura para cuidar também (ACIC, 1997, p.171, 172 e 173)

De Nês cresceu politicamente nos próximos anos, a ponto de influenciar e a definir os rumos da política chapecoense por vários anos.

Chama a atenção o papel do empresário Plínio Arlindo de Nês, do frigorífico Chapecó Alimentos S.A., nesta política de conciliação, a partir da década de 1960. A força política de Plínio de Nês, do PSD, aumenta depois de 1955, com sua eleição a prefeito de Chapecó, tendo sido responsável pela indicação do comerciante João Destri, do PTB, para candidato à prefeitura de Chapecó em 1960, e do advogado Sadi José de Marco, do PTB, em 1965, os dois pela Aliança Social Trabalhista. As negociações em torno dos nomes dos petebistas contrariaram expectativas de demais lideranças pessedistas do lugar, entre elas o presidente do PSD, Serafim Enoss Bertaso, que eram contrários ao lançamento de um candidato que não fosse dos quadros do partido. Nesse contexto, constata-se uma transformação na correlação de forças políticas do município. Estabelece-se a disputa de poder no Partido Social Democrático entre o empresário Plínio Arlindo de Nês, que se projeta como nova liderança política da região e divide o poder com o representante do setor colonizador e madeireiro, engenheiro Serafim Enoss Bertaso. (HASS, 2018, p .262)

O domínio político da direita se firmou ainda mais em 1961, quando o governador catarinense Celso Ramos instituiu o Plano de Metas do Governo (PLAMEG), iniciativa que continuou na gestão de Ivo Silveira, que governou Santa Catarina entre os anos de 1966 e 1970.

O PLAMEG inaugurou uma nova fase na economia catarinense. No embalo do ideário desenvolvimentista, o Estado passou a ser o timoneiro na condução política do processo de integração e consolidação do capital industrial, fazendo investimentos em infraestrutura e ofertando linhas de crédito de longo prazo. A inércia empresarial nas áreas de infraestrutura foi preenchida pelo Estado. (SCHEFFER, 2019, p. 15)

Com o pretexto de descentralizar ações governamentais, investir em obras e aproximar a longínqua região da capital, em dezembro de 1963 o governo catarinense decidiu instalar em Chapecó a Secretaria dos Negócios do Oeste (SNO). O engenheiro civil e líder político local, Serafim Enoss Bertaso, foi nomeado para chefiar a nova pasta. Instalação de energia elétrica, construção de rodovias e a

vinda da telefonia são algumas das melhorias na infraestrutura baseadas em ideais de progresso que há muito eram almeçadas pela elite chapecoense e que, aos poucos, se tornaram realidade.

No dia 27 de outubro de 1965 o governo federal publicou o Ato Institucional número 2 que previa, essencialmente, o fim dos partidos políticos brasileiros, e criação de um sistema bipartidário. De um lado a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) dava sustentação ao governo. De outro, o Movimento Democrático Nacional (MDB) figurava como oposição.

[...] Em Chapecó, a formação da Arena ocorreu em 4 de julho de 1966, reunindo lideranças oriundas do PSD e da UDN. Já o MDB formou-se em 23 de julho de 1966 com lideranças do PTB e de alguns membros do PSD. Destacam-se como lideranças da Arena dois ex-pessedistas: Serafim Enoss Bertaso e Plínio Arlindo de Nês. [...] (HASS, 2018, p. 264)

Um dos cargos públicos mais importantes (senão o mais importante) da carreira de Plínio Arlindo de Nês foi ocupado em setembro de 1969, quando o empresário assumiu a Secretaria dos Negócios do Oeste (SNO), cargo deixado por Serafim Enoss Bertaso (Figura 12). A pasta era vista como a personificação do Governo do Estado na região Oeste de Santa Catarina. De Nês permaneceu à frente da SNO até 1975. Sempre fez um balanço extremamente positivo das ações governamentais desenvolvidas nesse período.

Na Secretaria do Oeste, nós realizamos muito, fizemos com que o Oeste de Santa Catarina falasse para todo o Brasil e o mundo, antes da capital e de toda a Santa Catarina. Instalando os aparelhos de rota DDD, em São Miguel, Xanxerê e Chapecó, só dois anos depois é que a capital teve esse privilégio. [...] O meu projeto de vida teve a facilidade de ser Secretário do Oeste, fazer tantas obras, estradas, fóruns, cadeias, até a área da comunicação, enfim, dar um pulo, um pulo do Oeste, que vinte anos depois não se fez a metade do que se fez naquela época, tanto em colégios, em fóruns, segurança, abastecimento de água, etc. (ACIC, 1997, p. 176 e 177)

Figura 12: Capa da Folha d'Oeste em 30 de agosto de 1969

Dirutor
HOMERO M. FRANCO

Folha d'Oeste

Propriedade: INDÚSTRIAS GRÁFICAS OESTE LTDA.

ANO VI — N.º 214 — NC1\$ 0,20 — CHAPECÓ (SC), Sábado, 30 de agosto de 1969 — Fundado a 2 de março de 1964

Pílnio de Nes novo Secretário do Oeste, assume dia 2

Conforme revelou o Serviço de Relações Públicas da Secretaria do Oeste, poderá ocorrer na próxima terça-feira, a posse do novo Secretário do Oeste, sr. Pílnio Arin de Nes. Essa informação, contudo, deverá ser confirmada nas próximas horas.

Naquela oportunidade, Serafim Bertoso passará o cargo ao seu sucessor no cargo político, industrialista Pílnio De Nes, que ganhará o mandato administrativo da pasta estadual nas eleições de outubro de 1969. As intenções de servir à causa oesteana, dentro da orientação direcionada do Governo Ivo Silveira.

A hora importante de Pílnio

Os observadores políticos da região destacam como muito importante o momento em que o sr. Pílnio De Nes assume a Secretaria do Oeste. Além da magna importância administrativa que o cargo possui, por natureza, acumula-se, paralelamente, o momento político, uma vez que a região passará por testes eleitorais em um tórço de seus municípios.

nos primeiros meses, nada de novo surgirá no plano administrativo, mesmo porque a Secretaria tem um comprometimento programado de trabalho: com verbas já comprometidas e com compromissos assumidos que poderão refletir substancialmente na área eleitoral.

Há quem assegure que a troca de secretário fortaleceu ainda mais a Arena, que passa a ter no colégio eleitoral pílínista um reforço extraordinário para as próximas eleições, principalmente, tendo-se em conta que o prestígio de Bertoso está associado ao trabalho de Pílnio, sem a mínima distorção que possa prejudicar os interesses da ARENA.

A ponderação e a inteligência de Pílnio De Nes, temos certeza, conduzirão a bom termo a solidificação do partido situacionista e à clarificação das movimentações que está reservada ao Oeste Catarinense.

O povo do Oeste abre um crédito de confiança a Pílnio De Nes, consciente de que o administrador por excelência que é, saberá se desincumbir dessa tarefa altamente difícil e honrosa que o governo do Estado entrega em suas mãos.

Da mesma forma acreditamos no esforço conjugado em tórço do novo secretário que, na experiência que o assiste na direção constante de seus empreendimentos, deverá propiciar ao Oeste a continuidade progressista que tem sido ponto alto nos últimos anos.



Serafim Bertoso

Governo promete eleições e surgem os candidatos

Com a abertura do jogo político no País, esboçado pela Revolução, de vésperas da promulgação de uma nova Carta Constitucional e a afirmação do Governo, de que em 30 de novembro vindoura haverá eleições municipais e a afirmação de setores políticos, bem como, surgem os primeiros nomes de prováveis candidatos, nos municípios desta região que serão palco de pugnas eleitorais.

Em Chapecó, o centro político da região, tanto Arena, como MDB, iniciam sondagens e estudos. Pela Arena, diversos são os nomes em cogitação, entre os quais, o de prefeito Rodolfo Elrachi, que poderá desincompatibilizar-se a tempo, de sr. Rivaldava Scieffer, do sr. Vicius Tortato, do dr. João Cândido Liharzer, do dr. João Valério Paganella e outros. Surge, também, o nome sr. Setembrino Zanchet, gerente do Banco do Brasil, que teria o nome conciliador, inclusive como provável candidato único, pois poderia merecer o apoio do MDB.

Contudo, enquanto isso não acontece, o MDB mobiliza suas bases, tendo transpirado, até agora, dois nomes prováveis para candidato. Um deles é Nelson Testa e outro, muito em sigilo, é do sr. Umberto De Toni, cujo candidato parece não aceitar a indicação.

Em São Carlos, é pacífica a indicação de Carlos Spalding de Souza pela Arena, enquanto o MDB está em estudos.

Em Palmitos, Párcio Lucca se diz candidato, enquanto uma lista da Arena busca estabelecer mais profundamente o caso, tendo outros nomes na lista, tais como Francisco Rescrido, até agora, dois nomes prováveis para candidato. Um deles é Nelson Testa e outro, muito em sigilo, é do sr. Umberto De Toni, cujo candidato parece não aceitar a indicação.

Em Mondai, o secretário municipal, vereador Harry Leo Drescher parece ser o candidato arenista.

Em Romelândia está tudo calmo. Em Maxim há uma calma expectante. Em Xaxeré, repete-se o clima de Xaxim. Em Videira e Nova Erechim tudo deverá ser mais fácil, pelo menos no segundo, onde o prefeito Zambowski afirma que o candidato surgirá naturalmente.

Em Calbi, a Arena poderá ter Cláudio de Nadal, enquanto o MDB estuda profundamente o problema.

Em Itapiranga, Decasana, S.M. Oeste, S.J. do Cedro e Dionísio Cerqueira, que são integrantes da zona de regulação, cabe a menção de interventores e onde já existe intervenção, possivelmente permaneçam os atuais interventores.

Fonte: Acervo do CEOM/Unochapecó

Vale comentar que as obras públicas estruturais realizadas pela Prefeitura de Chapecó e pela Secretaria dos Negócios do Oeste beneficiaram principalmente as empresas que necessitavam de redes de telefonia para fazer negócios e de estradas pavimentadas para escoar a produção. Nesse sentido, fica evidente que os frigoríficos estiveram na lista dos maiores beneficiários desses investimentos públicos.

Se analisarmos alguns aspectos, podemos concluir que esse favorecimento foi histórico e se estende por mais de 70 anos. Primeiro, essas empresas obtiveram aval do poder público para se instalar, receberam benefícios diversos, incluindo isenções fiscais e tributárias. Depois, para crescer e se desenvolver, acessaram créditos diversos oferecidos por bancos estatais (destaque para o Banco do Brasil e depois para o BNDES) a juros baixos e longos prazos de pagamento.

Em períodos de crise, os frigoríficos pediram socorro ao governo e receberam novas injeções de recursos públicos. O curioso é que, se questionados, os dirigentes empresariais beneficiados (quase todos ligados a partidos políticos de direita) costumavam se mostrar contrários à presença do Estado no controle da economia

nacional. Para estes, alinhados ao chamado neoliberalismo, sempre valeu a teoria do Estado Mínimo.

Importante destacar, também, que muitas empresas beneficiadas com incentivos e com dinheiro público não reinvestiram na região. Preferiram investir nos grandes centros urbanos e até mesmo no exterior. Essa fuga de capitais mostra que nem todos que receberam as benesses do Estado cumpriram com a sua função social de gerar emprego, renda, crescimento e desenvolvimento econômico e social.

Além do apoio estatal, é preciso destacar que o poder político, financeiro e econômico de alguns personagens da história de Chapecó muitas vezes foi usado em proveito próprio ou de terceiros. Lima (2018) escreve que Plínio Arlindo de Nês e Atílio Fontana, juntamente com outras lideranças empresariais e políticas, por vezes teriam se manifestado contra o surgimento de outras iniciativas agroindustriais que poderiam ameaçar seus negócios pessoais. O caso mais conhecido é o da criação da Cooperativa Central Oeste Catarinense LTDA (atual Aurora), fundada em 1969, mas que somente conseguiu iniciar as atividades em 1973 após driblar a concorrência e a forte burocracia estatal imposta na época.

[...] o Secretário da Agricultura encontrava-se pressionado pela elite chapecoense, que em contrapartida representava-se pela SNO através de Plínio A. de Nês, o qual era dono do Frigorífico Saic e tinha certo repúdio a implantação da Cooperativa Aurora, a qual, se fosse implementada, seria uma concorrente às indústrias privadas, que na época eram hegemônicas. (LIMA, 2018, p. 81)

Essa forte influência expressa no poder local chapecoense continuou na mão de lideranças ligadas diretamente ao setor agroindustrial até meados dos anos 1990. Essa “tradição” só foi quebrada nas eleições de 1996, quando, pela primeira vez, o Partido dos Trabalhadores (PT) venceu as eleições municipais. José Fritsch assumiu a Prefeitura em janeiro de 1997. Era o fim do ciclo descrito por Hass (2018)

Com o retorno do pluripartidarismo em 1979, ainda durante o governo militar, novos partidos políticos foram criados e novamente sobressai o perfil conservador da política municipal. Nesse cenário, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que sucedeu o extinto MDB, terá somente um mandato, de 1983 a 1987, com Ledônio

Faustino Migliorini, funcionário da Chapecó Indústria e Comércio S.A. (SAIC). O Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Arena, estará à frente do poder local, de 1988 a 1992, com o segundo mandato do advogado Milton Sander, aliado com o Partido da Frente Liberal (PFL). E de 1993 a 1996, assume a prefeitura de Chapecó o diretor da Cooperativa Central Aurora Alimentos, Dilson Cecchin, do PFL, reeditando a aliança com a Arena em torno da coligação União por Chapecó. (HASS, 2018, p. 270)

Essa supremacia da direita era claramente apoiada pela imprensa chapecoense, especialmente formada por jornais impressos, entre os quais a Folha d'Oeste, O Imparcial e A Voz de Chapecó. Os jornais costumavam dedicar grande parte das suas páginas para enaltecer o trabalho das lideranças políticas que exerciam mandatos públicos, como prefeitos, deputados e o próprio secretário do Oeste, este último tido como o representante oficial do governo do Estado na região. O tratamento elogioso dos textos às ações políticas, beiravam o ufanismo, transparecendo um compromisso firmado com a elite dominante e não exatamente com os interesses do povo, princípio primordial do verdadeiro jornalismo.

Alguns redatores e proprietários de jornais também aproveitaram a ferramenta midiática favorável para conquistar cargos políticos. É o caso do advogado Cid Loures Ribas, diretor do jornal A Voz de Chapecó, que durante os anos 1950 foi deputado pelo PSD. Ribas aparece em quase todas as edições semanais do periódico, em generosos espaços nos quais eram publicados textos diversos usados para a sua promoção pessoal e política ou para atacar outros partidos e os adversários políticos.

Com tudo isso, apoio estatal, capital financeiro e amparo político, o segmento agroindustrial encontrou as bases suficientes para nascer, crescer, se desenvolver e dominar a economia no Oeste de Santa Catarina. A seguir, mostraremos parte da evolução do modelo de produção no qual os frigoríficos catarinenses estão inseridos, destacando como a tecnologia, o manejo, a sanidade e a exploração da mão de obra disponível também foram decisivos.

2.4 AS MUDANÇAS NO SISTEMA PRODUTIVO AGROINDUSTRIAL

Para Keynes (2002, p, 27) “os grandes eventos históricos são devidos muitas vezes a mudanças seculares no crescimento da população e a outras causas econômicas fundamentais que escapam pelo seu gradualismo à percepção dos observadores contemporâneos”.

Neste sentido, podemos dizer que o sucesso do setor agroindustrial no Oeste de Santa Catarina foi motivado por um conjunto de fatores sociais, econômicos e ambientais, mas também por transformações constantes no modelo produtivo. De um modo geral, podemos resumir que

O principal diferencial competitivo da agroindústria do Oeste Catarinense é o seu modelo de produção aliado ao capital social existente, ou seja, a produção agroindustrial está estruturada na produção da matéria-prima por pequenas propriedades rurais com uso de mão de obra familiar, mais conhecido como agricultura familiar. A organização dessa relação de produção é feita através de um forte sistema de integração, que consiste na verticalização da produção pelas agroindústrias aliado, em alguns casos, com um sistema cooperativista. A esse modelo foram se agregando fornecedores de diversos elos da cadeia e empresas de pesquisa responsáveis pelo melhoramento tecnológico de produtos e processos. (KROTH, 2016, p.130)

Corazza (2016) afirma que na década de 1980 a produção de suínos era organizada na forma conhecida como sistema de ciclo completo, em que o processo era integralmente controlado pelo agricultor, proprietário dos meios de produção. Nesse modelo de ciclo completo, a relação que o agricultor mantinha com as empresas agroindustriais era de natureza comercial, abrangendo a aquisição de medicamentos e insumos e a venda dos suínos prontos para o abate. Produzir milho e outros insumos na propriedade era a principal estratégia para diminuir custos e aumentar a margem de ganho dos agricultores.

Conforme Corazza (2016), o processo de integração da agricultura familiar no complexo agroindustrial foi lento. No início, baseava-se em contratos informais, que estabeleciam as relações comerciais entre agricultores e frigoríficos. Depois, vieram os contratos formais, cada vez mais rígidos, obrigando as partes a cumprirem rigorosamente os compromissos estabelecidos. Da parte dos agricultores as

obrigações envolviam a adesão às orientações técnicas e o pagamento dos insumos e medicamentos, quando da entrega dos suínos às empresas e da parte das empresas, a obrigação de fornecer insumos, medicamentos e assistência técnica e também a compra da produção.

Segundo Espíndola (1999), os investimentos no início dos anos 1950 constituíram novas cadeias produtivas. O destaque é a instalação, entre 1950-52, da avicultura no Oeste catarinense através das empresas Sadia e Perdigão. Na década de 1960 a produção catarinense de aves cresceu 511%. Somente a Sadia ampliou a sua produção de 134.551 cabeças abatidas em 1962, para 806.231 cabeças em 1967.

Espíndola (1999) diz que em pleno ciclo médio depressivo, houve um boom econômico no setor de aves, uma estagnação no setor de suínos e uma crise na pecuária bovina.

A expansão da atividade avícola brasileira decorre da instalação, na década de 60, dos galinheiros com padrões e dimensões exigidos pela implantação de novos métodos de manejo, alimentação e nutrição, vacinas e equipamentos e a regulamentação da importação de ovos, através do decreto nº 55.981, de 22 de abril de 1965, que obrigou as empresas importadoras a especializarem-se na importação dos ovos e na produção própria de matrizes (ESPÍNDOLA, 1999, p. 57)

De acordo com Espíndola (1999), a integração e a consolidação do capital industrial resultaram em um modelo de desenvolvimento econômico que passou a ser conduzido pelas agroindústrias já consolidadas, como Perdigão, Sadia, Chapecó, Aurora, Seara, e outras que se tornaram as principais empresas brasileiras do setor.

Diferentemente do que ocorria no Rio Grande, os pequenos negócios de frigorificação de carne em Santa Catarina, mais precisamente no Oeste catarinense, partiram agressivamente para novas estratégias empresariais. O direcionamento de seus investimentos e maquinários para elaboração de produtos com maior valor agregado (salames, salamis, defumados, presunto, apresuntados, entre outros), visando o abastecimento das classes de renda com poder aquisitivo mais elevado do sudeste brasileiro, compensava a sua distância em relação ao mercado consumidor e ao atraso relativo aos demais frigoríficos (ESPÍNDOLA, 1999, p. 49)

Outro fator que provocou a expansão frigorífica em Santa Catarina foi a sanidade do rebanho catarinense. Em 25 de maio de 2007 o estado recebeu a certificação de zona livre de febre aftosa sem vacinação, reconhecimento oferecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Isso ampliou a participação dos produtos catarinenses no Brasil e no mundo. Carnes e derivados de frango e de suíno passaram a ser vendidos em mais de 150 países.

A partir de 2007, Santa Catarina se consolidou como o maior produtor e exportador de carne suína do Brasil. Em 2006, um ano antes da certificação internacional, Santa Catarina exportava 184 mil toneladas de carne suína, faturando US\$ 310 milhões. Em 2019, esse número saltou para 461,6 mil toneladas e trouxe US\$ 867,5 milhões para o estado, um aumento de mais de 150% na quantidade e de 179% na arrecadação. (CERON, 2020)

A expansão dos frigoríficos fomentou, também, o surgimento de inúmeras empresas, de pequeno e médio porte, criadas em geral por técnicos especializados oriundos das grandes empresas, com as quais continuaram a manter relacionamento.

Corazza (2016) diz que vários setores contribuíram para aumentar a complexidade industrial, mas os principais foram o setor eletrometalmeccânico, o metalúrgico, o setor de aditivos e conservantes e o das indústrias de rações, dentre outros de menor expressão. A criação de mais de mil empresas, que juntas empregam mais de 15 mil trabalhadores diretos veio fortalecer o setor metal mecânico regional. Essas novas indústrias de máquinas e equipamentos, apesar de sua expansão e consolidação recente, já exportam máquinas e equipamentos para abate, processamento e industrialização de carnes para vários países latino-americanos, africanos e asiáticos.

Por fim, cabe destacar que as transformações econômicas operadas pelas agroindústrias tradicionais da região têm alterado de modo significativo as dinâmicas urbanas da região, bem como tornado mais complexas as tradicionais relações entre espaços agrícolas e urbanos, a reorganização urbano regional e a interiorização da urbanização. As tradicionais noções sobre a dicotomia campo x cidade acabam sendo ultrapassadas, reconfigurando-se em uma unidade dialética que já foi denominada de espaço “rurbano” (CORAZZA, 2016, p. 309).

Até o final da década de 1970 o sistema produtivo catarinense apresentava características bastante distintas. Uma dessas peculiaridades é que os suinocultores mantinham maior autonomia na relação comercial com os frigoríficos. Esses criadores tinham liberdade para organizar seu sistema produtivo de acordo com o tempo disponível e conforme a estrutura disponível em suas propriedades. Esse cenário muda a partir do processo de reestruturação agroindustrial iniciado nos anos 1980.

Corazza (2016) escreve que a partir dos anos 1990 houve uma profunda reestruturação na agroindústria do Oeste Catarinense, afetando as relações entre agroindústria e agricultura familiar em torno da suinocultura e provocando o abandono dessa atividade por milhares de pequenos agricultores, muitos dos quais engrossaram o fluxo migratório em direção às cidades e a outras regiões do país.

As mudanças tecnológicas e organizacionais introduzidas na produção suinícola começam a minar a tradicional forma de inserção da produção familiar, com maior especialização e concentração da produção. Estas transformações ocasionam a exclusão de significativo número de suinocultores familiares. De um total de cerca de 67 mil suinocultores no ano de 1980, restaram cerca de 20 mil em 1995 (TESTA, et al., 1996, *apud* GUIVANT e MIOR, 2005. p. 27)

Os chamados circuitos globalizados de produção e consumo originaram a chamada verticalização da relação produtor-agroindústria. Na prática, os frigoríficos habilitados para a exportação de carnes e derivados passam a ter maior ingerência nos criatórios que antes eram mantidos unicamente pelos produtores rurais. A exclusão da atividade ocorreu em função da incapacidade de arcar com os pesados investimentos em ampliação do espaço físico, automação, modernização e controle sanitário exigidos pelas empresas catarinenses interessadas em ingressar, manter ou aumentar a participação nos mercados internacionais.

As pequenas propriedades agrícolas foram e são importantes para o capital, pois já nasceram fragmentadas, o que possibilitou às próprias empresas agroindustriais, que aí se instalaram, uma forma nova de estruturação industrial, obtendo a matéria-prima dos agricultores através do modelo de integração. Através deste modelo de produção,

a empresa consegue preestabelecer os padrões na produção e ainda manter o produtor sob o seu controle ideológico e econômico, estabelecendo uma relação de dependência agricultor/empresa. As agroindústrias se diferenciam das demais empresas pelo controle total que conseguem manter sobre um outro produtor privado (agricultor), ditando as regras do jogo, de acordo com a necessidade de obtenção da matéria-prima. (ALBA, 2006, p. 262)

Essa relação que privilegia os interesses das agroindústrias estaria provocando transformações e crise no campo. Conforme Testa, et al. (1996), a lista de problemas inclui concentração expressiva da suinocultura, diminuição do crédito agrícola, aumento das taxas de juros, esgotamento dos recursos naturais, redução da área cultivada de milho e de soja, descapitalização das famílias e êxodo rural, principalmente entre a população mais jovem, entre outros.

Analisando as posições dos autores citados e o quadro do setor primário do Oeste de Santa Catarina, que passou a produzir não mais de acordo com seus interesses, mas conforme a demanda do mercado consumidor, podemos concordar com Marx (1996, p.18) de que a agricultura “é cada vez mais transformada em simples ramo da indústria e é dominada completamente pelo capital”.

Discorrendo especificamente sobre Chapecó, Bernardy, Piekas e Dalotto (2018) escrevem que o setor agroindustrial influenciou (e ainda influencia) fortemente a economia local.

Estabelecida e com condições de crescimento em função da demanda efetiva, a agroindústria gerou crescimento demográfico, o que caracterizou um novo perfil econômico e espacial da cidade. A significativa criação de vagas de trabalho nas agroindústrias fez nascer uma demanda de trabalhadores assalariados, que vinha acompanhada por novas demandas sociais, as quais, por sua vez, tornavam Chapecó cada vez mais atrativa aos demais segmentos da economia, como outros setores industriais, o comércio, os serviços, e com isso veio a necessidade de infraestrutura pública. A agroindústria foi e continua sendo a locomotiva do desenvolvimento de inúmeras atividades econômicas de uma cidade que desfruta de uma dinâmica econômica segmentada em várias frentes de desenvolvimento econômico. (BERNARDY; PIEKAS; DALOTTO, 2018, p. 123)

Para manter essa posição de destaque na economia as agroindústrias precisaram se reorganizar, especialmente para vencer determinados obstáculos provocados por dificuldades financeiras e pelo acirramento da competitividade no mercado. Um dos fatos econômicos mais comentados e noticiados nos anos 2000 foi a fusão da Sadia com a Perdigão. O processo, para analisar a documentação e investigar e coibir o eventual surgimento de um monopólio, iniciou em maio de 2009 e só terminou em junho de 2011, quando o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) deu o sinal verde para a criação da BRF, empresa que se tornou uma das maiores produtoras de alimentos do mundo. A BRF ostenta mais de 30 marcas famosas e no ano de 2017 registrou receitas de US\$ 10,8 bilhões.

Assim como outros segmentos de grande importância, o setor agroindustrial também experimentou momentos de fortes crises causadas por má gestão ou por instabilidades econômicas nacionais e internacionais. Em alguns casos, essas crises geraram dificuldades financeiras com resultados extremos para algumas empresas. O exemplo típico de tudo isso é a Chapecó Alimentos, conforme veremos a seguir.

2.5 A MORTE DE PLÍNIO DE NÊS E OS NOVOS RUMOS DA EMPRESA

Plínio David de Nês Filho, o Maninho, começou a trabalhar na SAIC em 1958, aos 12 anos de idade. Atuava na fabricação de caixas de madeira usadas para acondicionar os produtos frigoríficos. E dentro da empresa, sob a supervisão constante do pai, Plínio Arlindo de Nês, foi galgando posições, até atingir o mais elevado cargo.

[...] Foi de officeboy a arquivista e a comprador de insumos. Após muito trabalho e dedicação, em 1971, alcançou a vice-presidência executiva da empresa. Esse foi apenas o primeiro degrau da escada. No ano de 1979 foi vice-presidente do Conselho Superior de Administração, em 1988 assumiu a presidência executiva e em 1995 foi presidente do Conselho Superior de Administração. (MB COMUNICAÇÃO, 2016)

Com a ascendência do filho, Plínio Arlindo de Nês permaneceu na presidência do Grupo Chapecó até 1988. Faleceu em razão de complicações

cardíacas, em Chapecó, às 5h30 do dia 7 de fevereiro de 1995, às vésperas de completar 74 anos. Horas antes também faleceu o então prefeito de Chapecó, Dilso Cecchin, vítima de infarto (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2019).

A morte do empresário aconteceu dez anos antes da morte das empresas da família. A recessão econômica que assolou o Brasil na década de 1990 provocou sérias dificuldades financeiras para empresas de diferentes segmentos. A crise se refletiu na queda do volume de vendas internas, na redução das exportações e na limitação de crédito. Para piorar, a cotação do milho e da soja (principais ingredientes da ração animal) foi indexada ao dólar. No caso da SAIC e da Chapecó Alimentos, uma das maiores dificuldades foi a falta de capital de giro.

Os problemas financeiros das empresas podem ter iniciado quando De Nês ainda estava vivo, embora as notícias sobre as tentativas de mudanças na estrutura administrativa tenham chegado apenas meses depois. O certo é que o Grupo Chapecó amargava prejuízos e o caminho mais curto para driblar a crise, encontrado pelos dirigentes na época, foi buscar socorro junto aos bancos. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que era o principal credor, teria aplicado, entre os anos de 1997 e 1999, mais de US\$ 137 milhões. Acabou se tornando, também, o principal controlador das empresas, com 36,18% do capital.

O resultado negativo de 1996 elevou o endividamento financeiro líquido de US\$ 115,4 milhões para US\$ 147,7 milhões em 31 de dezembro de 1996, considerando as obrigações com os bancos. Entre as medidas para a saída da crise, destacam-se investimentos para aumentar a produção e vendas com recursos próprios e o parcelamento de impostos e contribuições (INSS, PIS, Cofins, ISS, FGTS, ICMS). Além do “acordo dos credores e outros pactos”, anteriormente referenciado, foi concedido empréstimo adicional no valor equivalente a US\$ 40 milhões, através dos recursos do BNDES, Conta do Fundo do Amparo do Trabalhador (FAT), com juros de 4% a.a. e com carência de 24 meses. (ALBA, 2013, p. 87)

A partir do ano de 1998 os dirigentes do Grupo Chapecó alimentavam a esperança de transferir o controle acionário das empresas para investidores internacionais. A dificuldade para acessar mais crédito e a falta de capital de giro causaram atrasos nos pagamentos de impostos e de fornecedores. A alternativa das

empresas, ainda comandadas por Plínio David de Nês Filho, foi propor a chamada concordata preventiva dilatória, medida judicial que objetivava, entre outros pontos, ganhar mais tempo para poder pagar as dívidas. A concordata não surtiu os efeitos desejados e em agosto de 1999 o BNDES firmou acordo com a Alimbrás S.A., do grupo argentino Macri, para assunção do controle da Chapecó. Entre outros pontos, a transação previa uma redução da dívida da empresa de US\$ 285 milhões para US\$ 135 milhões (TRIBUNA DO PARANÁ, 2005).

Com isso, o capital da Chapecó Alimentos se dividiu em BNDESPAR com um percentual de 29,65%, Grupo Macri (Alimbrás S/A e Francisco Macri) com 65,31% e outros com 5,04%. Quando o Grupo Macri assumiu a Chapecó Alimentos, a dívida com as instituições bancárias já chegava a US\$ 285,4 milhões, mas com as negociações a Alimbrás conseguiu reduzir a dívida para US\$ 137,48 milhões, alongando o prazo de pagamento para 8, 12 e 25 anos com taxas de juros de libor de 1 a 4% a.a. (HENN; ALBA, 2008, p. 12).

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 6 de setembro de 1999 marcou o fim da presença da Família De Nês no comando da SAIC depois de 47 anos de atuação, conforme mostra a figura 13. Pela primeira vez a empresa passou a ser comandada pelo capital internacional representado pelo grupo argentino Macri.

A transação com o grupo Macri teve diversas implicações jurídicas. Atendendo ao pedido do Ministério Público Federal, em agosto de 2000 o juiz Mauro Sbaraini, da 1ª Vara Federal de Cascavel (PR), determinou a quebra do sigilo bancário de duas contas bancárias da SAIC. A medida visava apurar denúncias de supostas irregularidades, incluindo o tráfico de influência, na milionária injeção financeira realizada pelo BNDES em benefício da empresa catarinense.

As contas que tiveram o sigilo quebrado receberam, entre abril de 1997 e janeiro de 1998, depósitos de R\$ 54 milhões, equivalentes a empréstimos de US\$ 51 milhões feitos no período pelo BNDES ao frigorífico catarinense. Checagem feita pela Agência Folha na agência do Banco do Brasil de Chapecó mostrou que as contas de números 50.296-0 e 48.862-3, que tiveram seus sigilos quebrados, estão inativas. A empresa mantém uma conta sucedânea na agência de Chapecó, com o número 3.762-1, e duas outras na agência central do Banco do Brasil em Curitiba, com os números 21.663-x e 21.655-0. Os empréstimos foram feitos para socorro imediato ao frigorífico e a título de financiamento de exportações que, segundo os procuradores, nunca ocorreram. (MASCHIO, 2000)

Figura 13: Lista de presença dos acionistas em setembro de 1999

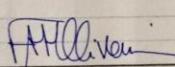
53

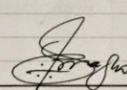
PRESEÇA DOS ACIONISTAS

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 06 de Setembro de 1999
de acordo com a publicação no D.O.E.S.C em 29, 30 e do dia 31 de Agosto de 1999
e em 28, 30 e 31/08/99 na folha de SP e em 28, 31/08/99 e 01/09/99 no Diário da Manhã.

Número de ordem	ASSINATURA DO ACIONISTA OU DO PROCURADOR	Nacionalidade	RESIDÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES							
				Comuns		Preferenciais		Gôzo ou fruição			
				N.º de ações	N.º de votos	N.º de ações	N.º de votos	N.º de ações	N.º de votos		
1	<i>F. A. Oliveira</i> PP Pleno José de N. Filho	Brasileira	Chapeco - SC	45.592.809	45.592.809	121.236.878	121.236.878	—	—	—	—
2	<i>M. B. Negócios e Participações Ltda</i>	Brasileira	Chapeco - SC	1.542.446.015	1.542.446.015	440.201.219	440.201.219	—	—	—	—
3	<i>Fundação Pleno Filinto De N. S.</i>	Brasileira	Chapeco - SC	296.483.700	296.483.700	126.000.000	126.000.000	—	—	—	—
4	<i>Almox.</i>	Brasileira	Chapeco - SC	140.208.314	140.208.314	30.905.000	30.905.000	—	—	—	—
5	<i>Wanderley Stunglari - Auditor - E.T.</i>	Brasileira	São Paulo - SP	—	—	4.650.000	4.650.000	—	—	—	—
Totais →				71.562.612.255	71.562.612.255	1.005.588.088	1.005.588.088	—	—	—	—

Chapeco, SC, 06 de setembro de 1999


 Fernando Antonio Albino de Oliveira
 PRESIDENTE


 Edemar Luiz Magno
 SECRETÁRIO

Fonte: Acervo da SAIC

Após o Grupo Macri assumir, a SAIC continuou operando, com dificuldades, até o ano de 2003, quando os problemas financeiros desencadearam uma reação em cadeia que se refletiu diretamente em vários municípios do Sul do Brasil, especialmente naqueles onde a empresa mantinha unidades de abate e processamento de carnes de suínos e aves.

A crise da Chapecó teve muitos outros desdobramentos e gerou diversos problemas sociais e econômicos em todo o Oeste de Santa Catarina, em especial no município de Xaxim, conforme veremos com mais detalhes no próximo capítulo.

3 A FALÊNCIA E OS IMPACTOS DA CRISE DA EMPRESA EM XAXIM

Neste terceiro e último capítulo analisaremos, inicialmente, as circunstâncias que levaram à derrocada do Grupo Chapecó Alimentos em 2005, quando a Justiça decretou a falência. Depois, descreveremos e interpretaremos os impactos econômicos e sociais provocados pela crise da Chapecó Alimentos no município de Xaxim. Verificamos, por meio de dados estatísticos, oferecidos em sítios eletrônicos de órgãos públicos, que as dificuldades da empresa impactaram na arrecadação tributária e na redução do nível de emprego. Analisando entrevistas concedidas a jornais e outros periódicos da época, apresentamos as angústias de ex-trabalhadores demitidos nesse período, as agruras do comércio local, que amargou forte inadimplência e queda violenta no volume de vendas, a exclusão da atividade de criadores de aves que atuavam por meio do sistema de integração, a falência e as dificuldades de pequenas empresas que prestavam serviços à Chapecó Alimentos, entre outros. Por fim, apuramos que os momentos difíceis para quem era ligado diretamente à empresa perduraram por vários anos.

3.1 CONCORDATA RESCINDIDA E FALÊNCIA DECRETADA PELA JUSTIÇA

Conforme apresentado anteriormente, o período de crise da Chapecó se tornou visível em 1998, quando foi concedida a primeira concordata judicial que objetivava reestabelecer o equilíbrio financeiro da empresa. E, à primeira vista, o amparo jurídico aparentava ter atingido os objetivos fundamentais. Isso porque após a primeira concordata, o Grupo Chapecó buscou se reerguer econômica e financeiramente a partir da realização de novos investimentos em sua estrutura.

Sob comando do Grupo Macri, o conglomerado comprou o Frigorífico Prenda, em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul (R\$31 milhões) e investiu outros R\$18 milhões na implantação/modernização da fábrica de embutidos em Chapecó. De olho no potencial do mercado externo, as empresas investiram outros R\$80 milhões, obtidos por empréstimo bancário, para fortalecer suas exportações que chegavam a

mais de 40 países. O Grupo Chapecó figurava, em 2001, na lista dos cinco maiores frigoríficos da América Latina (ALBA, 2013)

Neste período, a empresa contava com cinco mil empregados diretos, 1,5 mil produtores rurais integrados em 88 municípios catarinenses, que correspondem a 74,6% dos municípios da mesorregião oeste catarinense. No setor de suínos, eram 74 municípios (63% do oeste catarinense) que forneciam matéria-prima para a unidade de Chapecó. (ALBA, 2013, p. 89)

A trajetória da Chapecó Alimentos e do Grupo Macri possui algumas semelhanças. Os dois conglomerados empresariais tiveram amparo estatal decisivo para atingir o auge, com faturamentos anuais multimilionários, e também amargaram queda gigantesca, concretizada em sentenças judiciais de falência após longos períodos de crise financeira cuja origem real jamais foi plenamente explicitada.

Formado por 40 empresas e algumas concessões públicas, incluindo rodovias e os correios argentinos, o Grupo Macri empregava 27 mil funcionários e ostentava um faturamento anual de quase R\$2 bilhões no início dos anos 2000. Fundado pelo empresário ítalo-argentino Francisco Macri, o conglomerado empresarial ocupou lugar de destaque na economia da Argentina nos anos 1990. A *holding* Socma Americana S/A controlou, por vários anos, empresas de diferentes segmentos, todos com receitas milionárias. O filho de Macri, Maurício Macri, foi prefeito de Buenos Aires, presidente do Boca Juniors, uma das agremiações que ostenta o maior volume de títulos de futebol profissional na América do Sul e, por último, presidente da república argentina. (SANTA CATARINA, 2005)

Em 1997 o Grupo Macri se tornou concessionário do *Correo Argentino* durante o processo de privatização de estatais comandado pelo ex-presidente Carlos Menem. O valor da concessão foi de 103 milhões de pesos por ano. Dois anos depois, em 1999, foi anunciada a crise financeira do *Correo Argentino*. O Grupo Macri deixa de honrar os pagamentos pela concessão. Em 2001, a estatal, agora privatizada, pediu concordata preventiva. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003)

Em setembro de 2002 o governo argentino criou uma comissão interministerial para investigar a situação do *Correo Argentino*. A Procuradoria do Tesouro apresentou parecer com denúncias de irregularidades que teriam ocorrido

na empresa. Um ano depois, em novembro de 2003, o governo argentino anulou a concessão e nomeou interventor no *Correo Argentino*. Em dezembro do mesmo ano, a Justiça argentina decretou a falência e o bloqueio das contas da empresa no país e no exterior. A dívida apontada chegou a 900 milhões de pesos. Macri e os demais administradores foram proibidos de sair da Argentina. (PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA, 2005)

A situação financeira adversa na Argentina se refletia também no exterior. Nos anos 2000 Francisco Macri já anunciava o interesse pela venda de suas empresas que operavam no Brasil.

Endividado e afetado pela crise que atingiu a Argentina entre os anos de 1999 e 2002, o grupo foi obrigado a sair da Chapecó em dezembro de 2002. Procurado pela Folha para esclarecer os motivos que levaram os Macri a "abandonar" a Chapecó, o vice-presidente do grupo Socma, Jorge Aguado, não foi localizado. [...] O grupo Macri assumiu o controle da Chapecó em 1999. Pagou apenas US\$ 40 milhões porque a companhia tinha um alto endividamento: US\$ 334 milhões, segundo informações fornecidas pelo grupo à Bolsa de Valores de Buenos Aires na época. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003)

A nova fase de crise da SAIC teria sido motivada por um conjunto de fatores, incluindo a recessão econômica enfrentada pela Argentina no início dos anos 2000. Os graves problemas financeiros enfrentados pelos novos controladores argentinos pareciam insolúveis. A saída apontada era uma nova venda da empresa. Assim, em 2003 iniciaram os contatos com os interessados, sendo que o Grupo Dreyfus (França) teria manifestado interesse na aquisição mediante arrendamento prévio. O preço apontado pela venda foi R\$175 milhões. Mas a transação nunca se efetivou.

Em janeiro de 2003 tomou posse o primeiro presidente da república oriundo da classe operária brasileira. O governo do ex-metalúrgico e ex-líder sindical, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, teve como marca a manutenção da estabilidade econômica e a retomada do crescimento do país a partir do controle da inflação, da redução da pobreza e da desigualdade social. Tendo o governo federal como aliado, um grupo de lideranças políticas, composto pela então deputada federal Luci Choinacki e pelo então prefeito de Chapecó, Pedro Uczai, ambos do PT, se envolveu diretamente na intermediação das tratativas para tentar

agilizar a venda e, assim, evitar um colapso econômico e social. As negociações não frutificaram conforme o esperado, a venda não se concretizou e os problemas voltaram a ficar evidentes.

[...] no período de 2003, começou a faltar dinheiro até para a compra de ração. No início do ano, cerca de três milhões de aves morreram por falta de comida. E, em maio de 2003, demitiu 650 funcionários da unidade de Chapecó e 1.320 da unidade de Xaxim. Em julho de 2003, a Aurora arrendou por sessenta dias a área de abates de suínos da Chapecó Alimentos em Chapecó, saída para tentar resolver a oferta excessiva de animais nas propriedades dos integrados (HENN; ALBA, 2008, p. 57).

Sem vislumbrar uma saída plausível no curto prazo para a nova crise financeira, os controladores da Chapecó Alimentos decidiram, em janeiro de 2004, apresentar novo pedido de concordata. A medida, amparada pela Justiça, seria uma forma de ganhar tempo para tentar ampliar o faturamento mensal e anual da empresa e, ao mesmo tempo, negociar e equacionar o gigantesco débito principalmente com bancos e uma enorme gama de fornecedores.

O Judiciário se mostrou sensível às questões sociais envolvidas e deferiu o pedido de concordata, mediante os argumentos convincentes apresentados na época.

[...] Mencionaram Projeto de Reestruturação das empresas – já confiando e apostando na entrada em vigor da nova Lei de Falências e Recuperação Judicial de Empresas, hoje Lei 11.101, de 09/02/2005, ainda não vigente -, dizendo que o nível de endividamento das empresas era desprezível, quando supunha-se que apenas a marca "CHAPECÓ" deveria valer em torno de R\$ 30.000.000,00, e que as concordatárias não estariam em crise tal a submeterem-se ao ultrapassadíssimo Decreto Lei 7.661/45. (SANTA CATARINA, Autos nº 018.04.000288-5, 2005)

A concordata tramitou por mais de um ano, mas não obteve o resultado esperado pela empresa. Diante da complexidade do caso, o Judiciário solicitou uma perícia técnica nas contas da empresa. Foi apurado que a dívida das companhias era de R\$1 bilhão (e não R\$700 milhões como o informado pelos gestores) e que não havia mais nada a recuperar porque as empresas existiam apenas no papel.

Assim, no dia 29 de abril de 2005 a juíza da 3ª Vara Cível de Chapecó, Rosane Portella Wolff, decretou a falência da *holding* S/A Indústria e Comércio Chapecó (SAIC) e da sua controlada, a Chapecó Companhia Industrial de Alimentos (CCIA).

No mesmo despacho, a magistrada determinou a rescisão da segunda concordata das empresas em menos de 10 anos e afastou os diretores da Chapecó, Celso Schmitz, Tânea Vedana e outros dois membros do conselho de administração. Também determinou o imediato arrolamento de bens e a lacração do escritório e dos arquivos do grupo.

Com clareza meridiana não resta dúvida de que o pedido de concordata é uma farsa. A situação da companhia era de total insolvência. O plano de recuperação buscado é uma falácia (mentira), uma vez que não há o que recuperar, escreve a juíza, baseando-se numa perícia judicial realizada nas finanças da empresa. (A NOTÍCIA, 2005)

O decreto de falência pode ter causado surpresa e revolta. Mas foi, conforme apuramos, uma decisão adotada pela Justiça para tentar evitar um impacto social ainda maior. Se a falência não fosse decretada, em julho de 2005 a concordata passaria a tramitar sob os ditames da Lei 11.101/05, a popular nova Lei de Falências. Se isso acontecesse, a chamada tutela do processo envolvendo a Chapecó Alimentos seria retirada do Judiciário e transferida diretamente aos grandes credores. Na prática, isso significaria que os bancos é que ficariam responsáveis por administrar a massa falida. Nesse cenário, os demais credores, incluindo os ex-trabalhadores e pequenos fornecedores, poderiam ficar ainda mais prejudicados.

Na sentença, a juíza critica com veemência essa manobra, nomeada por ela como um sofisma que “criou grande ônus a todas as partes, inclusive ao Poder Judiciário, visava atender apenas aos interesses dos controladores e de um pequeno numero de grandes instituições financeiras”. (SANTA CATARINA, 2005, p.26)

A juíza também dedicou importante espaço para resgatar, de forma sintética, a cronologia da crise que culminou na falência judicial (Tabela 3). Resgatou, inclusive, as trocas de comando da empresa, ao longo dos anos, as injeções

financeiras do BNDES e a questão internacional, evidenciada na crise do Grupo Macri na Argentina.

Tabela 3: Cronologia da crise

Ano	Evento
1996	Início da crise da Chapecó. O Conselho de Administração era formado por Plínio De Nês Filho, Yasufico Saito, Fernando Antonio Albino de Oliveira, Karlos Heinz Rischbieter, Mario José Gonzaga Petrelli e Stanley Greig/IFC.
08/1996	Contrato de alienação da empresa firmado com Banco do Brasil e Bozzano Simonsen
01/1997	Início das negociações do controle acionário. Coordenação do BNDES junto a credores para assinatura de carta-acordo com Grupo Macri.
04/1997	Presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, assume a Presidência do Conselho Superior de Administração da SAIC
10/1998	Primeira Concordata Preventiva – 2 anos. Passivo Quirografário: R\$ 37.8 milhões (Passivo Financeiro: US\$ 285 milhões)
11/1999	Mudança de Controle para o Grupo MACRI
11/1999 a 11/2000	Novas Subscrições de Ações com aporte total de R\$ 171 milhões
12/2000	Encerramento da primeira concordata
2001	MACRI e BNDES decidem vender a Chapecó.
2003	Crise se torna generalizada. Controladores deixam a empresa
04/2003	Renúncia coletiva na diretoria da empresa. Demissão total dos funcionários. Paralisação total das atividades
07/2003	CPI é instaurada para investigar a participação do BNDES na Chapecó Alimentos e como o banco perdeu R\$ 560 milhões na empresa. Diretor do BNDES prestou depoimento sigiloso, mas reconheceu à imprensa que o Banco adotou decisões arriscadas ao realizar operações com uma empresa em desequilíbrio financeiro, admitindo que foi uma má operação.
12/2003	Arrendamento com opção de compra das unidades produtivas da Chapecó, com reconstrução de grande parte dos trabalhadores incluindo reativação de integrados.
01/2004	Concordata Preventiva da SAIC e CCIA por um ano. Passivo Quirografário Declarado é de R\$ 220 milhões, sendo R\$ 64 milhões com fornecedores e mais R\$ 156 milhões com bancos
03/2005	Perícia judicial
04/2005	Decretada a falência judicial

Fonte: Poder Judiciário de Santa Catarina; adaptado pelo autor

Em Santa Catarina, a falência judicial ganhou espaço em todos os jornais de Chapecó e também nos jornais de circulação estadual. A dívida bilionária e os efeitos econômicos da crise (Figura 14) foram destaques em todas as reportagens.

Figura 14: Falência da empresa chapecoense foi destaque na mídia

A10
Sábado, 30/4/2005

ECONOMIA

Falência bilionária em Santa Catarina

Justiça coloca ponto final na crise da Chapecó, dez anos depois do início de uma série de problemas

LUCIANO ALVES
ESPECIAL PARA A NOTÍCIA

Chapecó — A juíza da 3ª Vara Cível de Chapecó, Rosane Portella Wolff, decretou ontem a falência da Chapecó Alimentos. O frigorífico de aves e suínos está em crise há dez anos e tem uma dívida próxima de R\$ 1 bilhão, montante que estava sendo negociado há seis anos com bancos e credores. O BNDES é o maior credor, com um total de R\$ 560 milhões. A dívida deve passar agora por investigação judicial que vai tentar apontar e punir os responsáveis pela crise que gerou um problema social e econômico gigantesco no Oeste.

Com clareza meridiana não resta dúvida de que o pedido de concordata é uma farsa. A situação da companhia era de total insolvência. O plano de recuperação buscado é uma falácia (mentira), uma vez que não há o que recuperar", escreve a juíza, baseando-se numa perícia judicial realizada nas finanças da empresa.

No despacho, a magistrada determina a rescisão da segunda concordata da empresa em menos de 10 anos e afasta imediatamente os diretores da Chapecó, Celso Schmitz, Tânea Vedana e outros dois membros do conselho de administração. O advogado e comissário da concordata, Edson Fávero, foi nomeado síndico e está encarregado de nomear um gestor para a massa falida que deve ser submetida a leilão. A decisão judicial mantém os quatro contratos de arrendamento das unidades fabris da Chapecó em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

O diretor-presidente da Chapecó, Celso Schmitz, se mostrou surpreso com a falência e disse que ficou sabendo da decisão judicial por meio da imprensa. O executivo lamentou o fato de a medida ter sido tomada antes do fim do prazo de prorrogação da segunda concordata, vencida inicialmente em janeiro. "Durante todo esse tempo nós lutamos com transparência para evitar a falência por meio de uma solução de mercado (arrendamento das quatro unidades fabris) que garantiu a permanência da atividade produtiva e a manutenção dos empregos", comentou Schmitz.

A proposta da empresa para a negociação dos débitos previa o pagamento com um deságio superior a 90% aos bancos. Com a falência, os 1.129 credores quirografários (sem garantias) correm o risco de não receber nenhum centavo da dívida que soma R\$ 64 milhões. Isso porque, segundo a reportagem apurou, a venda de todo o patrimônio imobiliário da empresa totalizaria hoje R\$ 175 milhões, volume insuficiente para cobrir os débitos.

O frigorífico ainda tem uma dívida de R\$ 900 mil com 82 ex-funcionários e R\$ 800 mil com suínocultores e avicultores integrados. Pela programação inicial, os criadores devem receber de forma parcelada, até outubro. O presidente do Sindicato dos Criadores de Aves de Santa Catarina (Sincravesc), Valdemar Kovaleski disse que os integrados estão preocupados com o futuro da atividade.

As cláusulas contratuais do arrendamento prevêm que as arrendatárias podem adquirir definitivamente as unidades fabris. A Coopercentral Aurora se mostra interessada na aquisição do frigorífico de suínos em Chapecó. O valor venal, na época da assinatura do contrato, era de R\$ 58 milhões. O frigorífico tem capacidade instalada para abater 2.700 suínos por dia, mas, à título de remuneração, a arrendatária comprometeu-se a pagar o valor correspondente a 1.800 suínos/dia, ou seja, R\$ 10,8 mil.

Unidade da Chapecó na cidade do mesmo nome está arrendada para a Coopercentral Aurora

CRONOLOGIA DE UMA CRISE *Decadência e morte da Chapecó*

AGOSTO DE 1996 Empresa assina contrato de alienação com o Banco do Brasil e Banco Bozzano Simonsen	NOVEMBRO DE 1999 Grupo Macri assume a empresa, com mudanças no conselho administrativo.	anuncia renúncia coletiva, restando apenas o diretor Celso Schmitz. Os mais de quatro mil funcionários são demitidos e as atividades industriais são paralisadas. Ao todo, sete milhões de frangos morrem nos criatórios por falta de ração. Integrados ficam sem receber.	a receber parceladamente.
JANEIRO DE 1997 Iniciam as negociações do controle acionário, sob a coordenação do BNDES junto a credores para assinatura de acordo com o grupo argentino Macri	DEZEMBRO DE 2001 Com a crise do Grupo Macri na Argentina, a Chapecó sofre abalos e inicia sinalização de venda	DEZEMBRO DE 2002 Empresário Francisco Macri envia carta ao BNDES manifestando interesse de retirar-se da Chapecó, abrindo mão do controle acionário	JANEIRO DE 2004 Concedida a concordata preventiva de um ano.
OUTUBRO DE 1998 Primeira concordata preventiva, de dois anos. O passivo quirografário é de R\$37,8 milhões e passivo financeiro alcança US\$285 milhões	ABRIL DE 2003 Caos na empresa catarinense. Diretoria-executiva	DEZEMBRO DE 2003 Depois de uma frustrada tentativa de venda da empresa à francesa Dreyfus, a Chapecó arrenda as quatro unidades fabris no Sul do Brasil. Maioria dos funcionários é recontratada e os integrados começam	JANEIRO DE 2005 Vence prazo da concordata, mas em comum acordo com credores, é concedido prazo adicional que venceria em 12 de maio.
			MARÇO DE 2005 Justiça realiza perícia nas finanças da empresa.
			ABRIL DE 2005 a) Constatada a insolvência da empresa, a Justiça decreta a falência.

Fonte: Página A10 do Jornal A Notícia, edição do dia 30 de maio de 2005

A decisão judicial também foi noticiada, com destaque, por diferentes veículos de mídia em todo o Brasil. Grandes e tradicionais jornais, incluindo a Folha

de São Paulo, Gazeta Mercantil, Valor Econômico e Estado de São Paulo, reservaram espaços valiosos em suas páginas para reportar o fim trágico do conglomerado agroindustrial catarinense.

Em 30 páginas de sentença, a juíza questionou o sistema de gestão adotado durante a crise financeira, apontou as tentativas de manobras para tentar camuflar as reais dívidas da empresa, e não poupou críticas à atuação do BNDES, até então maior credor da Chapecó. Sob o argumento de tentar agilizar as negociações de venda para restabelecer as atividades produtivas da empresa, o banco estatal aceitou receber apenas 3,2% da dívida que, na época, era de R\$560 milhões.

O Sistema BNDES, (i) na real qualidade de maior acionista – vez que o expressivo volume de recursos (R\$560 milhões) aportados na empresa direta e indiretamente (inclusive os capitalizados na empresa pelo MACRI US\$ 45 milhões e os utilizados na aquisição do controle – estimados em US\$ 10 milhões), na CHAPECÓ e MACRI, tiveram sua origem efetivamente no sistema BNDES, (ii) e conhecedor do altíssimo risco de crédito que o MACRI representava – após o início das negociações em 1997 quando assumiu o controle dos CORREIOS ARGENTINOS, o Grupo MACRI já dava claros sinais problema, tornando-se inadimplente com o Governo Argentino a partir de 1999 -, parece haver ficado absolutamente ausente e apático, antes e após a concessão dos recursos ao MACRI. (PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA, Autos nº 018.04.000288-5, 2005)

No dia 3 de março de 2021 o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) noticiou, em seu sítio eletrônico, que após um exaustivo trabalho que durou semanas, o processo judicial envolvendo a S/A Indústria e Comércio Chapecó e a Chapecó Companhia Industrial de Alimentos, foi digitalizado. Disponível para consulta pública no sistema EPROC, o processo de número 00002881220048240018 chama a atenção pelo tamanho. Até a referida data, eram 31.526 páginas, distribuídas em 157 volumes, sendo, portanto, um dos maiores em tramitação no Poder Judiciário catarinense. O valor da causa estava estabelecida em quase R\$221 milhões.

A digitalização facilitou o acesso às informações. Conforme visto anteriormente, o processo iniciou no ano de 2004, com um novo pedido de concordata apresentado pelos administradores do conglomerado empresarial. Após uma extensa análise, o Judiciário entendeu que as dívidas gigantescas

impossibilitavam qualquer tentativa jurídica e administrativa para salvar as empresas. Foi, então, determinada a falência.

Quando o processo de falência iniciou, o grupo empresarial alegou que possuía dívidas com 4.000 empregados, 1.300 pequenos e médios credores, além de 22 instituições financeiras. Entre essas instituições financeiras, destaque para o BNDES, que figurava como o maior credor. Em abril de 2007, em reportagem publicada no jornal Valor Econômico, um dirigente do BNDES afirmou o interesse da instituição no resgate das dívidas junto a Chapecó Alimentos por meio da adoção de políticas de negociação e de recuperação de créditos. Um juiz catarinense tomou conhecimento da reportagem e determinou a intimação do BNDES para apresentar, em 15 dias, nos autos do processo, as tais estratégias de resgate financeiro.

Em julho de 2008 a Justiça determinou a destituição do síndico da massa falida em razão de fortes indícios de prática de crime falimentar. Entre outros pontos, o advogado e o escritório de advocacia foram acusados de tentar fraudar o quadro de credores em benefício próprio. O intuito seria agilizar os trâmites para receber uma importância próxima dos R\$ 900 mil em créditos quirografários. No processo de falência os credores quirografários são aqueles que não possuem garantias reais de receber os valores das dívidas.

Em tramitação há mais de 16 anos, o processo falimentar da Chapecó é marcado por uma avalanche de recursos judiciais de toda ordem, incluindo tentativas de reverter a falência, todas negadas pela justiça. A extensa lista de documentos anexados ao processo inclui, ainda, diversas movimentações para a venda de bens da empresa, decisões de cunho trabalhista, ligadas a questões ambientais, administrativas e tributárias, entre outras. Por isso tudo, em algumas decisões prolatadas, membros do Judiciário catarinense se referiram ao caso como “tormentoso processo”.

O processo traz alguns reflexos da forte crise financeira enfrentada pelo conglomerado industrial. No ano de 2006, por exemplo, a justiça autorizou a massa falida a aderir a programas de recuperação fiscal, nos municípios de Xaxim e Chapecó com o objetivo de quitar débitos tributários municipais (IPTU).

No ano de 2009 um laudo judicial apontou os ativos que a empresa dispunha para venda (Tabela 4). Somados, esses ativos totalizavam pouco mais de R\$161 milhões.

Tabela 4: Ativos disponíveis para venda em março de 2009

ATIVO	VALOR (EM R\$)
UNIDADE SANTA ROSA - ARRENDADATÁRIA ALIBEM	124.248.242,18
UNIDADE BORMANN - ARRENDATÁRIA GLOBOAVES	8.952.003,71
UNIDADE AMPARO SP	9.221.000,00
GRANJA CARAVAGIO CHAPECO SC	5.312.111,46
GRANJA POCINHO XAXIM SC	6.179.066,24
GRANJA RODEIO BONITO XAXIM SC	4.965.229,92
FILIAL BAURU - SP - ARRENDATÁRIA ALS	2.040.747,17
FILIAL BAURU - SP - ARRENDATÁRIA VALDEMIR	299.546,09
TERRA - FAXINAL DOS GUEDES SC	111.600,00
TERRA - SEARA SC	90.000,00
TERRA - GUARACIABA SC	90.016,00
TOTAL	161.509.562,77

Fonte: Arquivo dos síndicos da Massa Falida da Chapecó Alimentos

O quadro geral de credores, apresentado em 23 de junho do ano de 2014, mostra que a dívida da Chapecó Companhia Industrial de Alimentos totalizava mais de R\$680 milhões (Tabela 5). Destacam-se as dívidas com os credores com reais garantias, que somam mais de R\$347 milhões. Neste grupo encontram-se bancos e instituições financeiras, incluindo o Banco do Brasil (mais de R\$34 milhões a receber, IFC (R\$ 99 milhões) e FINAME (R\$147,6 milhões). Chama a atenção que o BNDES também aparece neste grupo, mas com uma dívida apontada de “apenas” R\$4,5 milhões.

A extensa lista de credores quirografários, ou seja, sem garantias, aponta um total de débitos de mais de R\$235 milhões. O grupo inclui fornecedores, transportadores, prestadores de serviços, supermercados, entre outros. Há dívidas milionárias, mas algumas se destacam pelos pequenos valores. Há credores à espera de pagamentos irrisórios, oriundos de compras que não chegaram a R\$40.

Os créditos tributários somam mais de R\$28 milhões. São valores de ICMS não recolhidos e, principalmente, de Imposto de Renda (IRRF) e de INSS oriundos de ações trabalhistas.

Tabela 5: Quadro Geral de Credores da CCIA em 2014

CREDITO	VALOR (EM R\$)
Honorários advocatícios privilégio geral	11.988,98
Encargos da massa	50.682,62
Honorários advocatícios privilégio geral (EAOAB, artg. 24)	239.742,29
Honorários advocatícios quirografários	922.088,43
Créditos de natureza alimentar	1.388.332,29
Pedidos de restituição sob judice	2.865.048,24
Créditos tributários	28.281.823,74
Pedidos de restituição com trânsito em julgado	66.646.890,22
Créditos quirografários	235.675.300,42
Créditos com direitos reais de garantia	347.612.361,61
Total	683.694.258,84

Fonte: Arquivo dos síndicos da massa falida da CCIA

Em 2017, o quadro de credores foi complementado com novos valores na lista de créditos de natureza alimentar (mais R\$1.591.176,09) e na lista de créditos tributários (com mais R\$ 318.435,56). De acordo com os síndicos da massa falida, todos esses valores de débitos são originais e ainda precisam ser corrigidos de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) desde o dia 29 de abril de 2005, quando foi decretada a falência. Isso significa que as dívidas certamente ficarão ainda maiores.

Uma planilha que integra o acervo da massa falida aponta uma outra atualização na qual a dívida com os credores quirografários totaliza R\$ 236.332.743,43, ou seja, um aumento em relação ao montante citado acima na tabela 5. Nesta planilha aparecem diversas instituições financeiras com créditos a

receber da Chapecó Alimentos. Os créditos devidos aos BNDES totalizam mais de R\$79 milhões e encabeçam a lista dos 1.175 credores que não têm garantias. O Banco do Brasil também está na lista dos credores. Essa mesma planilha do ano de 2017 mostra que as dívidas com credores com direitos reais de garantia, que somavam mais de R\$347 milhões, foram reduzidas para quase R\$ 219 milhões.

Analisando as duas tabelas, fica evidente que os valores dos ativos disponíveis para venda (R\$161,5 milhões) não seriam suficientes para pagar nem mesmo um quarto das dívidas (R\$683 milhões). A situação da Chapecó Alimentos se tornou uma espécie de exemplo de empresa que atuava com o chamado capital aberto e que não conseguiu repassar nenhuma importância financeira aos seus acionistas no momento da falência judicial. Assim como ocorreu com outras corporações gigantes, as ações da Chapecó, antes negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, acabaram virando pó (ORIGEM DAS MARCAS, 2011)

3.1.1 A CRISE DA EMPRESA E OS PRIMEIROS REFLEXOS

Após a aquisição do Frigorífico Diadema, nos anos 1960, a Chapecó Avícola permaneceu instalada na região central de Xaxim. O frigorífico da Chapecó Alimentos continuou no mesmo espaço, ocupando papel de destaque no cenário local. Pode-se dizer, sem medo de errar, que, em grande medida, a cidade se desenvolveu ao redor da empresa e por causa da empresa, assim como ocorreu com outros frigoríficos instalados na região Oeste de Santa Catarina, como a Sadia, em Concórdia.

A organização territorial do município de Xaxim está voltada para atender às demandas e necessidades da agroindústria Diplomata. Espaços e pessoas são constantemente incluídos ou excluídos do processo produtivo, de acordo com as necessidades da (re)produção e acumulação da indústria capitalista. O território se (re)organiza na tentativa de atender aos interesses do capital agroindustrial, num movimento contínuo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização do capital nacional, que organiza e reorganiza a produção para atender às demandas e exigências impostas pelo capital internacional e pelas novas formas de produzir da indústria moderna. (SKRZYPCZAK, 2013, p. 47)

A economia de Xaxim ainda é dependente do setor agroindustrial. Mas nos anos 1980 e 1990 essa dependência era ainda maior em razão da inexistência de empresas de outros segmentos econômicos. Aliás, muitas dessas empresas surgiram a partir da consolidação da indústria frigorífica. São transportadoras, metalmecânicas que produzem máquinas, equipamentos e implementos, mecânicas automotivas, indústria de sacarias plásticas, entre outras.

Com a crise da Chapecó Alimentos, no início dos anos 2000, o comércio xaxinense sentiu uma desaceleração nas vendas. E, para piorar, com salários atrasados, muitos operários ligados ao frigorífico não puderam honrar seus compromissos financeiros. Assim, essa reação em cadeia impactou diretamente em inadimplência no comércio local.

A unidade agroindustrial em Xaxim (SC) representa 29,05%¹⁷ da arrecadação do município e, portanto, consegue impor o seu domínio não só nas pequenas propriedades agrícolas através da integração, mas nas demais indústrias locais e no próprio comércio, que depende exclusivamente das atividades da empresa, em razão do consumo de seus funcionários e familiares. (SKRZYPCZAK, 2013, p.56)

Em entrevista concedida ao jornal Lê Notícias, em 2017, o empresário João Miranda, que presidiu a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Xaxim entre os anos de 2003 e 2005, relatou parte desse cenário desolador.

[...] Após a quebra da Chapecó, houve muita inadimplência por parte da população, que deviam dos postos de gasolina até os postos de lavagem. Além disso, ele relata que a quantidade de caminhões parados na rua chamava muita atenção, por não haver transportes, nem ração. Brotava milho em cima da carroceria dos caminhões porque as pessoas não tinham condições de lavá-los, já que havia muitas dívidas nos postos de lavagem. A crise da Chapecó ocasionou uma tristeza muito profunda no comércio, uma nuvem negra como costumávamos chamar. Foi um momento difícil para a economia de Xaxim, já que a cidade dependia muito da empresa naquele período [...] Para amenizar o cenário, o comércio adotou medidas em que não havia cobrança de juros, quando eram os funcionários identificados com o crachá da Chapecó Alimentos. Após, houve o parcelamento das dívidas e vendas extras para os inadimplentes. Tivemos essa compaixão, já que sabíamos as circunstâncias penosas que a cidade vivia. [...] Muitas pessoas saíram de Xaxim e não retornaram, perdendo assim a mão de obra qualificada dos frigoríficos. Foi um período obscuro que se arrastou por aproximadamente três anos (LÊ NOTÍCIAS, 2017)

Na mesma reportagem, o comerciante Luiz Pensin confirma que os impactos econômicos foram gigantescos no comércio xaxinense.

Para a cidade foi um prejuízo muito grande, perdeu-se cerca de 50% da própria economia do município. O povo ficou muito desanimado, porque sabia que era do frigorífico que vinham os empregos. Mais tarde, o Grupo Macri administrou por pouco tempo, mas logo a Diplomata assumiu e também foi uma desgraça para o município, tanto que até hoje tem os nossos agricultores e transportadores não receberam o pagamento. (LÊ NOTÍCIAS, 2017)

Em edição do jornal A Notícia no dia 28 de outubro de 2003 também foi retratado o cenário desolador provocado pela crise da empresa.

A crise financeira que abala a Chapecó Alimentos não traz desamparo apenas aos milhares de funcionários demitidos. Boa parte dos municípios do Oeste que têm na avicultura e suinocultura a mais importante fonte geradora de receitas públicas sente na pele o impacto negativo dos problemas da empresa. A pequena Xaxim, que abriga um dos abatedouros de aves da Chapecó, está sofrendo o maior revés econômico da história do município. O comércio sentiu um forte abalo com a ausência de potenciais consumidores. O índice de desemprego é considerado recorde. (A NOTÍCIA, 2003)

A reportagem veiculada em A Notícia informa que o campo foi o primeiro setor prejudicado pelo atraso nos pagamentos periódicos da empresa. Na entrevista, o secretário do Sindicato Rural de Xaxim, Enor Cenci, foi categórico ao afirmar que a agricultura e pecuária xaxinense estavam sucateadas em razão das dificuldades financeiras com efeito cascata. O periódico trouxe uma amostra dos efeitos no campo.

O avicultor Léo Lunardi Jr., 41 anos, é um dos mais desesperados com a crise. Os dois aviários que ele e a família mantêm em Linha Diadema estão vazios há sete meses. As matrizes simplesmente deixaram de ser alojadas porque falta ração para alimentar os animais e destino para escoar a produção. "Tive de pegar dinheiro emprestado para pagar a indenização trabalhista aos seis funcionários que nós mantínhamos. Durante esse tempo nós deixamos de receber algo em

torno de R\$48 mil. Eu já não acredito mais em recuperação", lamenta Lunardi. (A NOTÍCIA, 2003)

Casos como o de Léo Lunardi se tornaram comuns entre avicultores integrados da empresa. Muitos começaram amargar atrasos no pagamento dos lotes de aves enviados e outros simplesmente tiveram uma relação comercial extremamente curta com a Chapecó Alimentos. Em seu trabalho de conclusão de curso (TCC), Pegoraro (2017) entrevistou o casal de agricultores Idio e Maria Marangoni, residentes em Linha Terceira, interior de Xaxim. Na entrevista, o casal contou que ingressou na avicultura no ano de 2001 e que conseguiu entregar apenas um lote de aves antes de a Chapecó fechar as portas. Depois, o aviário ficou fechado.

A falta de capital de giro da Chapecó também se evidenciou na dificuldade para comprar insumos (milho e farelo de soja, entre outros) necessários para a fabricação de ração animal. A crise gerou um resultado extremo no campo. Milhões de aves que estavam alojadas morreram de fome. Houve diversos relatos de casos de canibalismo dentro dos criatórios (Figura 15). Em diversas propriedades rurais foi preciso construir valas de grandes dimensões para enterrar os animais mortos e, assim, tentar evitar doenças e reduzir o impacto ambiental.

O canibalismo atingiu 7 milhões de frangos, número que representava o abate de um mês da empresa, segundo estimativas dos produtores. Apenas uma pequena parte disso virou adubo nos abates sanitários que a empresa promoveu. Em março, a família dos cinco irmãos Tauffer enterrou na propriedade de Vila Real, em Chapecó, 64 mil aves mortas por canibalismo. "A maioria estripada", conta o marido de Irma, Edir Tauffer, 54. (FOLHA DE SÃO PAULO, 7 DE SETEMBRO DE 2003)

No dia 8 de novembro de 2002 o site Avicultura Industrial reproduziu reportagem do jornal Diário Catarinense que retratava o desespero no campo. Citou o caso do avicultor Nivaldo Bianchi que já havia perdido 370 frangos por falta de ração e estimava perder metade dos 24 mil animais alojados se a situação na fosse normalizada nas próximas horas.

Ontem, Bianchi soltou os animais no pátio para que busquem comida. Ele afirmou que liga todo os dias para a empresa, mas a informação que recebe é que não há ração suficiente. Ele acredita que a crise foi ocasionada pelo preço alto do milho e a falta de capital de giro da Chapecó Alimentos. Bianchi investiu R\$ 2 mil em bandejas novas e outros equipamentos e parte da dívida está para pagar. Como a renda do aviário está comprometida, Bianchi começou a trabalhar quebrando pedra para sustentar a família. (AVICULTURA INDUSTRIAL, 2002)

Figura 15: Crise e caos no campo: animais morrem por falta de ração



Fonte: Folha de São Paulo, edição *on line* do dia 7 de outubro de 2003

Em entrevista concedida à Folha de São Paulo, em 2003, o então presidente do Sindicato dos Criadores de Aves de Chapecó, Valdemar Kovaleski, relatava o drama da cadeia produtiva. Segundo ele, “[...] teve gente vendendo bergamota [tangerina] nas ruas de Xaxim [sede da unidade de abate de frango] para pagar a conta de energia.”

A grave situação no campo também provocou a exclusão de muitos avicultores que estavam na atividade há vários anos. Alguns venderam as propriedades e mudaram para o perímetro urbano. Outros saíram de Xaxim. Há

relatos de grupos que migraram para o litoral catarinense em busca de um novo recomeço de vida.

Os impactos negativos da crise também foram sentidos e testemunhados por gestores municipais. O empresário Lírio Dagort foi prefeito de Xaxim em dois mandatos. O primeiro mandato iniciou dia 1 de janeiro de 2005. Menos de quatro meses depois, o então prefeito foi surpreendido com a notícia da falência judicial da principal empresa, a maior geradora de empregos e impostos do município.

Na verdade foi muito difícil, as pessoas entraram em desespero porque essa empresa representava, na época, mais de 60% do retorno do ICMS do município. A população ficou muito preocupada. Muitas famílias foram embora de Xaxim para trabalhar em outras cidades. [...] Foi uma situação muito difícil. A prefeitura teve de tomar muitas atitudes prevendo essa queda de arrecadação. Fomos em busca de investidores, foi trabalhado muito na época. A situação foi muito grave. Pessoas perderam o emprego, familiares, gente que tinha prestação para pagar, prestação de casas... [...] Para muitas pessoas, para muitas famílias, a Chapecó era a vida, a casa delas, de tanto que amavam a empresa. [...] Muitas empresas fecharam e aquelas que dependiam exclusivamente da Chapecó fecharam, saíram e nunca mais voltaram. Colapsou o nosso município na época (DAGORT, 2021)

O ex-prefeito lembrou que, para poder pagar honrar as dívidas do município de Xaxim e não atrasar o pagamento da folha salarial do funcionalismo público municipal, foi preciso realizar um forte ajuste financeiro que envolveu, entre outras medidas, a paralisação de diversos projetos que estavam em execução.

3.1.2 ARRENDAMENTOS E COMPRA DA UNIDADE DE CHAPECÓ E XAXIM

A situação crítica perdurou por vários meses. Diante da pressão popular, diversas opções foram avaliadas pelos gestores para driblar a crise, inclusive a venda da empresa. E, antes mesmo da falência judicial, a Chapecó aceitou alugar suas unidades industriais para outros frigoríficos por meio dos chamados arrendamentos com opção de compra futura. O objetivo era garantir, pelo menos, os empregos dos trabalhadores que haviam sido demitidos, e gerar caixa para cumprir

com as obrigações com fornecedores, bancos e funcionários. Veremos, a seguir, que esse aluguel temporário acabou resultando, mais tarde, na compra definitiva dessas unidades.

A planta industrial de Chapecó (com abate de suínos e fábrica de embutidos e outros produtos) foi arrendada pela Aurora Alimentos em dezembro de 2003. Já a unidade de Xaxim foi arrendada pela Diplomata em 2004. O arrendamento em Xaxim custaria R\$ 10 milhões em 50 meses, e 30% deste valor foi adiantado para o pagamento de dívidas com produtores integrados e acordos trabalhistas.

No dia 16 de fevereiro de 2004 o frigorífico em Xaxim reiniciou as atividades após ficar parado por dez meses. A produção foi retomada com a contratação de 961 funcionários. As carnes e derivados das 150 mil aves abatidas por dia tinham como destino principal a exportação para o Japão, Oriente Médio e Hong Kong. Os abates foram retomados por meio de lotes de aves produzidos por apenas 486 dos 800 avicultores que estavam integrados à Chapecó Alimentos. (AGROLINK, 2004)

A retomada das atividades, tão aguardada por todos, renovou a esperança de todos, inclusive do comércio local. Porém, para os trabalhadores que foram recontratados pela empresa arrendatária, o clima de euforia deu lugar a uma decepção geral provocada pelas perdas imediatas na renda.

Um fato notável que ocorreu com a abertura da unidade produtiva de Xaxim foi a desvalorização salarial dos trabalhadores da agroindústria, pois, em média, houve uma redução de R\$ 50,00 nos seus salários, com o início das atividades pela agroindústria arrendatária. A exploração não parou por aí. Além de esses trabalhadores reincorporados possuírem certa qualificação para as inúmeras atividades realizadas dentro da agroindústria, pois trabalhavam antes da paralisação das atividades pela Chapecó Alimentos, e, portanto, desempenhavam determinadas funções no processo produtivo da empresa, iniciaram suas atividades com salário-base menor. Com o enorme desemprego que se verificava na época (2003) na cidade, sendo um dos maiores do Estado, em torno de 20% da população economicamente ativa, foi fácil ao capital agroindustrial, que contou com a ajuda do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Carnes e Derivados de Xaxim (SINTRAC), sensibilizar os proletários a aceitar tais condições pelo emprego. (SKRZYPCZAK, 2013, p. 62)

O quadro geral dava sinais de o período de dificuldades havia ficado no passado. Mas a Diplomata também enfrentou forte crise financeira. Logo após

arrendar a unidade, a empresa empregava 2.300 pessoas em Xaxim. Em 2012, quando os problemas se tornaram públicos, esse número de empregados caiu para 1.200. A empresa passou a operar em apenas um turno de trabalho.

A dificuldade financeira era tão grande que até mesmo a energia elétrica da empresa foi cortada por falta de pagamento. O abate de aves foi suspenso e os funcionários, dispensados. Após três dias, a energia foi restabelecida por meio de intervenção da Justiça, respaldada no sentido de evitar danos coletivos. Sem energia elétrica e sem refrigeração, a amônia usada pela empresa em seu processo produtivo poderia se dissipar e se tornar ainda mais tóxica.

No campo, os avicultores integrados ficaram sem receber pagamentos durante vários meses. Idacir Orso, prefeito de Xaxim, na época, demonstrava preocupação, já que, segundo ele, 50% do ICMS do município eram gerados pela empresa. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 2012)

Após sucessivas negociações, envolvendo dirigentes empresariais, políticos e sindicais, em janeiro de 2013 a Aurora arrendou a unidade de Xaxim. O preço do arrendamento ficou estabelecido em R\$425 mil por mês.

Depois, em julho de 2015, a cooperativa anunciou a aquisição da unidade de suínos, em Chapecó, pelo valor de R\$235 milhões. A fonte dos recursos foi um financiamento pelo prazo de 12 anos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco ABC, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Banco do Brasil (GLOBO RURAL, 2015).

Em outubro de 2020 a Aurora anunciou a apresentação de proposta de compra aos síndicos da massa falida da Chapecó Alimentos para a aquisição da planta industrial de Xaxim. A compra incluiu o abatedouro, fábrica de rações, incubatório, setor de congelamento, armazéns e granjas-matrizes. No mesmo mês, o juiz da 3ª Vara Cível de Chapecó, Marcos Bigolin, homologou a proposta única oferecida pela cooperativa. O valor da transação foi de R\$173,85 milhões, sendo a metade à vista e o restante em cinco parcelas mensais. Não foram divulgadas as origens dos recursos financeiros.

Conforme prevê a legislação, o montante ficará em uma conta judicial relacionada ao processo. Com a quitação do arremate, o juiz e o síndico - pessoa que representa legalmente a massa falida - decidirão o destino do valor. A ordem de prioridade determinada pela legislação

de falência estabelece o pagamento de trabalhadores, impostos estaduais e federais, credores que tinham hipoteca (bancos) e demais fornecedores. Funcionários e tributos já foram pagos. O complexo industrial de Xaxim foi o terceiro grande imóvel da Massa Falida a ser vendido. Anteriormente foram leiloadas plantas de Chapecó e Cascavel/PR, além de algumas granjas e centrais de abate. O frigorífico de Santa Rosa/RS ainda pode ser leiloado, mas integra outro processo judicial. (MEDEIROS, 2020)

Em 2020 o frigorífico de Xaxim empregava mais de 2.300 trabalhadores e estava habilitado para exportar para vários países. Possuía capacidade para abater 191 mil frangos por dia ou 47,7 milhões de aves por ano.

3.2 O NÍVEL DE EMPREGO E A QUEDA DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

O desemprego e a queda nas receitas públicas costumam gerar grandes problemas aos municípios brasileiros, especialmente aos pequenos que não dispõem de uma economia diversificada. Em Xaxim, esses dois problemas causaram grande preocupação durante o período de crise da Chapecó Alimentos. O próprio dirigente da empresa, Celso Schmitz, reconhecia isso nas entrevistas concedidas aos veículos de comunicação na época.

O reflexo do desemprego nas cidades da área de influência da Chapecó estaria adiado para outubro, quando acaba o período de cinco meses de recebimento do seguro-desemprego. Com pouco mais de 20 mil habitantes, Xaxim - a 20 km de Chapecó- é a cidade que mais sofre com a crise. O abatedouro de frango hoje desativado respondia por 65% da arrecadação local. Ainda estamos vivos graças ao apoio político existente, diz Schmitz, classificando a situação de "falência branca". (FOLHA DE SÃO PAULO, 7 DE SETEMBRO DE 2003)

Na reportagem veiculada no jornal A Notícia, em outubro de 2003, a Prefeitura de Xaxim estimava que o desemprego no município atingia 20%, já que mais de 1.100 trabalhadores que haviam sido demitidos da Chapecó Alimentos

residiam no município. A planta industrial paralisou as atividades em abril de 2003 e só reabriu em fevereiro de 2004, após ser arrendada, conforme visto anteriormente.

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), mantido pelo Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) mostram que alguns setores da economia xaxinense registraram importantes saldos negativos na balança de contratações e demissões após a falência da Chapecó Alimentos, no ano de 2005. Esse cenário envolveu o setor agroindustrial (que liderou o ranking das demissões), a indústria têxtil, as metalmecânicas, transportadoras, entre outros segmentos que tinham alguma relação direta ou indireta com o frigorífico.

Entre janeiro de 2007 e dezembro de 2015 (2007 foi último ano disponível para consulta no sítio eletrônico do CAGED), foram contratados 4.658 trabalhadores na avicultura de corte. No mesmo período, foram demitidos 5.402 trabalhadores, o que denota um saldo negativo de 744. A segunda ocupação com o maior saldo negativo nesse período é a de abatedor. Foram 3.529 desligamentos, contra 3.246 contratações, ou seja, uma diferença de 283 postos de trabalho. (CAGED, 2020).

Importante citar que boa parte das demissões de empregados que atuavam no ramo frigorífico e afins ocorreu durante o período de crise financeira enfrentada pela Diplomata, arrendatária da Chapecó Alimentos em Xaxim, conforme já visto anteriormente.

O segundo problema assustou muito ao provocar impacto direto nos cofres municipais. No ano de 2010 a unidade industrial da Chapecó Alimentos representava mais de 29% da arrecadação tributária do município de Xaxim. (SKRZYPCZAK, 2013). Com a crise da empresa, que teria iniciado ainda no final dos anos 1990, ocorreu uma espécie de efeito cascata, afetando quase toda a cadeia produtiva de Xaxim e, conseqüentemente, a arrecadação de diferentes tributos.

A arrecadação de tributos federais (PIS, Cofins, IOF, IPI, CSLL, entre outros) em Xaxim totalizou R\$ 2,7 milhões no ano de 1996. Um ano depois, essa arrecadação caiu para R\$1,9 milhão, ou seja, quase 30% a menos. Em 1999 houve uma reação interessante, quando foram arrecadados no município R\$ 4 milhões. O problema é que um ano depois, em 2000, a arrecadação não passou de R\$ 3,2

milhões, uma baixa de R\$ 800 mil ou exatos 20% de queda (SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, com dados da Receita Federal do Brasil, 2020).

O volume arrecadado com tributos federais foi crescente nos anos posteriores, com um pico de R\$36,2 milhões no ano de 2011. Em 2012, último ano com dados disponíveis, a arrecadação foi de R\$ 31,8 milhões, uma queda de 12%. Verifica-se, portanto, oscilações constantes nos anos analisados.

O Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) figura entre as principais fontes de recursos para os municípios brasileiros. Quando a arrecadação de ICMS cai, os economistas e gestores municipais acendem a luz amarela para indicar presença de uma anomalia. E quando a queda atinge a casa dos dois dígitos, é um importante sinal que pode indicar o início de uma crise econômica.

A incidência, as alíquotas implementadas, a fórmula de cálculo e de rateio do ICMS gerado não são exatamente simples. Segundo a Federação Catarinense de Municípios (FECAM)

O ICMS é um tributo estadual, tratado no art. 155, II da Constituição e em Santa Catarina disciplinado pela Lei 10.297, de 1996 e pelo Regulamento do ICMS. Incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Do valor arrecadado com o ICMS vinte e cinco por cento pertencem aos municípios. Nos termos da Constituição da República, pelo menos 75% do valor distribuído aos municípios deve ser feito proporcionalmente ao movimento econômico realizado em cada um deles, cabendo ao Poder Legislativo de cada Estado deliberar sobre a forma de rateio dos outros 25%. Em Santa Catarina, estabeleceu-se que 85% do ICMS pertencente aos municípios devem ser divididos segundo o valor adicionado e 15% em partes iguais a cada um dos municípios. A transferência constitucional do ICMS é regulada pela Lei Complementar nº 63, de 1990. (FECAM, 2020)

Para definir os valores que cada município tem direito de receber na divisão desse bolo tributário, a Secretaria de Estado da Fazenda utiliza como parâmetro o chamado valor adicionado (VA) que é

[...] utilizado para a composição do Índice de Participação dos Municípios (IPM) no retorno de ICMS (Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Prestação de Serviços) para as prefeituras catarinenses. O VA, também conhecido como movimento econômico

das cidades, é calculado a partir da diferença entre as vendas e as compras das empresas. (SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 2020)

Entre os anos de 1995 e 2012 (período com dados disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda), a arrecadação de ICMS em Xaxim se manteve altamente instável graças, em grande parte, à crise vivenciada pela Chapecó Alimentos e os reflexos em toda a cadeia produtiva do município (Tabela 6)

Tabela 6: ICMS arrecadado em Xaxim entre 1995 e 2012

ANO	NO EXERCÍCIO – EM R\$	NO EXERCÍCIO SEGUINTE – EM R\$	DIFERENÇA (R\$)	DIFERENÇA %
1995	1.762.223,00	1.674.512,00	- 87.711,00	-5
1996	1.674.512,00	1.482.507,00	- 192.005,00	-11
1997	1.482.507,00	1.635.073,00	152.566,00	10
1998	1.635.073,00	2.504.222,00	869.149,00	53
1999	2.504.222,00	1.912.604,00	- 591.618,00	-24
2000	1.912.604,00	2.256.548,00	343.944,00	18
2001	2.256.548,00	3.245.018,00	988.470,00	44
2002	3.245.018,00	4.313.912,00	1.068.894,00	33
2003	4.313.912,00	4.980.488,00	666.576,00	15
2004	4.980.488,00	5.309.693,34	329.205,34	7
2005	5.309.693,34	4.299.944,56	- 1.009.748,78	-19
2006	4.299.944,56	3.874.933,14	- 425.011,42	-10
2007	3.874.933,14	4.182.950,18	308.017,04	8
2008	4.182.950,18	7.887.469,75	3.704.519,57	89
2009	7.887.469,75	8.791.338,55	903.868,80	11
2010	8.791.338,55	12.060.024,39	3.268.685,84	37
2011	12.060.024,39	11.883.064,79	- 176.959,60	-1
2012	11.883.064,79			-

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Secretaria de Estado da Fazenda – Disponível em: http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/relatorio/31/Estat%C3%ADsticas_e_Indicadores_-_Munic%C3%ADpios. Acesso em 20 de fevereiro de 2021

A primeira queda considerável, de 11%, ocorreu no ano de 1997, quando o município arrecadou R\$1,48 milhão, ou seja, quase R\$200 mil a menos. Em 2000, um ano após o Grupo Macri assumir a empresa, veio o maior abalo. Naquele ano o ICMS totalizou R\$1,91 milhão, ou seja, 24% a menos do que no exercício anterior. Em 2006, a queda foi de 19% (R\$ 1 milhão a menos) perfazendo um total arrecadado de R\$4,29 milhões. Em 2007, dois anos após a falência da Chapecó, a arrecadação caiu mais 10% na comparação com o ano anterior.

A queda na arrecadação de ICMS já havia sido prevista pelo então secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Idacir Orso, em entrevista concedida ao Jornal A Notícia. Na edição veiculada dia 28 de outubro de 2003, ele alertava que a administração pública poderia ficar comprometida em razão da crise porque a Chapecó representava, na época, 64% do movimento econômico municipal.

Com o pretexto de incentivar a indústria nacional a produzir mais e ampliar o comércio internacional, o governo federal brasileiro promulgou, em 1996, a Lei Complementar 87/1996, popularmente conhecida como Lei Kandir. Na prática, a legislação, que sofreu diversas alterações ao longo dos anos, isentou o pagamento de ICMS na exportação de determinados produtos, incluindo alguns oriundos do agronegócio. A medida gerou e ainda gera grandes reclamações de prefeitos e governadores que alegam grandes perdas tributárias.

Sede de uma unidade frigorífica especializada na produção e exportação de carnes e derivados de frango, Xaxim foi um dos municípios mais prejudicados. No exato momento em que a Chapecó Alimentos enfrentava a pior crise da sua história, o município catarinense amargava grandes perdas provocadas pela queda do movimento econômico local e, também, pela vigência de uma legislação tributária onerosa.

A tabela 7 mostra que os repasses anuais da Lei Kandir para Xaxim caíram no ano 2000. A queda prosseguiu por mais dois anos, até ocorrer uma reação em 2003. A partir de 2004 o declínio se acentuou e prosseguiu pelos próximos cinco anos, sendo que a menor arrecadação ocorreu em 2006, ou seja, um ano após a falência da Chapecó. Se comparados apenas os dados dos anos de 1999 e 2009 (período disponibilizado pela FECAM), fica fácil concluir que os repasses oriundos da Lei Kandir caíram quase 61%.

O Produto Interno Bruto (PIB) de Xaxim também oscilou bastante entre os anos de 1999 e 2010, conforme dados do IBGE e da Secretaria de Estado da Fazenda. Em 1999, a soma de todas as riquezas xaxinenses totalizava R\$192,9 milhões, e representava, assim, 0,5% do PIB de Santa Catarina. Esse desempenho ensaiou um crescimento considerável em 2002, quando atingiu a marca de R\$ 295,9 milhões, mantendo a participação em 0,5% no volume estadual.

Em 2003, o PIB do município caiu para R\$ 228,1 milhões, voltando, portanto, praticamente ao mesmo patamar do ano 2000. Com a queda, a presença da economia xaxinense em Santa Catarina, em 2003, representou apenas 0,3% do PIB catarinense. No ano de 2003 ocorreu a paralisação dos alojamentos de aves nos criatórios integrados da Chapecó Alimentos, mortandade de animais por falta de ração e outros reflexos negativos, conforme já citados anteriormente.

Tabela 7: Repasses para Xaxim via Lei Kandir entre 1999 e 2009

Ano	Valor – Em R\$
1999	214.882,53
2000	169.362,89
2001	134.337,72
2002	173.880,84
2003	239.160,88
2004	182.746,32
2005	134.297,64
2006	72.310,68
2007	95.418,46
2008	92.162,39
2009	84.347,64

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Federação Catarinense de Municípios (FECAM)

Com o arrendamento do frigorífico da Chapecó Alimentos a outros grupos empresariais, e com surgimento de mais empresas – com destaque para a Rafitec, especializada na produção de sacarias – o PIB de Xaxim experimentou um escalada sem precedentes, fechando o ano de 2010 com um total de R\$ 554,9 milhões, o que representou uma participação de 0,4% no PIB de Santa Catarina.

3.3 OS IMPACTOS SOCIAIS E O FECHAMENTO DE EMPRESAS

A crise da Chapecó Alimento não arruinou apenas os acionistas, funcionários e credores diversos. Uma gama de empresas que prestavam serviços para o frigorífico amargou perdas e prejuízos causados pelo atraso nos pagamentos.

Algumas dessas empresas, de segmentos diversos, como o transporte rodoviário, precisaram fechar as portas. Para mostrar esse cenário, consultamos periódicos da época e analisamos dados oficiais sobre o volume de empresas existentes em Xaxim no período da falência da Chapecó.

Em entrevistas concedidas no ano de 2017 ao Jornal LÊ Notícias, ficou claro o clima de incertezas e de prejuízos causados pela crise da Chapecó Alimentos no município de Xaxim.

“Quem quebrou mesmo a Chapecó foi o Grupo Macri. Depois veio a Diplomata, que ficou até novembro de 2012, quando foi pedido recuperação judicial. Ficaram todos os transportadores, inclusive eu, hoje transportando para a Aurora, com créditos de R\$ 50 mil para cada caminhão, em média, receber da Diplomata, que transportava ração, frango e pintinhos. Eu tenho certeza que jamais vamos receber isso. Não tenho muita confiança que vão pagar. Depois disso, assumiu a Aurora que é uma empresa idônea, uma empresa de nome nacional e internacional. Eu acho que com ela não vai haver problema algum para Xaxim, porque são pessoas responsáveis que estão no comando.” Jacir Teston, Ex-funcionário da Chapecó. (LÊ NOTÍCIAS, 2017)

A avaliação de Teston é quase senso comum entre os envolvidos direta ou indiretamente com a Chapecó Alimentos. Tem certa fundamentação, embora não possa ser aceita como única tese suficiente para explicar a derrocada da empresa. Pelo que vimos anteriormente, os graves problemas financeiros se tornaram evidentes em 1998, ano em que foi solicitada a primeira concordata, no mesmo período em que representantes da Família De Nês ainda estavam presentes no controle acionário. É possível que a crise tenha iniciado quando Plínio Arlindo De Nês ainda estava vivo, embora afastado do Conselho Superior de Administração da empresa.

Também conforme visto antes, podemos considerar, ainda, pelo menos outros dois fatores relacionados à má gestão que corroboraram para o endividamento milionário. Um desses fatores foi a busca desenfreada e mal calculada por socorro financeiro junto aos bancos. E o segundo, os investimentos milionários e equivocados na expansão da estrutura física em pleno período de crise.

Esses problemas administrativos internos da empresa rapidamente causaram um efeito cascata que se tornou visível e impactou diretamente em vários setores da economia de Xaxim. A crise do frigorífico provocou forte dificuldade financeira e até mesmo o fechamento de outras empresas que eram fornecedoras ou prestavam serviços para a Chapecó Alimentos.

O ex-caminhoneiro Ari Pagnoncelli, 41 anos, juntou algumas economias e em parceria com o irmão, Veneri, financiou dois caminhões para trabalhar no transporte de aves para a Chapecó. A parceria ia bem, até os primeiros meses de 2003, quando o frigorífico passou a atrasar o pagamento pelos serviços. Hoje, ele tem um montante total avaliado em R\$47 mil para receber da empresa. Os dois caminhões estão parados e gerando prejuízos. "Nós temos mais de seis prestações de R\$2.300 para pagar cada um dos caminhões. Se a crise continuar, nós vamos ter de vendê-los." (AVICULTURA INDUSTRIAL, 2003)

Os impactos negativos dos problemas financeiros não atingiram somente o setor de transportes. Pagnoncelli disse que o bar e boliche da família, no bairro Alvorada, foi o primeiro a sentir a queda brusca na movimentação de clientes. "Nós estamos pensando seriamente em fechar tudo. Não conseguimos ganhar nem o suficiente para pagar os impostos." (AVICULTURA INDUSTRIAL, 2003)

A crise que resultou na falência da Chapecó Alimentos provocou diferentes impactos socioeconômicos e transformou a vida de muitas pessoas que habitam ou habitavam o município de Xaxim nos anos 2000. Há relatos diversos de momentos de desespero que ainda estão vivos na memória de muitos moradores. Para muitos, o clima de incerteza ainda paira na cidade, mesmo depois que a Aurora anunciou a compra definitiva do frigorífico local. O temor ainda está relacionado com o nível de emprego, com o movimento econômico local e também com as dificuldades de alguns antigos credores da Chapecó Alimentos.

Quando a grave crise financeira da empresa se tornou pública, funcionários, sindicatos, comércio local, credores, produtores integrados, entre outros, se uniram num processo de mobilização para tentar evitar o pior, o fechamento da empresa. Essas mobilizações incluíram participação efetiva em audiências públicas e manifestações públicas, algumas que reuniram centenas de pessoas no centro de Xaxim.

Na época, a jornalista Tânia A. A. Tonini, que nasceu no município e ainda mantém negócios em Xaxim, decidiu escrever uma carta direcionada ao síndico da massa falida, o advogado Alexandre Araújo, cobrando ações em prol dos envolvidos que se encontravam em situação de calamidade. No documento, ela cita o que foi chamado de caos social. Descreve os problemas do comércio local, o desemprego, a queda do movimento econômico e a crise no campo envolvendo os criadores de aves. Relata casos de problemas de saúde e pelo menos um quadro extremo, o de um suicídio. De acordo com ela, um produtor rural decidiu vender dois caminhões e investir o dinheiro em dois aviários no intuito de fortalecer a parceria com a Chapecó Alimentos. Com a crise da empresa, esse produtor ficou sem receber ração e sem receber os valores pelos lotes de animais. Sem vislumbrar uma saída no curto espaço de tempo, e num acesso de desespero, acabou tirando a própria vida.

Na carta, a empresária escreve que toda a economia de Xaxim estava abalada. Afirma que a crise foi repentina e não possibilitou qualquer tentativa de prevenção. Isso porque todo município dependia economicamente da empresa, uma vez que não existiam outras empresas de tal porte. Há relatos de casos de pessoas que estavam em dificuldades para pagar as contas de água e luz e de lojas do comércio local que estavam fechando as portas durante a crise que foi considerada a pior já registrada em Xaxim.

O cenário desolador foi confirmado pelo ex-funcionário da Chapecó Alimentos, Valdemar Mendo, 71 anos, em entrevista concedida ao Jornal Lê Notícias no ano de 2017.

A Chapecó ficou parada oito meses na cidade, parecia um deserto isso aqui. Sinceramente, você ia à cidade e dava uma tristeza, porque todo o comércio estava parado, não existia a Rafitec, que hoje é uma potência. O que ia ter? Empresas pequenas que vendiam algumas coisas, mas o restante da cidade era um deserto. Depois, a Diplomata pegou a unidade. Teve muitas pessoas que se obrigaram a ir embora, mas outros ficaram no município. (LÊ NOTÍCIAS, 2017)

A situação perversa continuou mesmo depois que o frigorífico foi arrendado pela empresa Diplomata, em 2004. Em outra carta, direcionada ao então deputado federal e proprietário da empresa, Alfredo Kaefer, no ano de 2012, Tânia Tonini

relatou um cenário de desespero provocado por uma nova crise financeira que castigava novamente os funcionários que haviam sido recontratados pela arrendatária da planta industrial da Chapecó Alimentos. Neste período a Diplomata já havia demitido centenas de funcionários e adotado turno único na unidade para reduzir custos.

Tristeza, desesperança e indignação... essas são as palavras que melhor retratam as expressões vistas nos rostos dos 1.800 trabalhadores que ainda aguardam para receber os salários de novembro e dezembro de 2012, além do 13^o, rescisões e fundo de garantia (que não foi recolhido pela Diplomata desde agosto de 2008). Mais um Natal de desespero! (TONINI, 2021)

Na carta, Tonini (2021) argumenta que os trabalhadores enfrentaram duros turnos de trabalho, em diferentes horários, inclusive durante as madrugadas, para atingir as metas de produção estabelecidas pela Diplomata. Relata as dificuldades causadas pelo atraso dos salários, como o corte no abastecimento de água e energia nas casas desses operários por falta de pagamento.

A situação só passou a ser equacionada em 2013, quando a Diplomata se afastou da unidade e a Aurora assinou contrato de arrendamento que resultou, como visto anteriormente, na compra definitiva, no ano de 2020, de toda a planta industrial instalada em Xaxim.

Passados 16 anos da falência judicial, as dificuldades de toda ordem impostas pela crise da Chapecó Alimentos continuam vivas na memória dos xaxinenses, principalmente entre aqueles que ainda alimentam a esperança de um dia receber os valores das dívidas deixadas pela empresa. Mas, por enquanto, esse dia ainda permanece uma incógnita.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho nos propomos a apresentar e explicar os diversos capítulos do extenso processo de delimitação territorial e de colonização da região Oeste de Santa Catarina a partir do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Mostramos que a região, antes ocupada por índios e caboclos, foi colonizada principalmente por descendentes de europeus que saíram do Rio Grande do Sul em busca de terras agricultáveis e de novas oportunidades de vida.

Esses migrantes trouxeram consigo a experiência do cultivo da terra, da criação de animais de corte e, principalmente, o espírito de cunho capitalista que, mais tarde, favoreceu o acúmulo de capital necessário para o surgimento das primeiras casas comerciais e das pequenas agroindústrias especializadas no abate de suínos, produção de banha e derivados de carne.

Explicamos o processo de fundação dos principais frigoríficos a partir dos anos 1940, destacando o nosso maior objeto de estudo, a Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó, SAIC. Nos anos 1980 a SAIC se tornou uma *holding* que controlou a Chapecó Companhia Industrial de Alimentos, empresa popularmente conhecida como Chapecó Alimentos, e que atuou no município de Xaxim por mais de 40 anos.

No final dos anos 1990 uma grave crise financeira da SAIC se tornou pública. A empresa pediu concordata, recorreu a empréstimos bancários e chegou a ser vendida para o grupo argentino Macri. Nos anos 2000 a crise se acentuou, sendo que os maiores impactos foram sentidos em Xaxim, onde a subsidiária Chapecó Alimentos chegou a paralisar atividades por vários meses. Esses impactos perduraram por diversos anos. A lista de efeitos negativos incluiu o desemprego, a queda de arrecadação tributária, a inadimplência no comércio local, entre outros. Resumindo, foi um cenário análogo (guardadas as devidas proporções, obviamente) ao que ocorreu em Blumenau quando da falência da empresa têxtil Sulfabril, em 1999, e ao caso da metalmecânica Busscar, de Joinville, que faliu em 2012.

O primeiro ponto que ficou evidenciado com a crise da Chapecó Alimentos, e com o caos social provocado pela sua falência, é que um município, uma região, não podem ficar reféns de uma única empresa como fonte geradora de empregos e de

riquezas. Essa relação de dependência gera desconfianças, permanente clima de instabilidade e um grande risco para todos.

Por esse motivo, para evitar períodos de crise, os gestores brasileiros buscam a chamada diversificação econômica a partir da instalação de empresas de diferentes segmentos. Essa diversificação garante melhorias e certa estabilidade nos níveis de emprego, gera renda, combate a pobreza e resulta em maior arrecadação tributária para os municípios.

Mas, além disso, é preciso fortalecer os pequenos empreendimentos para mantê-los firmes, fortes e independentes para poderem enfrentar melhor os momentos de dificuldades. A crise em Xaxim mostrou uma total e direta dependência dessas pequenas empresas em relação ao frigorífico. Quando a Chapecó quebrou, várias outras empresas quebraram junto. Não havia uma válvula de escape.

Podemos concluir, baseando-se no que foi descrito no terceiro capítulo, que o caso Chapecó Alimentos dá sinais de que ainda vai tramitar por muito mais tempo. Ao analisar o patrimônio tangível disponível para venda, e os valores milionários das dívidas que ainda restam, fica fácil dizer que, no curto prazo, há poucas possibilidades de a empresa conseguir honrar plenamente com todos os seus compromissos financeiros.

Também fica pelo menos um ensinamento. Embora nunca admitido, o capitalismo depende claramente do Estado e da sociedade para se manter. O Estado brasileiro funcionou (e ainda funciona) como o financiador de grandes empreendimentos sustentados com dinheiro público. E esse mesmo Estado é buscado pelos capitalistas como ferramenta de socorro quando ocorrem as grandes crises econômicas. A pandemia provocada pela Covid-19 nos anos de 2020 e 2021 e as milionárias injeções de recursos públicos com o intuito de manter e até salvar a economia provam isso. E o capital depende da sociedade porque nela estão os recursos naturais e a mão de obra que o capitalismo selvagem tanto persegue e explora. Então, quando o capitalismo começa a ruir, os pilares dessa edificação chamada sociedade, quando não estão adequadamente firmes, começam a ruir simultaneamente.

Diante disso tudo, fica uma pergunta: a sociedade brasileira deve continuar apostando e fortalecendo esses ideais capitalistas impregnados há vários séculos,

ou seria o momento de pensarmos na construção gradativa visando a adoção futura de um novo modelo econômico que se aproxime mais da esperada justiça social, da igualdade e da sustentabilidade?

Os objetivos traçados na presente pesquisa foram alcançados, pois conseguimos mostrar, por meio de dados estatísticos oficiais, documentos e reportagens jornalísticas, alguns dos principais efeitos maléficos sofridos pelo município de Xaxim em razão da crise financeira da Chapecó Alimentos, até então o seu maior e mais antigo empreendimento privado.

A pesquisa frutificou mediante um extenso e minucioso trabalho investigativo. Apresentou dados, informações e cenários nunca antes imaginados por quem não presenciou e não foi atingido pela crise da Chapecó Alimentos. Mas o trabalho não é totalmente conclusivo, pois muitos outros aspectos carecem de pesquisas e estudos mais aprofundados para elucidar ainda mais o tema. Entre esses aspectos que merecem mais estudos no futuro está um potencial êxodo rural envolvendo agricultores e pecuaristas que foram excluídos da atividade de criação de aves e buscaram refúgio nas cidades.

Há, ainda, carência de estudos aprofundados para entender como uma empresa tida como estável consegue acumular uma dívida bilionária em tão pouco tempo e como um banco histórico, como o BNDES, fica apático, nas palavras da juíza Rosane Portella Wolff, diante da iminência de milionários prejuízos provocados pela inadimplência no pagamento de diversos empréstimos e financiamentos com dinheiro público.

Um terceiro ponto que pode ser objeto de estudos futuros é o impacto nas contas públicas de Xaxim. Mostramos neste estudo importantes quedas na arrecadação de alguns tributos, com destaque, para o ICMS, mas não conseguimos dados estatísticos e tampouco entrevistas com antigos dirigentes municipais para apurar se a crise da Chapecó Alimentos também impediu ou prejudicou investimentos públicos nas áreas da saúde, educação, habitação, entre outros.

A pandemia provocada pela Covid-19 impediu a realização de entrevistas. Com certeza, a realização de entrevistas poderia ajudar a contar com detalhes o drama vivenciado por trabalhadores, comerciantes, pequenos credores e por criadores de aves e suínos. A história oral pode contribuir ainda mais para o

enriquecimento de trabalhos futuros porque com certeza existem muitos depoimentos importantes a serem colhidos.

O isolamento social provocado pela pandemia também prejudicou o acesso a dados estatísticos mais atualizados. Durante a pesquisa só conseguimos sistematizar e interpretar os dados disponíveis, ou seja, aqueles que já haviam sido postados na internet antes da pandemia. Isso limitou bastante o desenvolvimento da pesquisa.

Em alguns casos, não conseguimos nem mesmo o contato telefônico com algumas fontes consideradas importantes. Outras tantas fontes consultadas por correio eletrônico (e-mail) simplesmente não responderam aos nossos questionamentos e pedidos de acesso aos dados estatísticos públicos. Também percebemos que ainda existe temor, por parte de algumas pessoas, de falar ou escrever sobre os efeitos da crise do frigorífico. Os motivos desse temor não ficaram explicitados.

Por último precisamos destacar que o ponto essencial que buscamos abordar e destacar neste estudo não é exatamente o impacto econômico. Sabemos que, muito mais do que empresas, a economia é baseada e formada por pessoas, porque são as pessoas que produzem e que consomem bens de toda ordem. Por isso, concluímos que o maior impacto da crise em Xaxim foi humano, já que a derrocada da Chapecó Alimentos causou desemprego, desespero, pobreza, interrompeu sonhos e transformou a vida de milhares de xaxinenses.

REFERÊNCIAS

ACIC. Plínio Arlindo de Nês. In: **História Empresarial Viva**. Chapecó: Grifos, 1997. p. 155-195.

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano**: os agentes da produção em Chapecó. 2. ed. Chapecó: Argos, 2013

ALBA, Rosa Salete. As agroindústrias e a reconfiguração do espaço regional no Oeste de Santa Catarina a partir dos anos 50. In: ALVES, Adilson Francelino; FLÁVIO, Luiz Carlos; SANTOS, Roseli Alves dos. **Espaço e território: Interpretações e Perspectivas do Desenvolvimento**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. P. 259-272

BAVARESCO, Paulo Roberto. A história econômica do oeste catarinense. In: CARBONERA, Miriam et al (Org.). **Chapecó 100 anos histórias plurais**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2018, p. 281-313.

BAVARESCO, Paulo Roberto. **Ciclos Econômicos Regionais**: Modernização e Empobrecimento no Extremo Oeste Catarinense. Chapecó: Argos, 2005.

BERNARDY, Rógis Juárez; PIEKAS, Andrezza Aparecida Saraiva; DALOTTO, Roque Alberto Sánchez. Dinamismo socioeconômico e espacial na cidade de Chapecó: da gênese até a atualidade. In: CARBONERA, Miriam et al (Org.). **Chapecó 100 anos histórias plurais**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2018. p. 357-385.

BLOCH, Marc L. B. **Apologia da história**: ou ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDT, Marlon. Paisagens Caboclas no Oeste de Santa Catarina: Colonização e Rupturas. In: BRANDT, Marlon; NASCIMENTO, Ederson (Org.). **Oeste de Santa Catarina**: Território, Ambiente e Paisagem. Chapecó: UFFS, 2015. p. 11-40.

BRESSER-PEREIRA. L, C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Texto para discussão 157 EESP/FGV, 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1726>>. Acesso em: 25 de novembro de 2018.

CAMPOS, Indio. **Os colonos do Rio Uruguai**: relação entre a pequena produção e a agroindústria no Oeste Catarinense. 1987. 370 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Campina Grande, 1987.

CARBONERA, Miriam et al (Org.). **Chapecó 100 anos histórias plurais**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2018.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Hector Perez. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. **História, ciência, saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 75-91, jan. 2017.

CASSOL, Evaldo. **A Secretaria de Estado dos negócios do Oeste – SNO: as ações do Estado no desenvolvimento do oeste catarinense (1963-1992)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, 2007.

CHITOLINA, Valdirene. **Velho Xaxim: A Colonização da Antiga Fazenda Rodeio Bonito (1920-1954)**. 2015. Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/587/arquivos/428536_VELHO_XAXIM_Valdirene.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

CORAZZA, Gentil. Fronteira Sul: Traços da Formação Econômica. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016. p. 298-317.

CORRÊA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 1, ano 32, p. 87-98, jan/mar. 1970.

DEAN, Warren. A Botânica e a Política Imperial: a Introdução e a Domesticação de Plantas no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 216-228. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2318>. Acesso em 22 de jun. 2019.

ESPIG, Márcia Janete. A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (1908-1910): mão de obra e migrações. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 849-869, Dec. 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000200017#:~:text=Em%209%20de%20novembro%20de,%E2%80%93%20Rio%20Grande%20\(EFSPRG\)](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000200017#:~:text=Em%209%20de%20novembro%20de,%E2%80%93%20Rio%20Grande%20(EFSPRG)). Acesso em 17 de jul. 2020.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: (O Caso Sadia)**. Chapecó: Grifos, 1999.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONTANA, Attilio. **História da minha vida**. Petrópolis: Vozes, 1980.

FORNECK, Elisandra; KLUG, João. Impactos sócio ambientais da suinocultura no oeste catarinense: do visível ao invisível. In: **XVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis: ANPUH, p. 1-14, jul. 2015.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

GRETZLER, Cristiane. **Chapecó (SC) para além de pólo regional, uma cidade média no Oeste catarinense**. 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2/browse?type=author&value=Gretzler%2C+Cristiane>. Acesso em: 20 fev. 2020.

GUIVANT, Julia Silvia; MIOR, Luiz Carlos. As transformações no desenvolvimento rural na região Oeste catarinense. In: GUIVANT, Julia Silvia; SCHEIBE, Luiz Fernando; ASSMANN, Selvino José (Org.). **Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural**. Florianópolis: Insular, 2005, p. 19- 47.

HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1950-1956**. 3 ed. Chapecó: Argos, 2013.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNIOR, Carlos Zacarias F. de Sena. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2004, v. 24, nº 48, p. 39-72.

KEYNES, John Maynard. **As consequências econômicas da paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

KROTH, Darlan Christiano. A Agroindústria do Oeste Catarinense e o Desenvolvimento Regional Sustentável: os velhos e os novos desafios no novo século. In: CORAZZA, Gentil; RADIN, José Carlos (org.). **Fronteira Sul: Ensaios Socioeconômicos**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 129-162.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: Cardoso, Ciro F.; Vainfas, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 207-223.

LIMA, Joseane de. **Análise do processo de formação e implantação da Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda., na região oeste de Santa Catarina: 1969 - 1973**. Dissertação. Curso de Mestrado em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2530>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O sertão de Palmas: fronteira agro-pastoril e conflitos sociais. In: **I Congresso Latino Americano de Historia Económica**, 2007, Montevideo. Anales del Primer Congreso Latino Americano de Historia Economica. Montevideo: International Economic History Association - Universidad de la Republica, 2007. v. 1. p. 53-68.

MARX, Karl. **O Capital: A Crítica da Economia Política**. Livro 1. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996

MARQUETTI, Délcio; SILVA, Juraci Brandalize Lopes da. Cultura cabocla nas fronteiras do Sul. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016. p. 109-129.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229 - 254, jan./abr. 2019.

MURARO, Valmir Francisco. Sobre fronteiras e colonização. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016. p. 167-189.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

NODARI, Eunice Sueli. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da história ambiental. **História: debates e tendências**. Passo Fundo, v. 9, n. 1, jan-jun. 2009, p. 136-150, 2010.

OLIVEIRA, Maria de. **Xaxim conta sua história**. Erechim, SC: Ed. Mazzochim, 1992.

PEGORARO, Mirian. **As desigualdades socioespaciais urbanas: Um estudo sobre Xaxim (SC)**. 2017. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1988/1/PEGORARO.pdf>. Acesso em: 2 out. 2020.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes do Oeste Catarinense**. 2008. 322 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91823>. Acesso em: 20 fev. 2020.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **O “Descobrimento” dos Campos de Palmas e a Configuração de uma Problemática Complexa no Sul do Brasil (1841-1853)**. 2018. Disponível em:

[https://www.encontro2018.sc.anpuh.org/resources/anais/8/1535717637_ARQUIVO_Artigo\(FrancimarL.S.Petroli\).pdf](https://www.encontro2018.sc.anpuh.org/resources/anais/8/1535717637_ARQUIVO_Artigo(FrancimarL.S.Petroli).pdf). Acesso em: 20 jun. 2020.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira**. São Paulo, Urupês, 1954.

RADIN, José Carlos. A indústria frigorífica no oeste catarinense e a participação dos ítalos (1940-1960). **Revista História: Debates e Tendências**, v. 19, n. 4, p. 720-744, 23 dez. 2019. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/10495> . Acesso em 14 de março de 2020.

RADIN, José Carlos. VICENZI, Renilda. A colonização em perspectiva no centenário de Chapecó. In: CARBONERA, Miriam et al (Org.). **Chapecó 100 anos histórias plurais**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2018. p. 59-105.

RADIN, José Carlos; SALINI, Ademir Miguel. O Instituto Nacional do Pinho e a indústria madeireira no Oeste catarinense. **Professare – Portal de Periódicos da Uniarp**, Caçador, v. 4, n. 3, p. 21-46, 15 dez. 2015. Quadrimestral. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/professare/article/view/824>. Acesso em: 22 abr. 2020.

RENK, Arlene. **A Luta da Erva: Um Ofício Étnico da Nação Brasileira no Oeste Catarinense**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

SCHEFFER, Sérgio Roberto. **A secretaria dos negócios do oeste: uma perspectiva de desenvolvimento (1963-1969)**. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3311>. Acesso em: 17 set. 2020.

SEBRAE. **Santa Catarina em Números: Xaxim**. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 128p

SERPA, Ivone Maria. **Da produção colonial ao sistema agroindustrial : a modificação do perfil produtivo da região de Chapecó (1920-1980)**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

SILVA, Claiton Marcio da; BRANDT, Marlon; CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. Uma história ambiental da Fronteira Sul: campos, florestas e agroecossistemas. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016. p. 271-297.

SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento e Crise**. São Paulo: Difel, 1968.

SKRZYPCZAK, Valdir. **A educação/qualificação dos trabalhadores do campo e da cidade na lógica do capital agroindustrial, na cidade de Xaxim (SC)**. 2013.

154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2013. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIOESTE_ae2f5062a9f74e85ad3eed2e13a72d50. Acesso em: 21 mar. 2020.

TESTA, Vilson Marcos; NADAL, Raul de; MIOR, Luiz Carlos; BALDISSERA, Ivan Tadeu; CORTINA, Nelson. **O Desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense**. EPAGRI. Florianópolis, 1996. 247p.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira; COSTA, Fernando Nogueira da. BNDES e o financiamento do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**. , Campinas, v. 21, n. spe, p. 975-1009, dezembro de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de out. 2020.

WERLANG, Alceu Antonio. **Disputas e Ocupação do Espaço no Oeste Catarinense**. A Atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

REDES SOCIAIS

DAGORT, Lírio. **Entrevista a Andressa Nascimento sobre os impactos da crise da Chapecó Alimentos em Xaxim**. WhatsApp: 1 abr. 2021. 8:44. 1 Mensagem WhatsApp

TONINI, Tânia. **Carta de repúdio ao Deputado Federal e dono da empresa Diplomata, Alfredo Kaefer**. WhatsApp: 24 mar. 2021. 18:20. 1 Mensagem WhatsApp

TONINI, Tânia. **Relato dos impactos da crise da Chapecó Alimentos em Xaxim**. WhatsApp: 24 mar. 2021. 18:20. 1 Mensagem WhatsApp

MB COMUNICAÇÃO. **Encarar os desafios com força e dedicação é uma das chaves para o sucesso profissional**. Chapecó, 2020. Facebook: @mbcomunicacaosc. Disponível em: <https://www.facebook.com/mbcomunicacaosc/posts/1353565291326153/>. Acesso em: 4 set. 2020.

JORNAIS

ALVES, Luciano. Falência bilionária em Santa Catarina. **A Notícia**, 29 de abril de 2005.

ESTADO, Agência. Justiça decreta a falência da Chapecó Alimentos. **Tribuna do Paraná**, Curitiba, 29 abril. 2005. Disponível em:

<https://www.tribunapr.com.br/noticias/justica-decreta-a-falencia-da-chapeco/>. Acesso em 10 set.2020.

GRUPO argentino deixou empresa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 set. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0709200312.htm>. Acesso em: 15 jan. 2021.

DIÁRIO DO IGUAÇU (Chapecó).. 2021. Disponível em: **Agronegócio responde por 70% das exportações catarinenses em 2020**<https://diregional.com.br/diario-do-iguacu/economia/agronegocio-responde-por-70-das-exportacoes-catarinenses-em-2020>. Acesso em: 28 jan. 2021.

MASCHIO, José. Juiz quebra sigilo do frigorífico Chapecó. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 set. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u5616.shtml>. Acesso em: 25 ago. 2020.

SCHETINI, Axe; SCHETINI, Vitoria. Da fabricação de banha no frigorífico Diadema ao abate de Aves da Chapecó Alimentos. **Lê Notícias**, Xaxim, 04 set. 2017. Disponível em: <https://www.lenoticias.com.br/noticia/1817/da-fabricacao-de-banha-no-frigorifico-diadema-ao-abate-de-aves-da-chapeco-alimentos>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SCHETINI, Axe; SCHETINI, Vitoria. Quebra dos frigoríficos Chapecó e Diplomata deixou xaxinenses em agonia plena. **Lê Notícias**, Xaxim, 06 set. 2017. Disponível em: <https://www.lenoticias.com.br/noticia/1845/quebra-dos-frigorificos-chapeco-e-diplomata-deixou-xaxinenses-em-agonia-plena>. Acesso em: 12 jan. 2021

SCHETINI, Axe; SCHETINI, Vitoria. Duas crises em 10 anos agonizaram o comércio xaxinense. **Lê Notícias**, Xaxim, 11 set. 2017. Disponível em: <https://www.lenoticias.com.br/noticia/1875/duas-criSES-em-10-anos-agonizaram-o-comercio-xaxinense>. Acesso em: 12 jan. 2021.

PROCESSOS E SENTENÇAS JUDICIAIS

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarca de Chapecó. 3ª Vara Cível. **Autos n. 0000288-12.2004.8.24.0018** . Concordata Preventiva/Lei Especial. Concordatário: S/A Indústria e Comércio Chapecó e Outro, 2004. Disponível em: https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=processo_consulta_publica&txtNumProcesso=00002881220048240018. Acesso em 15 de mar. 2021

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. Comarca de Chapecó. 3ª Vara Cível. **Autos n. 018.04.04.000288-5**. Concordata Preventiva/Lei Especial. Concordatário: S/A Indústria e Comércio Chapecó e Outro. Sentença de Falência, 2005. Acervo da Massa Falida da SAIC

SITES CONSULTADOS

ALVES, Luciano. Chapecó: falência bilionária em Santa Catarina. **Página Rural**, Porto Alegre, 30 abril. 2005. Disponível em: <https://www.paginarural.com.br/noticia/14944/chapeco-falencia-bilionaria-em-santa-catarina#:~:text=A%20ju%C3%ADza%20da%203%C2%AA%20Vara,anos%20com%20bancos%20e%20credores>. Acesso em: 10 set. 2020

CEPA/EPAGRI. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina. 1976**. Disponível em: <<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/publicacoes/sintese-anual-da-agricultura/>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

CEPA/EPAGRI. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina. 2017**. Disponível em: <<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/publicacoes/sintese-anual-da-agricultura/>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

CERON, Ana. **Santa Catarina comemora 13 anos como área livre de febre aftosa sem vacinação**. 2020. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/agricultura-e-pesca/santa-catarina-comemora-13-anos-como-area-livre-de-febre-aftosa-sem-vacinacao>. Acesso em: 25 maio 2020.

COOPERALFA. **As bases da Cooperalfa**. Disponível em: <http://www.cooperalfa.com.br/fundadores-3>. Acesso em: 12 jun. 2020.

FECAM. **Portal das Transferências Constitucionais - SC**. 2021. Disponível em: <http://receitas.fecam.org.br/municipio/292/Xaxim>. Acesso em: 10 fev. 2021.

IBGE. **Biblioteca**. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=31410>. Acesso em: 20 jun. 2020.

INDUSTRIAL, Avicultura. **Crise da Chapecó abala parte do Oeste de SC**. 2003. Disponível em: <https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/crise-da-chapeco-abala-parte-do-oeste-de-sc/20031028-064603-0427>. Acesso em: 28 out. 2020.

MARCAS, Origem das. **Chapecó Alimentos**. 2011. Disponível em: <<https://origemdamarcas.blogspot.com/2015/11/chapeco-alimentos.html>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

MEDEIROS, Ângelo. **Homologada proposta para venda da unidade Xaxim da massa falida da Chapecó Alimentos**. 2020. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/homologada-proposta-para-venda-da-unidade-xaxim-da-massa-falida-da-chapeco-alimentos>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia Plínio de Nês**. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/810-Plinio_de_Nes>. Acesso em: 12 de março de 2020.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA. **Estatísticas e Indicadores - Municípios**. 2021. Disponível em: http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/relatorio/31/Estat%C3%ADsticas_e_Indicadores_-_Munic%C3%ADpios. Acesso em: 12 fev. 2021.

XAXIM. Prefeitura Municipal de. **Histórico do município de Xaxim**. 2013. Disponível em: <https://www.xaxim.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/18911>. Acesso em: 26 maio 2020.